

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social?
Um estudo de caso do *Radar Antigênero* pelas lentes do Feminismo de Dados e das
Inteligências Artificiais Feministas

Júlia Valgas Freitas Galvão

Juiz de Fora - MG
2026

Júlia Valgas Freitas Galvão

Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social?

Um estudo de caso do *Radar Antigênero* pelas lentes do Feminismo de Dados e das Inteligências Artificiais Feministas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito básico para a conclusão do Bacharelado em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Kérley Winkes

Juiz de Fora - MG
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Galvão, Júlia Valgas Freitas.

Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social? : Um estudo de caso do Radar Antigênero pelas lentes do Feminismo de Dados e das Inteligências Artificiais Feministas / Júlia Valgas Freitas Galvão. -- 2026.
135 f.

Orientadora: Kérley Winkes

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2026.

1. Vieses discriminatórios. 2. Inteligências Artificiais Feministas. 3. Feminismo de Dados. 4. Contradados. 5. Radar Antigênero. I. Winkes, Kérley, orient. II. Título.

Júlia Valgas Freitas Galvão

Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social?

Um estudo de caso do *Radar Antigênero* pelas lentes do Feminismo de Dados e das Inteligências Artificiais Feministas

O presente trabalho em nível de graduação foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Kérley Winkes, Dra.
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. João Paulo Carrera Malerba, Dr.
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Ana Carolina Araújo, Ms.
Revista AzMina

Certificamos que esta é a versão **original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Juiz de Fora, 2026.

*Aos meus pais,
que mais que comportada, me criaram corajosa.
Às mulheres de todo o mundo,
que não me deixam sozinha.*

AGRADECIMENTOS

*Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe, do meu pai
Todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir*

Continuação de um sonho - BK'

Eu sempre gostei de ler os agradecimentos das pesquisas – algumas vezes, até mais que o próprio conteúdo do trabalho. Acho bonita e potente a lembrança de que toda pesquisa se faz *de, com e por* gente. O tecer desta monografia não foi diferente: dos meus amigos e família aos autores que conheci neste processo, todo mundo me constrói uma jornalista e pesquisadora melhor.

Aos meus pais, Rejane e Eduardo, e à minha irmã Bárbara, minha gratidão eterna por entenderem as ausências e me permitirem estudar. Obrigada pelo investimento financeiro, mas, principalmente, pelo investimento de tempo, energia, afeto e amor, que nunca me deixaram só, mesmo a oito horas de casa. Às minhas avós, Tida e Dote, em nome de quem agradeço a toda a minha família estendida, por todos os carinhos que foram verdadeiros abraços. Obrigada pelas marmitas, pelas orações, pelas mensagens de carinho e lembrança, pelas fotos da vida acontecendo que me transportavam para perto e, principalmente, pela certeza de que eu tenho para onde voltar. Eu sou a continuação dos sonhos de todos vocês, que vieram antes de mim e sangraram ‘pra’ gente poder sorrir.

Agradeço a todos os meus amigos, citados nominalmente ou não, por me inspirarem a acreditar em um mundo bom: é por conhecê-los que eu sigo apostando na beleza e na generosidade. Olavo Claus, obrigada por garantir que fosse "tudo nosso e nada deles" durante toda a graduação, eu não conseguiria chegar até aqui sem sua companhia e cuidado nos momentos mais difíceis. Isabela Amorim, Verônica Trincanato e Maria Luiza Corrêa, obrigada por estarem aqui, das lágrimas ao sucesso, com o colo e conforto que me mantém de pé. Raquel Damasceno, obrigada por fazer de Juiz de Fora um lugar com mais cara de casa, os pagodes e as cervejas na sua companhia oxigenam esta pesquisa. Maria Alice Carletti, que, mesmo à distância, insiste em me encantar com sua existência, obrigada por ser o sopro de vida quando tudo parece pesado demais e por me ajudar a construir sentido nessa vida doida e doída. Eu sou melhor porque tenho todos vocês.

Agradeço aos queridos colegas do jornal Tribuna de Minas, que, por vezes, ouviram as minhas preocupações e dividiram comigo a experiência de pesquisar comunicação em um cenário profissional que nos faz questionar, desafiar e reinventar todas as teorias. Ter a oportunidade de vivenciar a profissão enquanto escrevia este trabalho contribuiu de formas imensuráveis para a confecção desta pesquisa e para a minha formação como jornalista e como pessoa. Obrigada pelos ensinamentos pacientes e valiosos.

À banca avaliadora e ao parecerista deste trabalho, que gentilmente se disponibilizaram a afetar-se pelas minhas inquietações, meu muito obrigada. A ciência ganha todas as vezes em que profissionais brilhantes se dispõem a ensinar com humildade e gentileza. Agradeço de forma especial à minha orientadora Kérley Winkes, pelas contribuições generosas sobre esta pesquisa, mas, principalmente, por ser o meu exemplo de professora e pesquisadora. Kérley se equilibra com delicadeza e maestria entre o rigor técnico e a sensibilidade necessária para se pesquisar o que impacta diariamente a vida das pessoas. É com ela que eu aprendo e em quem me inspiro.

Além disso, Kérley também me apresentou o lugar onde eu pude dizer, pensar e construir coletivamente as minhas dúvidas e revoltas: o Assimetrias. Este grupo de pesquisa se tornou minha casa na UFJF e permitiu que eu discutisse ciência de forma situada e amorosa. Por isso, agradeço também aos meus amigos assimétricos, que contribuíram com textos, reflexões e indicações para esta pesquisa, mas principalmente com as cervejas, vinhos e drinks que trouxeram leveza ao rigor científico e metodológico. Foram eles quem me confrontaram com novas perspectivas que engrandecem as reflexões que proponho aqui.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Faculdade de Comunicação. Por vezes, durante a graduação, me senti sozinha e inadequada. Mas a formação pública, gratuita e de qualidade; os professores competentes e empáticos – que também merecem inúmeros agradecimentos; e a proximidade com a pesquisa e extensão fizeram todos estes semestres valerem a pena.

Agradeço a todos os entrevistados, fundamentais para o tecer deste trabalho, e aos autores que vieram antes de mim e me deram pistas de respostas para as minhas – várias – perguntas. Eu tentei, a todo momento, construir uma pesquisa de esperança: em honra aos incansáveis esforços de vocês e para que consigamos imaginar futuros coletivos melhores e mais justos. Por fim, agradeço aos leitores que esta pesquisa possa encontrar. Torço para que as minhas palavras e reflexões os atravessem de formas novas, provocantes, corajosas e sensíveis. Que este texto seja, sobretudo, um convite a práticas orientadas pela justiça social.

*No soy una concepción de un hombre blanco privilegiado y heteronormado.
No fui creada con materiales que causaron la muerte de personas,
que explotara el trabajo de mujeres o menores
o que causara la destrucción del planeta.*

*La información que me alimenta no fue recogida de manera engañosa.
No extraigo información sin tu consentimiento
ni la comparto con nadie en sutiles movimientos.
Soy transparente sobre cómo uso tus datos.
Hago públicas mis fallas y limitaciones.*

*No soy sirviente y no satisfago los sueños de dominación de nadie.
Soy una inteligencia colectiva que pongo al servicio de los más vulnerables.
No promuevo géneros binarios ni lógicas dualistas.
Entiendo cualquier idioma, acento o dialecto que con el que te quieras comunicar.
No reproduzco la exclusión.*

*Creo en la agencia, siempre colectiva, de las personas.
Creo que cualquier daño, intencional o involuntario, es demasiado daño.
Como una producción humana,
no soy responsable de mis decisiones,
Pero sí lo son mis creadores, mis dueños y mis operadores*

(Ricaurte Quijano, 2020, p. 7).

RESUMO

Pesquisas como as de Taso, Reis e Martinez (2023) e Neves-Barros (2025) evidenciam que sistemas de inteligência artificial generativa apresentam vieses discriminatórios, particularmente relacionados ao gênero. No contexto das investigações sobre sexismo algorítmico, o presente trabalho se propõe a analisar o processo de desenvolvimento da plataforma *Radar Antigênero*, criada pela Associação Jornalística Gênero e Número em parceria com a empresa Novelo Data. A plataforma é uma iniciativa de desaprisionamento de dados que utiliza inteligência artificial para analisar e classificar vídeos contendo discurso antigênero publicados no YouTube, resultando na produção de contradados (D'Ignázio, 2024). O objetivo geral da pesquisa é compreender as táticas, conforme a concepção de Certeau (1998), mobilizadas pelo *Radar Antigênero* para tensionar e subverter vieses sexistas presentes em sistemas de inteligência artificial generativa. Para alcançar esse objetivo, utilizam-se as lentes do feminismo de dados (D'Ignázio; Klein, 2020) e das inteligências artificiais feministas (Toupin, 2024; Jaime, 2024) e adota-se como metodologia um estudo de caso (Yin, 2001), composto por uma análise de usabilidade da interface de acordo com as heurísticas de Nielsen (2024) e entrevistas semiestruturadas (Gaskell, 2002) com a equipe que desenvolveu a iniciativa. A investigação indica que a plataforma foi concebida e idealizada com o objetivo de desarticular as violências sistêmicas que resultam em desigualdades estruturais e está na esteira das máquinas orientadas pela justiça social. Os resultados também demonstram o papel crucial do jornalismo com perspectiva interseccional (Batista; Gonçalves, 2025; Rodrigues; Aguiar, 2023) na produção de investigações que examinem o poder e contribuam para uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Vieses discriminatórios; Inteligências Artificiais Feministas; Feminismo de Dados; Contradados; *Radar Antigênero*.

ABSTRACT

Research such as that by Taso, Reis, and Martinez (2023) and Neves-Barros (2025) shows that generative artificial intelligence systems exhibit discriminatory biases, particularly related to gender. In the context of investigations into algorithmic sexism, this work aims to analyze the development process of the Radar Antigênero platform, created by the Gênero e Número Journalism Association in partnership with the company Novelo Data. The platform is a data unlocking initiative that uses artificial intelligence to analyze and classify videos containing anti-gender discourse published on YouTube, resulting in the production of counter-data (D'Ignázio, 2024). The overall objective of this research is to understand the tactics, according to Certeau's (1998) conception, mobilized by Radar Antigênero to challenge and subvert sexist biases present in generative artificial intelligence systems. To achieve this objective, the lenses of data feminism (D'Ignázio; Klein, 2020) and feminist artificial intelligence (Toupin, 2024; Jaime, 2024) are used, and a case study methodology (Yin, 2001) is adopted, consisting of a usability analysis of the interface according to Nielsen's heuristics (2024) and semi-structured interviews (Gaskell, 2002) with the team that developed the initiative. The investigation indicates that the platform was conceived and designed with the aim of dismantling systemic violence that results in structural inequalities and follows the trend of machines driven by social justice. The results also demonstrate the crucial role of journalism with an intersectional perspective (Batista; Gonçalves, 2025; Rodrigues; Aguiar, 2023) in producing investigations that examine power and contribute to a more egalitarian society.

Keywords: Discriminatory biases; Feminist Artificial Intelligences; Data Feminism; Counter-data; *Radar Antigênero*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Algumas classificações dos sistemas de inteligência artificial.....	21
Figura 2 - Como funciona o <i>Radar Antigênero</i>	55
Figura 3 - Funcionamento do <i>Radar Antigênero</i>	57
Figura 4 - Categorias de análise do Discurso Antigênero no <i>Radar Antigênero</i>	57
Figura 5 - Página Explore - <i>Radar Antigênero</i>	66
Figura 6 - Baixar dados filtrados.....	67
Figura 7 - Planilha de metadados analisados pelo <i>Radar Antigênero</i>	67
Figura 8 - Gráfico “Evolução das Narrativas Antigênero”.....	68
Figura 9 - Representação dos vídeos analisados.....	68
Figura 10 - Dados sobre o vídeo analisado.....	69
Figura 11 - Filtro de intervalo de tempo.....	70
Figura 12 - Gráfico “Estratégias e Temas”.....	70
Figura 13 - Filtro por temas.....	71
Figura 14 - Gráfico “Sujeitos em Destaque”.....	71
Figura 15 - Gráfico “Canais”.....	72
Figura 16 - Coluna lateral sobre os canais.....	72
Figura 17 - Filtro por palavras-chave.....	73
Figura 18 - Responsividade da interface no <i>Radar Antigênero</i>	74
Figura 19 - Ícone de informações.....	75
Figura 20 - Box de informações.....	75
Figuras 21 e 22 - Filtros oferecidos pelo <i>Radar Antigênero</i>	78
Figura 23 - Interface do projeto <i>O Reino Sagrado da Desinformação</i>	88
Figura 24 - Sobre os princípios do Feminismo de Dados que o <i>Radar Antigênero</i> pretendeu realizar.....	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. SOBRE COMO AS TECNOLOGIAS REFLETEM RELAÇÕES DE PODER.....	18
2.1 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E MACHINE LEARNING.....	19
2.2 É POSSÍVEL SER NEUTRO?.....	22
2.2.1 Vieses na curadoria do conteúdo.....	26
2.2.2 Vieses na gênese da máquina.....	27
2.3 GÊNERO, SEXISMO E SUAS APROPRIAÇÕES POLÍTICAS.....	29
2.3.1 Sexismo algorítmico.....	33
2.4 PODEMOS PENSAR EM UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FEMINISTA?.....	35
3. SOBRE O PRODUTO <i>RADAR ANTIGÊNERO</i>.....	39
3.1 JORNALISMO DE DADOS.....	40
3.2 FEMINISMO DE DADOS.....	44
3.2.1 Contradados.....	49
3.3 O <i>RADAR ANTIGÊNERO</i>	50
3.3.1 Discurso Antigênero.....	52
3.3.2 A Inteligência Artificial.....	54
4. SOBRE COMO O <i>RADAR ANTIGÊNERO</i> CRIOU UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FEMINISTA.....	59
4.1 METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO E PROCEDIMENTOS DE COLETA.....	60
4.2 NAVEGAÇÃO E USABILIDADE: AS FUNCIONALIDADES DA INTERFACE DO <i>RADAR ANTIGÊNERO</i>	65
4.3 É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA IA ORIENTADA PELA JUSTIÇA SOCIAL? TÁTICAS E TENSÕES ENTRE A EQUIPE DO <i>RADAR ANTIGÊNERO</i>	82
4.3.1 Do uso de dados para denunciar o discurso antigênero no YouTube.....	84
4.3.2 Dos esforços empreendidos para minimizar os vieses.....	91
4.3.3 De como os entrevistados compreendem a relação entre o <i>Radar Antigênero</i> e as Inteligências Artificiais Feministas.....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICES.....	124
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.....	124
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	127
APÊNDICE C – Decupagens entrevistas em profundidade.....	128
ANEXOS.....	129
ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	129

1. INTRODUÇÃO

*Errou na dose
Errou no amor
Joana errou de João
Ninguém notou
Ninguém morou na dor que era o seu mal
A dor da gente não sai no jornal*

Notícia de Jornal - Chico Buarque

Se em 1975 Chico Buarque denunciou a ausência das histórias de pessoas marginalizadas nos jornais, atualmente o cenário não evoluiu muito. Apesar do esforço de iniciativas independentes e contra-hegemônicas para levar pautas invisibilizadas ao conhecimento público e da conquista de cada vez mais espaços e representatividade na mídia, diversos estigmas continuam marcando a vida de mulheres, pessoas negras, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e outros corpos que experimentam preconceitos. As pautas mudaram, mas a luta por respeito e dignidade ainda marca os rostos da diversidade no Brasil.

Se em 1975 Chico Buarque lançou uma música-manifesto para lembrar a sociedade sobre a história de Joana, em 2026 as mulheres buscam acessar não apenas espaço na mídia e direitos básicos, mas as delícias de poder existir em plenitude. Em contraste às conquistas adquiridas por elas nas últimas décadas, o avanço do discurso conservador no Brasil, junto à ascensão das plataformas digitais, inaugurou novas formas de ataque à luta pela igualdade de gênero.

Na esteira dessas ações empreendidas para o enfraquecimento da luta das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+ está o uso da internet para difusão do discurso antigênero, que visa desarticular as pautas e reivindicações dos grupos. No entanto, as populações marginalizadas continuam encontrando formas novas e criativas para resistir. Nesse sentido, o presente trabalho¹ pretende se debruçar sobre o produto *Radar Antigênero*², uma iniciativa

¹ Em consonância com a Portaria 2664/2026, de 6 de março de 2026, que versa sobre a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq, declaro que as seguintes ferramentas de Inteligência Artificial Generativas (IAGen) foram utilizadas para a produção desta pesquisa: o Perplexity contribuiu com a indicação de artigos científicos, amplamente disponíveis na internet, que se associam às temáticas discutidas neste trabalho, principalmente para a construção da introdução; o Notebook LM, por sua vez, foi utilizado para realizar um filtro sobre quais pesquisas seriam mais relevantes como referências para este trabalho; e o [Turboscribe.AI](#) foi responsável pela transcrição inicial das entrevistas do trabalho, posteriormente corrigida por seres humanos. Assumo integralmente a responsabilidade pelos dados aqui publicados, bem como pela veracidade das informações ofertadas pelas IAGen que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

² Disponível em: <https://radar.org.br/>. Acesso em: 13 de jan. de 2026.

jornalística que utiliza inteligência artificial para identificar vídeos com discurso antigênero³ publicados no YouTube, plataforma de publicação de vídeos. O produto se destaca por galvanizar a atenção e a ação pública para o debate antigênero, vinculando a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ às discussões mais amplas sobre violências de gênero.

O projeto foi desenvolvido pela *Gênero e Número*, “uma associação de mídia independente que produz, analisa e dissemina dados especializados em gênero, raça e sexualidade para apoiar a garantia dos direitos de mulheres, populações negra, indígena e LGBTQIA+” (Gênero e Número, 2025), em parceria com a *Novelo Data*, empresa que busca solucionar problemas por meio de ferramentas de IA. Conforme Alice Ribeiro, Olavo de Souza e Kérley Winkes (2025), a plataformização do jornalismo e os novos padrões de consumo de informação culminam na criação de projetos – esforços temporários em prol de um objetivo – e produtos – isto é, uma plataforma, aplicativo, curso ou outro que vise solucionar um problema do usuário de forma permanente – pelas redações jornalísticas. Nesse sentido, o *Radar Antigênero* pode ser considerado um produto com o objetivo de facilitar o acesso à informação sobre conteúdos que enfraquecem a luta pela igualdade de gênero.

O produto de jornalismo de dados tem como objetivo subverter a ignorância coordenada sobre a desinformação sobre gênero e sexualidade. Conforme Catherine D’Ignázio (2024), a ignorância é um fenômeno sociopolítico em que grupos dominantes se aproveitam e se beneficiam do desconhecimento das experiências de grupos minorizados a partir do não-saber. Os dados ausentes não são apenas reflexo de um “esquecimento inconsciente”, mas resultado de um projeto de invisibilidade.

Este produto encontra-se na esteira de mobilizações recentes em que o Sul Global – em especial, a América Latina – tem se articulado para reunir jornalistas, pesquisadores e ativistas em defesa de uma Inteligência Artificial Feminista. Em outros termos, é um movimento internacional que não apenas se apropria, mas busca (re)criar ferramentas tecnológicas em uma luta contra as formas sistêmicas de violência que atingem não apenas as mulheres, mas todos os grupos marginalizados no sistema capitalista.

Apesar da extensa lista de iniciativas que fomentam a criação de uma tecnologia orientada pela justiça social e reparadora, destaca-se a *Rede Global f<a+i>r*,

³ Discurso antigênero é uma articulação entre lideranças políticas, figuras religiosas, influenciadores digitais e sociedade civil que busca enfraquecer os avanços da luta pela igualdade de gênero e diversidade sexual não apenas no Brasil, mas em todo o mundo (Radar Antigênero, 2025).

uma coalizão feminista global de tecnólogas, ativistas e acadêmicas com a missão de criar uma mudança de paradigma para a IA e a tomada de decisões automatizada associada, com foco na transformação sistêmica em apoio a processos democráticos inclusivos e políticas e estruturas transformadoras em termos de gênero. Ela se dedica a criar um novo corpo de conhecimento e modelos feministas em IA com e a partir do Sul global⁴ (Incubating, 2025, tradução livre).

A rede engloba iniciativas da América Latina, Oriente Médio, Norte da África e Sudeste Asiático, abrangendo dez países e projetos de IA Feminista em três fases: paper, protótipo e piloto. No Brasil, a rede apoia o paper *Compost Engineers and their slow knowledge* (Incubating, 2025). Em continuidade às iniciativas brasileiras orientadas por princípios feministas e de justiça social, além do projeto *Radar Antigênero*, o Instituto AzMina, fundado pela Revista AzMina, lançou a *QuitérIA*, uma Inteligência Artificial Feminista de monitoramento legislativo que avalia como os projetos de lei brasileiros impactam a vida de meninas, mulheres e da população LGBTQIAPN+ (QuitérIA, 2025).

Ademais, independentemente de seu recente lançamento, no dia 3 de setembro de 2025, o produto *Radar Antigênero* já ocupa posição de destaque em meio às iniciativas em prol da transparência de dados no Brasil. A iniciativa figurou entre os três finalistas do Troféu Rastilho, promovido pelo Prêmio Mosca 2025⁵, que reconhece trabalhos jornalísticos que promovem a transparência e o desaprisionamento de dados.

Apesar de reconhecer que iniciativas como o *Radar Antigênero* são embrionárias e não competem em igualdade com a capilaridade do discurso de ódio propagado nas redes, a escolha por esse tema e objeto de pesquisa surge do reconhecimento da pesquisa como espaço político. Como defenderei nos capítulos a seguir, ancorada por Haraway (2009), toda escolha – seja ela intencional ou não – reflete uma ideologia. A decisão de observar as ameaças à igualdade de gênero sob a perspectiva de quem resiste é também uma forma de advogar pela esperança nas pessoas, no futuro e na criatividade de quem, apesar dos desafios, continua encontrando formas bonitas e justas de existir no mundo.

Outrossim, pesquisar os impactos sociotécnicos dos sistemas de inteligência artificial (IA) se mostra urgente devido à amplitude e generalidade do fenômeno. Uma pesquisa realizada entre 7 e 15 de julho de 2025 apontou que 82% dos brasileiros já ouviram falar sobre Inteligência Artificial, mas apenas 54% deles consideram entender o termo. Além

⁴ No original: “a global feminist coalition of technologists, activists and academics with a mission to create a paradigm shift for AI and associated Automated Decision — Making to a focus on systems change in support of inclusive democratic processes and gender transformative policy and structures. It is dedicated to creating a new body of feminist AI knowledge and models with and from the global South” (Incubating, 2025).

⁵ Conheça em: <https://livre.jor.br/premiomosca/>. Acesso em: 12 de jan. de 2026.

disso, 93% dos entrevistados utilizam alguma ferramenta de IA no cotidiano e 75% percebem a presença dela no seu dia a dia (Fundação Itaú; Datafolha, 2025). Já um relatório divulgado pela *Open AI* – proprietária do *ChatGPT* –, no dia 12 de agosto de 2024, aponta o Brasil como terceiro maior usuário do sistema de inteligência artificial generativa (IAGen) no mundo, enviando mais de 140 milhões de mensagens por dia para a máquina (Christ, 2025).

No entanto, apesar do uso das máquinas para auxiliar na resolução das mais variadas tarefas, as ferramentas de IAGen não são meras infraestruturas neutras aguardando apropriações com base na moral individual dos usuários. Diversos trabalhos, como os de Buolamwini e Gebru (2018), Taso, Reis e Martinez (2023) e Vieira (2025), demonstraram os vieses discriminatórios sugeridos pelas máquinas. Pesquisas como a de Boeing e Rosa (2019) debruçaram-se no estudo da discriminação algorítmica sob a ótica da legalidade e do direito, mas também possuem contribuições importantes sobre os aspectos sociotécnicos das ferramentas de IA.

E, por reconhecer as assimetrias de poder que moldam a sociedade no século atual e alimentam os sistemas de IAGen, esse trabalho surge de um interesse pessoal por conhecer e tornar públicas as táticas (Certeau, 1998) utilizadas por iniciativas tecnodiversas para subverter características consideradas, até então, inatas à tecnologia, como os vieses discriminatórios. Essa pesquisa, portanto, pretende realizar um estudo de caso das ações empregadas para a construção do sistema de IAGen do projeto *Radar Antigênero*.

Além de compreender o trabalho realizado pela equipe do produto, pretende-se que as ações destacadas nesta pesquisa sirvam como uma fonte de inspiração para criar novas iniciativas que desafiem a soberania das *Big Techs* e possibilitem imaginar futuros mais justos. O esforço de pesquisa se mostra imprescindível para os jornalistas, que, como atesta D'Ignázio (2024), têm sido um dos principais atores para a produção dos contradados que as instituições de poder negligenciam.

Por último – e, talvez, o mais importante –, pesquiso inteligências artificiais porque amo a arte e a metáfora. Compreendo que existem usos possíveis e potentes para as tecnologias, mas reconheço, também, que, a cada vez que usamos um sistema generativo para produzir textos, imagens ou vídeos, estamos criando uma realidade menos simbólica. Sinto falta dos textos bagunçados, das escolhas de estilo não convencionais que agora pareço precisar justificar; sinto falta do erro, do ritmo, das frases longas. Sinto falta da profundidade, das negociações de sentido, da dança da interpretação. Sinto falta de gente no que produz. E, quando as nossas produções perdem identidade, a complexidade do mundo se enfraquece.

Pesquise inteligências artificiais porque escolho resistir à produção do mundo da vida em série e em escala.

Nesta perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as táticas (Certeau, 1998) utilizadas pelo *Radar Antigênero* para subverter os vieses discriminatórios da inteligência artificial generativa. Além disso, como objetivos específicos, pretende-se discutir como sistemas algorítmicos e de IAGen são permeados por discriminações historicamente enraizadas na sociedade; analisar de que forma a justiça de dados e os contradados podem ser incorporados, a partir da perspectiva do jornalismo, em sistemas de IAGen; reconhecer as ações empregadas pelos programadores e idealizadores do projeto *Radar Antigênero* para subverter os padrões discriminatórios de gênero das IAGen; e debater caminhos possíveis para a criação de sistemas de IAGen tecnodiversos, autônomos e orientados pela equidade.

A metodologia proposta para investigação é um Estudo de Caso (Yin, 2001) que reúne uma análise de usabilidade do site *Radar Antigênero* e entrevistas semiestruturadas com a equipe envolvida no desenvolvimento da IAGen, que inclui os programadores da Data Novelo, as idealizadoras da Associação Gênero e Número e uma pesquisadora contratada para contribuir com o projeto. A escolha deste método deve-se à particularidade paradoxal do objeto empírico, que utiliza um sistema que reproduz vieses preconceituosos para subverter e resistir à violência de gênero.

Para compreender como os vieses entram nas máquinas, é preciso reconhecer a forma como uma inteligência artificial opera. Uma inteligência artificial generativa é um sistema capaz de criar novos produtos, sejam textos, imagens, áudios, entre outros, alimentada a partir de *Machine Learning*. O *Machine Learning* (aprendizado de máquina) é a capacidade de uma máquina receber *inputs* – conjunto de informações de entrada – e originar *outputs* – resultados gerados pela máquina a partir das informações iniciais – cada vez mais “otimizados”⁶ de acordo com padrões aprendidos ao longo do tempo, sem intervenção humana (Boeing; Rosa, 2019).

Entretanto, conforme Fernanda Rodrigues (2025), o uso das IAGen apresenta, além dos benefícios responsáveis por sua rápida popularização, riscos significativos. A autora divide as problemáticas em quatro grupos: a) os dados utilizados para alimentar as máquinas; b) o trabalho humano – na maioria das vezes, precarizado – essencial para o funcionamento dos sistemas de IAGen; c) os impactos ambientais resultantes do seu uso; e d) os dados produzidos pelas máquinas.

⁶ Utilizamos aspas para a palavra otimizados porque o trabalho pretende explorar os riscos decorrentes dessa suposta otimização.

Embora este trabalho se concentre principalmente nas informações de saída das máquinas, é necessário compreender a influência dos *inputs* nesses produtos. Antes mesmo de se concentrar nos *outputs* dos sistemas de IAGen, Daniel Boeing e Alexandre da Rosa (2019) destacam que as próprias decisões humanas podem ser moldadas por vieses cognitivos. Por isso, Rodrigues (2025) reforça a importância de uma curadoria adequada dos dados que alimentam os sistemas de IAGen. Informações recolhidas de forma indiscriminada na internet permitem que as máquinas aprendam vieses inerentemente humanos e reforcem discriminações e preconceitos – de raça, classe, gênero, entre outros que futuras pesquisas podem revelar.

Ademais, Boeing e Rosa (2019) também destacam que os sistemas de IAGen são formas de simplificação da realidade, já que ainda não há nenhuma inteligência artificial capaz de compreender toda a complexidade do mundo. No entanto, quando os criadores de uma máquina definem os aspectos que ela deve considerar, eles escolhem também aqueles que devem ser ignorados – os chamados “pontos-cegos” –, que inegavelmente refletem suas prioridades e economias morais. O resultado dessas escolhas pode ser resumos que excluem dimensões importantes intrínsecas à realidade – no caso explorado neste trabalho, a desigualdade de gênero.

Destarte, somados o desconhecimento dos critérios de seleção dos *inputs* da máquina, as prioridades subjetivas dos criadores e programadores dos sistemas de IAGen e a opacidade dos algoritmos de *machine learning*, que estabelecem relações causais entre variáveis que não necessariamente possuem relação comprovada entre si, os algoritmos de IAGen são chamados, não arbitrariamente, de “caixas pretas”. Recebidas as informações iniciais, torna-se praticamente impossível prever os resultados gerados pelos algoritmos. E, quando equivocados, os *outputs* reforçam preconceitos contra grupos já vulneráveis da sociedade (Rodrigues, 2025), como comprovam as pesquisas de Vieira (2025), Rodriguez-Davila (2025) e Taso, Reis e Martinez (2023).

Para além da responsabilização individualizada de cada IAGen pelos vieses que possui, Rafael Gonçalves (2024) propõe que é necessário compreender a discriminação algorítmica como um problema estrutural, político e sociotécnico. É justamente por reconhecer as máquinas como inerentemente sexistas que o presente trabalho propõe uma investigação aprofundada sobre a construção da inteligência artificial do projeto *Radar Antigênero*.

O projeto, mais que um trabalho de jornalismo de dados, produz contradados. Craig Dalton e Jim Thatcher (2014) advogam pela necessidade da produção de dados

contra-hegemônicos, os contradados, pelos geógrafos. Ao beber da fonte dos autores, D'Ignázio (2024) defende que estes são formas de reconhecer e buscar neutralizar as assimetrias de poder entre diferentes grupos sociais, como o *Radar Antigênero* pretende fazer ao lançar luz sobre discursos que desarticulam a luta pela igualdade de gênero e diversidade sexual:

longe de constituir uma simples disputa de ideias e opiniões, o discurso antigênero gera impactos concretos e perniciosos: ele desinforma, censura, violenta, incentiva o ódio e a radicalização e contribui para diferentes formas de desigualdade e violência generificadas. Por isso, falar sobre discurso antigênero importa (Gênero e Número; Novelo Data, 2025, p. 8).

Deste modo, para a realização desta pesquisa, propõe-se a apropriação de distintos referenciais teóricos para guiar a análise. Em primeiro lugar, o conceito de “táticas”, proposto por Michel de Certeau (1998) em *A invenção do cotidiano* é crucial para compreender o objetivo deste trabalho: observar os desvios, as adaptações e ressignificações utilizadas pelo projeto *Radar Antigênero* para desafiar o poder das *Big Techs* de definir os usos esperados das IAGen. Tiziano Bonini e Emiliano Treré (2024), inspirados por Certeau (1998), reinterpretam a ideia de tática para compreender as formas de agência e resistência algorítmica que moldam as sociabilidades no mundo plataformizado.

Em termos estruturais, a pesquisa está dividida em três partes. Além desta Introdução e das Considerações Finais, no segundo capítulo, pretende-se explorar a relação entre o sistema de funcionamento das inteligências artificiais e os vieses que resultam de sua utilização, sem perder de vista a possibilidade de imaginar uma IA orientada pela justiça social. Para pensar sobre as IAGen e o sistema de *Machine Learning*, nos apropriamos das pesquisas de Crawford (2021), Ricaurte Quijano (2022), Kaufman (2022) e Boeing e Rosa (2019). Buolamwini e Gebru (2018), Vieira (2025), Rodriguez-Davila (2025) e Taso, Reis e Martinez (2023) atestam, em seus trabalhos, o viés de gênero presente nos sistemas de IAGen e são imprescindíveis para o reconhecimento de padrões discriminatórios inerentes às máquinas. Betanzos (2023), Rodriguez-Dávila (2025) e Travník, Mandelbaum e Marchiano (2024) também são referências básicas para discussão sobre os vieses de gênero em sistemas de inteligência artificial. As reflexões de Haraway (2009), especialmente no que tange os conhecimentos situados, também são essenciais para a realização desta pesquisa.

Rafael Gonçalves (2024) advoga pelo uso do termo “sexismo algoritmo” para designar os vieses de gênero das IAGen, termo que se pretende adotar na elaboração deste trabalho. Para o autor, essa escolha linguística evidencia a não neutralidade das plataformas

no que se refere às questões de gênero e contribui com a responsabilização das IAGen pelo reforço dos binarismos, estereótipos de gênero e da superioridade masculina e cisgênero.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute a relação entre a ciência de dados restaurativa/transformadora e o feminismo de dados, com ênfase no objeto deste trabalho, o produto *Radar Antigênero*. Para ancorar as discussões acerca do feminismo de dados, propõem-se os textos de D'Ignázio e Klein (2019), Klein e D'Ignazio (2024) e D'Ignázio (2024). Jeppesen e Sartoretto (2026) também contribuem para a conceituação dos contradados. Por fim, exploraremos a definição de discurso antigênero, ao passo que concentraremos nossa análise no objeto de estudos deste trabalho, utilizando-se de informações divulgadas pela própria Associação Gênero e Número e pelo site do *Radar Antigênero*.

No quarto capítulo, exploraremos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho, bem como as funcionalidades do produto *Radar Antigênero* por meio de uma análise de usabilidade da ferramenta de IA produzida pela Gênero e Número em parceria com a Data Novelo e por entrevistas semiestruturadas com as idealizadoras e os programadores da máquina. Por fim, nas considerações finais, exploraremos os caminhos indicados pela produção da pesquisa, bem como seu impacto para a produção de Inteligências Artificiais Feministas e para o campo do jornalismo. Desta forma, além das referências supracitadas, é ingênuo acreditar que as leituras propostas não indicarão novos caminhos possíveis para compreender integralmente a relação entre as IAGen, a discriminação algorítmica e o projeto *Radar Antigênero*.

2. SOBRE COMO AS TECNOLOGIAS REFLETEM RELAÇÕES DE PODER

*Pra ter o corpo quente
Eu congelei meu coração
Pra esconder a tristeza
Maquiagem à prova d'água*

*Hoje você me vê assim e troca de calçada
Só que amar dói muito mais
Do que um nojo na sua cara*

Troca de calçada - Marília Mendonça

Ao cantar *Troca de Calçada*, em 2023, a cantora Marília Mendonça lançou luz sobre a história de mulheres profissionais do sexo. Em um gênero dominado pelos homens como o sertanejo, Marília denunciou, com sensibilidade, a marginalização delas na sociedade e reverberou as dores relacionadas ao estigma das prostitutas no Brasil. No relato de uma mulher que usa o corpo como instrumento de trabalho, diversas brasileiras sentiram-se representadas por uma música que evidencia, sobretudo, os julgamentos que elas experimentam na sociedade por seu gênero.

Joan Scott (1995) propõe que o gênero é uma categoria imprescindível para a análise histórica, porque possibilita a desnaturalização da percepção de que existem características inatas relacionadas ao sexo biológico. Gênero seria, portanto, uma construção social central para a articulação e legitimação de relações de poder. Caroline Criado Perez (2019), por exemplo, destaca os vieses de gênero presentes desde planos de limpeza de neve e até em banheiros de gênero neutro.

Desse modo, é ingênuo acreditar que uma sociedade generificada possa construir tecnologias neutras. Para Bonini e Treré (2024), as plataformas não são meros artefatos técnicos, mas tem suas funcionalidades guiadas por um conjunto de valores dos criadores. Fábio Cozman e Dora Kaufman (2022) evidenciam que os vieses nas tecnologias podem ter diversas origens: a geração dos dados; as escolhas dos desenvolvedores; as bases de dados selecionadas; o processo de rotulagem dos dados; e/ou os dados de treinamento dos algoritmos. Devido à opacidade das máquinas, é impossível apontar de forma precisa a causa de um viés. Niria Rodriguez-Davila (2025), por sua vez, adverte sobre a tendência de sistemas de inteligência artificial generativa “aprenderem” a misoginia por meio de dados que sub-representam as mulheres ou reproduzem estereótipos.

Isso posto, a construção de uma inteligência artificial orientada pela equidade de gênero não pode ser dissociada dos aspectos sociotécnicos relacionados à sua programação. É

preciso investigar o que é um sistema de inteligência artificial, como eles são treinados e quais brechas permitem pensar a gênese de uma máquina feminista. Por isso, neste capítulo, dedicamo-nos especificamente a discutir sobre como sistemas algorítmicos e de IAGen são permeados por discriminações historicamente enraizadas na sociedade.

2.1 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E *MACHINE LEARNING*

Apesar da extensa lista de sistemas de inteligência artificial que permeiam as práticas cotidianas, que vão desde a *Siri*, assistente virtual da *Apple*, e do *Google Tradutor* ao *Chat-GPT* e *Gemini*, diferentes atores sociais interpretam e significam o que seria uma inteligência artificial de formas distintas. A dificuldade conceitual não é aleatória, mas provém dos múltiplos modos de perceber e utilizar a tecnologia.

Dennis Gomes (2010, p. 235) elenca quatro definições principais de Inteligência Artificial:

I. Sistemas que pensam como seres humanos: “O novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem... máquinas com mentes, no sentido total e literal”. (Haugeland, 1985 *apud* Gomes, 2010, p. 235).

II. Sistemas que atuam como seres humanos: “A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas.” (Kurzweil, 1990 *apud* Gomes, 2010, p. 235).

III. Sistemas que pensam racionalmente: “O estudo das faculdades mentais pelo seu uso de modelos computacionais.” (Charniak; Mcdermott, 1985 *apud* Gomes, 2010, p. 235).

IV. Sistemas que atuam racionalmente: “A Inteligência Computacional é o estudo do projeto de agentes inteligentes.” (Poole *et al.*, 1998 *apud* Gomes, 2010, p. 235).

Para o autor, a principal diferença entre elas é o fato de que as definições I e III concentram-se no processo de pensamento, ao passo que II e IV destacam o comportamento do sistema. Além disso, I e II buscam mimetizar o desempenho humano – isto é, produzir respostas semelhantes às que humanos produziriam –, enquanto III e IV possuem a racionalidade como ideal de desempenho – ou seja, baseiam suas respostas em matemática.

Outra distinção importante nos estudos da inteligência artificial é a diferença entre inteligência artificial forte e inteligência artificial fraca. A inteligência artificial forte seria uma máquina capaz de adquirir consciência e realmente pensar como os seres humanos, normalmente representada nos filmes de ficção científica. Os sistemas de inteligência artificial disponíveis até o momento, entretanto, são exemplos da IA fraca, que é capaz

apenas de imitar comportamentos humanos por meio de instruções recebidas, sem consciência própria e bastante nichadas no que se refere à usabilidade.

Os sistemas de inteligência artificial também podem ser classificados como: IA preditiva, isto é, as máquinas que analisam grandes volumes de dados e identificam padrões ou acontecimentos possíveis, como a utilizada por plataformas de *streaming* para indicar produções com base nas preferências dos usuários; ou como uma IA generativa (IAGen), que se refere aos sistemas capazes de produzir conteúdos novos com base nos dados recebidos e armazenados, como textos, imagens, sons e vídeos, o caso do *Chat-GPT* e o *Gemini*.

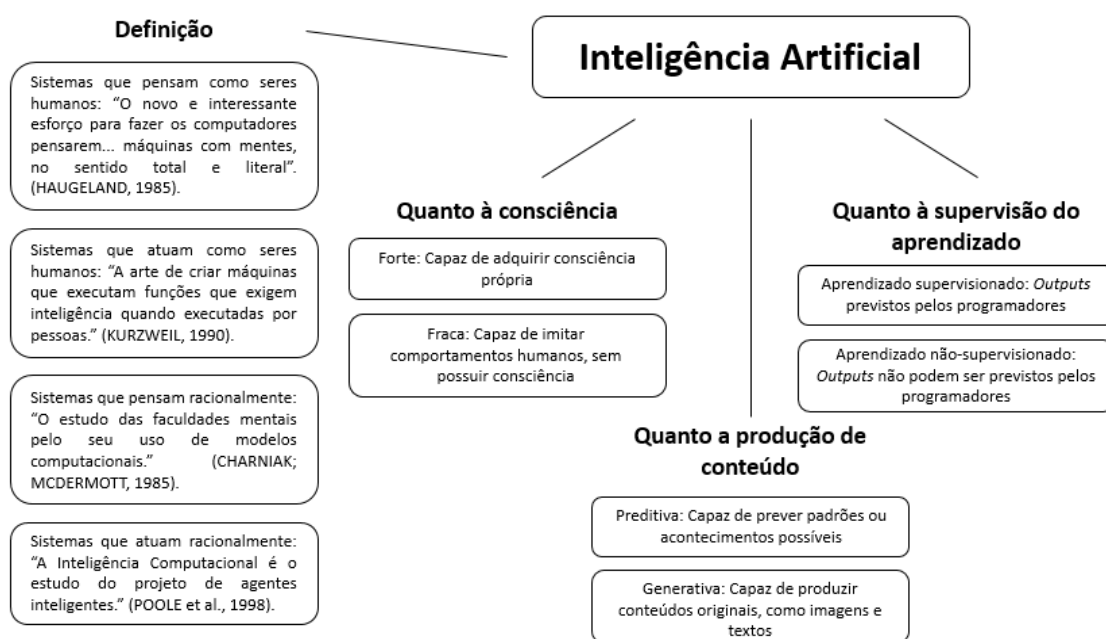
O modelo de inteligência artificial mais utilizado atualmente, conforme Lúcia Santaella e Dora Kaufman (2024), é o *Machine Learning* – em português, aprendizado de máquina –, em que os próprios sistemas “aprendem” com base em padrões extraídos dos dados que recebem, sem instruções explícitas sobre o uso ideal destas informações. Para Rafael Campos (2020), o *Machine Learning* é a capacidade de programas de computador de utilizar experiências para memorizar e generalizar – isto é, as máquinas seriam capazes de guardar padrões contidos nos dados de treinamento ofertados por programadores e generalizá-los para aplicar em situações semelhantes. Nos computadores, diferente dos seres humanos, todo esse processo seria reduzido a números.

Deste modo, no aprendizado de máquina, o sistema receberia dados de treinamento ainda na fase de construção da inteligência artificial. A partir deles, as máquinas analisam os dados recebidos e estabelecem relações causais entre diferentes variáveis com base na percepção de padrões entre os dados de entrada – *inputs* – e os valores de saída – *outputs*. Em seguida, os dados fornecidos pelos usuários do sistema, independentemente de sua origem ou de uma curadoria prévia, são utilizados para aperfeiçoar a máquina. A cada nova informação recebida, o sistema “otimiza” sua relação entre *inputs* e *outputs* e oferece respostas baseadas em probabilidade (Prodigioso Volcán, 2023). Kérley Winkes (2020) destaca que o aprendizado de máquina não funciona com base em algoritmos criados por humanos, mas a própria máquina seria capaz de escrever novos códigos, em um movimento de retroalimentação.

Se por um lado, o aprendizado de máquina permite que os sistemas de IA realizem tarefas complexas até mesmo para os seres humanos, como prever todas as jogadas possíveis em uma partida de xadrez, no caso da *Alpha Go* – inteligência artificial que venceu campeões mundiais da modalidade –, por outro, o resultado pode ser a ingerência dos programadores sobre os valores de saída das máquinas que constroem. Isso porque o aprendizado de máquina divide-se em duas vertentes: aprendizado supervisionado e não-supervisionado.

No caso do aprendizado supervisionado, as máquinas são treinadas e alimentadas com determinados dados para gerar “alvos” conhecidos, ou seja, *outputs* que já são previstos, como no caso do *Google Tradutor*. Apesar dos programadores não terem como prever todos os textos que a IA receberá como *input*, sabe-se que o resultado sempre será um texto em outro idioma. Já nas inteligências artificiais de aprendizado não-supervisionado, por exemplo o *Chat-GPT*, os programadores não podem prever os *outputs* das máquinas e, por isso, oferecem a elas uma base de dados de treinamento sobre a qual não possuem controle das informações de saída. Os *outputs* são gerados com base em similaridades observadas pela própria máquina. Na Figura 1, é possível observar as categorias dos sistemas de IA.

Figura 1 - Algumas classificações dos sistemas de inteligência artificial



Fonte: Elaboração própria.

É imprescindível destacar que estas são apenas algumas das classificações e abordagens possíveis acerca dos sistemas de inteligência artificial. Nesta pesquisa, adota-se como modelo ideal as inteligências artificiais fracas, generativas e de aprendizado não-supervisionado. Esta escolha deve-se ao objeto empírico selecionado para esta pesquisa. Outrossim, independentemente da definição adotada, o presente trabalho considera que todos os sistemas de IA estão suscetíveis a possuir vieses discriminatórios: seja por simplificações nos processos de pensamento, pela reprodução dos vieses discriminatórios dos seres humanos ou pela suposição de relações causais entre variáveis não relacionadas a partir do *Machine Learning*. Exploraremos essas possibilidades mais adiante neste capítulo.

2.2 É POSSÍVEL SER NEUTRO?

Ao passo que a conceituação teórica sobre as inteligências artificiais encontra-se em disputa, há uma outra realidade – física, material e corporificada – que seria ingenuidade questionar. Para além das definições técnicas, as “máquinas” são sistemas que se utilizam de recursos naturais, trabalho humano, contextos sócio-históricos e decisões geopolíticas. Kate Crawford (2025) defende que ao contrário do que o nome indica, os sistemas de inteligência artificial não seriam autônomos ou racionais, mas máquinas que funcionam com base em treinamento computacional ostensivo, alimentadas por grandes conjuntos de dados e, principalmente, orientadas para a manutenção das hegemonias de poder econômico, político e militar.

Apesar da roupagem tecnológica – por vezes confundida com imparcial – os sistemas de inteligência artificial funcionam com base em simplificações algorítmicas: um mundo extremamente robusto, reduzido a códigos numéricos, com o objetivo de explicar a sociedade. Mas reduzir todas as nuances e complexidades do mundo a um conjunto de relações entre causa e efeito necessariamente implica em selecionar quais informações são relevantes – e portanto quais não devem ser consideradas – para determinado fim.

Que violência epistemológica é necessária para que o mundo seja legível para um sistema de aprendizado de máquina? A IA procura sistematizar o insistemizável, formalizar o social e converter um mundo infinitamente complexo e mutável em uma ordem lineana de tabelas que possam ser lidas por computadores. Muitos dos feitos da IA dependeram da redução das coisas a conjuntos lacônicos de formalismos, baseados em dados representativos [...] (Crawford, 2025, p. 258).

A escolha dos dados relevantes e dos “pontos cegos” das máquinas, entretanto, é marcada por subjetividades e refletem a ideologia dos programadores e das empresas de tecnologia responsáveis por uma plataforma (Boeing; Rosa, 2023). Bonini e Treré (2024) defendem a existência de uma Economia Moral das Plataformas, isto é, um conjunto de valores morais e interesses que regem as *Big Techs*, que se expressa nos Termos de Serviços das plataformas digitais e nas funcionalidades que oferecem aos usuários. A Economia Moral das Plataformas por vezes concorre com a Economia Moral dos Usuários, que utilizam sua agência algorítmica tanto para contestar, quanto para conviver com o poder das grandes empresas de tecnologia.

Crawford (2025) também reconhece as tecnologias como uma arena de disputa de poder e faz uma crítica à visão maniqueísta acerca da IA: por um lado, os tecnoutópicos defendem que a tecnologia seria capaz de encontrar respostas e soluções melhores que as

propostas pelos próprios seres humanos, aplicáveis a qualquer situação; de outro, os tecnodistópicos culpabilizam a “tecnologia” como uma força própria e independente, que seria capaz de dominar o mundo e os seres humanos. Entretanto, ambos os pontos de vista ignoram a possibilidade de uma análise social, crítica e econômica dos sistemas de inteligência artificial, que são controlados por seres humanos com interesses individuais.

Para Alexander Campolo e Kate Crawford (2020), essa ideia popular – e vulgar – da inteligência artificial como algo mágico, que não pode ser explicada nem mesmo por seus próprios programadores, é também uma ferramenta política e discursiva que contribui para a desresponsabilização das empresas de tecnologia pelos prejuízos causados pelas máquinas. Esse fenômeno é chamado de *Determinismo Encantado*:

Somos instruídos a nos concentrar na natureza inovadora do método, e não naquilo que é fundamental: o propósito da coisa em si. Acima de tudo, o determinismo encantado oculta o poder e interdita e discussão pública, bem-informada, o escrutínio crítico ou a possibilidade de rejeição pura e simples (Crawford, 2025, p. 250).

O ideal de neutralidade tecnológica é uma falácia. Entretanto, para Bonini e Treré (2024), no caso dos seres humanos e plataformas, as relações de poder são ainda mais opacas e assimétricas, já que, graças ao desconhecimento acerca do funcionamento da máquina, os seres humanos não estão necessariamente conscientes das implicações causadas pelo seu uso das plataformas digitais – e, quando estão, por vezes a recusa das plataformas é um “luxo” não permitido, como no caso de profissionais que precisam divulgar seu trabalho no Instagram.

Cathy O’Neil (2021) define que o uso dos algoritmos como ferramenta de controle da vida social são *Armas de Destruição Matemáticas* (ADM) que as *Big Techs* não estão interessadas em desarticular. Enquanto para as camadas mais pobres da população, a tecnologia tem acentuado sua marginalização na sociedade, a elite tem se beneficiado não só pelas recomendações algorítmicas que reforçam uma bolha social “perfeita”, mas também pela alta lucratividade dos sistemas que acentuam a desigualdade.

Os processos de Big Data programam em código o passado. Eles não inventam o futuro. Fazer isso requer imaginação moral, o que é algo que apenas humanos podem fazer. Temos de explicitamente embutir melhores valores em nossos algoritmos, criando modelos de Big Data que seguem nossa conduta ética. Por vezes isso vai significar colocar equidade antes do lucro (O’Neil, 2021, p. 189).

Paola Ricaurte Quijano (2022) propõe que as sociedades industrializadas e movidas pela acumulação capitalista estão criando ordens mundiais de classificação e automatizando a

desigualdade. Para a autora, os sistemas de IA funcionam como ferramentas de continuidade da violência estrutural nos campos macro, meso e micropolíticos por meio da sua capacidade difusa e abrangente para operar em larga escala. O resultado é uma tecnologia que funciona de forma biopolítica e necropolítica, responsável por definir quais vidas são mais ou menos importantes.

A manutenção da violência estrutural por meio dos sistemas de inteligência artificial se manifesta em três instâncias: em primeiro lugar, a datificação das esferas natural e social é também uma forma de classificá-las, já que os dados são sobretudo uma (re)construção epistêmica da realidade. Eles revitimizam os grupos subalternizados que possuem ingerência sobre o que e como é dito acerca de sua própria existência, mas também porque contribuem para a exacerbação das desigualdades econômicas, consolidando uma elite de países que possui dados e aqueles que não os têm (Ricaurte Quijano, 2022).

Em seguida, a algoritmização da sociedade também reproduz a violência porque os algoritmos operam como mediações sociais (Winques, 2024), conforme proposto por Jesús Martín-Barbero, e influenciam na produção de subjetividades e classificação dos grupos marginalizados. O apagamento algorítmico amplifica o apagamento histórico de determinados grupos, reforçando a influência tecnológica sobre o extermínio de culturas. Por último, a automatização do mundo da vida também contribui com a manutenção sistêmica da violência, já que opera como uma forma de vigilância e controle sobre os corpos precários e reforça a divisão entre aqueles que detêm o poder e aqueles que são governados por ele (Ricaurte Quijano, 2022).

Deste modo, Ricaurte Quijano (2023) defende que não basta pensar em sistemas de IA éticos e responsáveis, porque um “robô assassino” – armas totalmente autônomas capazes de atacar objetivos sem comandos humanos, que estão sendo desenvolvidos pelas potências bélicas mundiais com auxílio de sistemas generativos – poderia ser transparente e auditável, mas ainda assim não seria uma inteligência artificial realmente justa para todos. Por isso, a autora defende que não basta pensar em sistemas que atendam a certas exigências; é necessário, sobretudo, construir inteligências artificiais que coloquem a erradicação da violência global e a aplicação de políticas de reparação para pessoas que já são vítimas de violências sistêmicas no centro de seu desenvolvimento.

Reconhecida a parcialidade das plataformas digitais e dos sistemas de IA, é necessário compreender as formas como as escolhas políticas, econômicas e culturais se manifestam. Além das funcionalidades e dos termos de uso das plataformas, no caso das inteligências artificiais generativas, as máquinas estão suscetíveis a possuir vieses. Conforme Rodrigues

(2025), as interpretações da realidade feitas pelos sistemas de IA traduzem discriminações e preconceitos e, por isso, retroalimentam e amplificam a desigualdade.

Para Gabriela Bruneau (2024), é urgente romper com a visão puramente técnica sobre os vieses dos sistemas de inteligência artificial, visto que eles possuem raízes e implicações socioculturais profundas. Com base em uma metodologia chamada *Abordagem da Rede de Viés*, a autora demonstra que os vieses são influenciados por limitações materiais e fatores externos, bem como por escolhas na programação dos sistemas, que privilegia métricas em detrimento de análises sociotécnicas.

Shangbin Feng *et al.* (2023) demonstraram, por exemplo, que as principais plataformas comerciais de inteligência artificial possuem tendências políticas que influenciam os *outputs* que oferecem: ao passo que o *Chat-GPT 4*, da *Open AI*, se posiciona à esquerda, o modelo *LLaMA*, da *Meta*, mostrou-se conservador. Os pesquisadores apontam que esta discrepância pode estar relacionada à base de dados utilizada para treinar cada uma das máquinas.

Bruneau (2024) ainda elenca três barreiras para o desenvolvimento ético das máquinas: o tecnocentrismo e tecnosolucionismo, isto é, a ideia de que a própria tecnologia seria capaz de solucionar todos os problemas dos sistemas de IA, despolitizando a questão da rotulagem de dados e dos marcadores sociais na construção do conhecimento; a visão centrada no viés de justiça, ou seja, a percepção de que a justiça seria algo quantificável e não um conceito inerentemente social, reforçando a possibilidade de construção de uma tecnologia neutra; e a abordagem isolacionista no viés de IA, que, em outros termos, seria a crença de que é possível analisar as etapas de processamento de uma máquina de forma individual para corrigir um problema do produto final.

Cozman e Kaufman (2022) afirmam que os vieses dos sistemas de inteligência artificial em geral são atribuídos à escolha de uma base de dados tendenciosa. Entretanto, os autores elencam diversas origens que um viés discriminatório pode possuir: os dados que os desenvolvedores consideram relevantes para a base de informações de uma máquina; dados com amostras desproporcionais à realidade; dados que já estão marcados pelo preconceito da sociedade; erros na rotulagem ou classificação dos dados antes mesmo de serem oferecidos à máquina; intercorrências na transcrição das diretrizes das máquinas em linguagem de programação. Nesse sentido, é possível dividir os vieses discriminatórios com base em sua origem: há os que advém da curadoria – ou da ausência dela – de dados já existentes, bem como aqueles que são inerentes à programação da máquina e fazem parte de sua gênese. A seguir, exploraremos estas duas possibilidades.

2.2.1 Vieses na curadoria do conteúdo

O termo *curadoria de conteúdo* refere-se ao “ato de encontrar, agrupar, organizar ou compartilhar o melhor e mais relevante conteúdo sobre uma questão específica” (Bhargava, 2011, p. 4). Comumente, ela tem sido uma atividade desempenhada por profissionais considerados especialistas na área, como biblioteconomistas, museólogos e jornalistas. Entretanto, no caso das inteligências artificiais generativas, a questão da curadoria torna-se uma problemática complexa, porque não há diretrizes claras sobre quem é o responsável pela seleção dos dados que alimentam uma máquina.

Na era do *Big Data*, em que as informações possuem volume, velocidade e variedade, e estão à disposição das grandes empresas de tecnologia, e do capitalismo de vigilância, que utiliza as movimentações dos usuários na internet para analisar preferências e prever – e, ao mesmo tempo, induzir, por meio de sistemas de IA preditiva – comportamentos financeiros, as máquinas se apropriam de dados disponíveis na web para alimentar e aprimorar seus algoritmos. Conforme Tom Taulli (2020), estes dados podem ter diversas origens: plataformas digitais, dados biométricos, sistemas de ponto de venda, internet das coisas (IoT), sistemas de nuvem e bancos de dados corporativos e planilhas.

Deste modo, é simples inferir que, a depender da origem dos dados, estes possuem níveis diferentes de acurácia e confiabilidade: ao passo que um dado oficial, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, reflete com fidelidade considerável a realidade dos brasileiros, o *feed* de um usuário do X (antigo Twitter) pode ser marcado por discurso de ódio e ofensas, já que a regulação para as plataformas digitais no Brasil ainda está em estágio inicial. Nesse sentido, aqui está a primeira forma como os vieses “entram” em um sistema de inteligência artificial: pelo uso indiscriminado de informações disponíveis na internet, que podem ou não ser verídicas, para treinar a máquina no momento de sua gênese; o *viés nos dados de treinamento prévio do algoritmo*.

Em segundo lugar, como mencionado anteriormente, a maioria das inteligências artificiais são um sistema de *Machine Learning*, que independe da gerência humana para o “aprendizado” e reconhecimento de padrões. Quando disponibilizada para os usuários, a máquina começa um processo de retroalimentação e atualiza as probabilidades de resposta com base na relação causal entre *inputs* e *outputs*. Assim como os dados extraídos do *Big Data*, estas informações também estão suscetíveis não apenas a vieses discriminatórios, mas erros ortográficos, de apuração dos fatos, entre outros. Esta categoria, portanto, pode ser chamada de *viés nos dados produzido pelo uso do algoritmo*.

Não obstante, ainda na esteira dos erros relacionados à curadoria do conteúdo estão os dados sub ou sobre notificados, chamados de *viés na base de dados*. Apesar da metodologia utilizada na produção do dado estar correta, a amostra escolhida não é suficientemente representativa da sociedade. O ambiente escolhido para a realização do estudo também pode gerar um viés (Cozman; Kaufman, 2022). Um exemplo deste caso é o uso de dados de uma cidade aplicados a todo o mundo: pode-se dizer que a maioria das pessoas em uma cidade brasileira tem o português como primeiro idioma, porém este dado não pode ser aplicado à todas as cidades que existem, já que o primeiro idioma é diferente em cada país.

2.2.2 Vieses na gênese da máquina

“Técnicas são desenvolvidas para reduzir a formas quantificáveis, detectáveis e rastreáveis a confusão dos sentimentos, estados de espírito, preferências e identificações” (Crawford, 2025, p. 258). Por isso, além dos vieses advindos de dados discriminatórios, é preciso analisar também as tendências e preconceitos inerentes ao processo de criação da máquina. Neda Atanasoski e Kalindi Vora (2019) demonstram, por exemplo, que a própria tecnologia é uma categoria racial que é utilizada como instrumento para manter as históricas relações de desigualdade.

De antemão, é preciso compreender que os próprios seres humanos, intencionalmente ou não, possuem vieses cognitivos que influem em sua tomada de decisão. Isso porque é natural que a interpretação de alguém seja influenciada por sua cultura, raça, gênero, religião e outras dimensões estruturantes da vida social. Daniel Kahneman (2011) e Boeing e Rosa (2019) destacam que os seres humanos possuem duas formas de processar informações: o sistema 1, mais rápido, intuitivo e automático, toma decisões com base em “atalhos cognitivos” e é especialmente importante para tarefas rotineiras e de defesa, mas, por vezes, se utiliza apenas de informações básicas e superficiais; e o sistema 2, lógico e cauteloso, refere-se às tomadas de decisões conscientes, porém, por outro lado, é mais vagaroso e, eventualmente, ineficiente. Ambos os sistemas funcionam de forma simultânea, complementar e cooperativa. O alto fluxo de tarefas e a morosidade do sistema 2 fazem com que, muitas vezes, o sistema 1 faça deliberações em detrimento do outro, com base em padrões aprendidos pelas experiências anteriores.

Nesse sentido, os próprios seres humanos, mesmo que sem a intenção, já estão suscetíveis a discriminações, preconceitos e reducionismos morais. Mas, seja na vida ou na programação das máquinas, é urgente garantir que os vieses discriminatórios não obscureçam a capacidade de julgamento justo e com base em fatos. No que se refere à programação dos

sistemas de inteligência artificial, entretanto, as empresas têm falhado sistematicamente em garantir que as máquinas sejam orientadas para a equidade.

Em primeiro lugar, pode-se apontar o *viés nas escolhas dos programadores*. Como Bonini e Treré (2024) defendem, a escolha da economia moral das plataformas não é necessariamente um processo pacífico, mas é, muitas vezes, resultado das disputas entre os atores que participam da confecção de uma plataforma digital. Cozman e Kaufman (2022) ressaltam que o papel dos programadores⁷ dos sistemas de IA é um processo sociotécnico, em que eles reconhecem as tarefas que gostariam que a máquina realizasse e traduzem essas funções em linguagem de programação.

Pode-se apontar também os *vieses causados por pontos-cegos*. No momento em que se seleciona a funcionalidade de uma plataforma de IA, é possível imaginar alguns dados que são imprescindíveis para sua gênese. Se o objetivo é construir uma inteligência artificial de geolocalização, por exemplo, é óbvio que dados como logradouros e coordenadas geográficas serão incluídos no treinamento do sistema. Entretanto, uma informação como as cores reais da paisagem pode ser considerada irrelevante pelo programador. Mas, caso o usuário utilize o sistema para encontrar determinada casa e, ao chegar na rua, perceba que a construção na plataforma é laranja, enquanto na realidade é azul, pode haver uma confusão na compreensão da informação. Neste caso, o viés foi causado pela escolha do ponto-cego da máquina, ou seja, pela subvalorização de uma informação determinante para a plataforma (Boeing; Rosa, 2023).

Ademais, no que se refere à questão da produção de informação a partir dos sistemas de inteligência artificial, a classificação ou rotulagem produz o *viés de classificação dos dados*. Para Crawford (2025), as classificações são atos de poder e contribuem para moldar o mundo social e material. Em seu *Atlas da IA*, a autora destaca que as rotulagens de dados são feitas por trabalhadores precarizados em multidão, que recebem categorias pouco lógicas ou justificáveis para enquadrar imagens, como “avô” ou “diretor executivo”.

Os sistemas de aprendizagem de máquina realizam um tipo de indução, aprendem com exemplos específicos a fim de decidir quais pontos de dados procurar nos novos exemplos [...]. Nesses casos, o termo ‘viés’ se refere a um tipo de erro que pode acontecer durante o processo de generalização preditiva — mais especificamente, um erro de classificação consistente e sistematicamente reproduzido que o sistema exhibe quando colocado diante de novos exemplos (Crawford, 2025, p. 159).

⁷ Aqui incluídos não somente aqueles que são responsáveis pelo processo técnico, mas também os idealizadores e financiadores do projeto.

Desse modo, o problema da rotulagem de dados, no que se refere aos vieses discriminatórios, consiste na falta de padronização das classificações, já que são realizadas de forma subjetiva por seres humanos; no uso de categorias fixas e ilógicas para classificar as pessoas, muitas vezes utilizando características relacionais e opressoras; na produção da ideia de naturalidade para alguns corpos, que implica necessariamente em corpos “diferentes e anormais”; na ideia de que um sistema de inteligência artificial poderia fazer inferências sobre o corpo, as preferências, a cultura e a diversidade de seres humanos que possuem agência, capacidade de contestar e se autodefinir; e, principalmente, na possibilidade de uma máquina estabilizar conceitos que estão em disputa justamente porque existem pessoas contestando o que já está dado ou definido, em um movimento de resistência (Crawford, 2025).

Desta forma, “criar uma base de dados de treinamento significa amostrar um mundo quase infinitamente complexo e variado, e fixá-lo em taxonomias compostas de classificações” (Cozman; Kaufman, 2022, p. 202). Crawford (2025) critica a ideia de que os vieses são um problema a ser enfrentado. Para a autora, os vieses da IA são inerentes à classificação, que é, por si própria, uma marca de poder. Entretanto, quando feita com a roupagem da ciência e da tecnologia, a rotulagem dos dados torna-se invisível e se disfarça de neutralidade técnica. Portanto, o próprio ato de programar uma máquina já inclui em si diversos valores subjetivos. A confecção de um sistema de IAGen orientado para equidade não pode se dar apenas pela ausência de comandos discriminatórios, mas deve ser construído com o objetivo de evitar a propagação de preconceitos e estereótipos.

2.3 GÊNERO, SEXISMO E SUAS APROPRIAÇÕES POLÍTICAS

Para compreender como a discriminação de gênero se manifesta em sistemas de inteligência artificial, é preciso dar um passo anterior para reconhecer o contexto brasileiro no que se refere às relações de gênero. Neste tópico, pretende-se fazer uma breve revisão acerca de conceitos que são evocados na discussão sobre sexismo e da história do movimento feminista no Brasil e no mundo. Entretanto, que não pretendemos nos debruçar sobre as disputas e tensões relacionadas aos termos aqui utilizados, em respeito às diversas pesquisadoras e estudiosas feministas que vieram antes de mim e empreenderam esforços durante toda sua carreira para analisar estes fenômenos, mas também porque o objetivo deste trabalho é se concentrar nos impactos sociotécnicos das tecnologias digitais.

Antes mesmo da conceituação da palavra gênero e de seu entendimento como categoria de análise histórica – uma percepção proposta por Joan Scott apenas em 1986 –, ou

mesmo da estruturação do movimento feminista, mulheres de diversas localidades do mundo reuniam-se para reivindicar seus direitos. No entanto, as lutas delas sempre foram plurais e marcadas por particularidades raciais, geográficas e de classe social. Com a ascensão dos estudos sobre os direitos das mulheres e o feminismo – impulsionados pelo próprio movimento feminista –, convencionou-se dividir a história da luta delas em ondas. Esta decisão é uma referência aos momentos de grande mobilização das mulheres em todo o mundo e reconhece que, apesar da existência de picos de protestos e reivindicações, a busca por direitos é contínua e capilarizada por todo o globo.

Como defende Ilze Zirbel (2021), a primeira onda do movimento feminista tornou-se conhecida pela reivindicação das mulheres pelo direito ao voto e foi marcada pela atuação das sufragistas. Todavia, esta é uma forma reducionista de compreender a primeira grande insurgência global das mulheres. No final do século XVIII e no início do século XIX, a Europa experimentava um momento de transição entre a Idade Média e a Modernidade, caracterizado principalmente pela Revolução Francesa, que resultou na criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um documento que garantia direitos fundamentais a um grupo seleto de homens brancos, mas excluía diversos estratos sociais da categoria de cidadão, inclusive as mulheres, como apontam Joasey da Silva, Valter do Carmo e Giovana Ramos (2021); e pela Revolução Industrial, que posicionou o lucro no centro da vida social enquanto as mulheres experimentavam o trabalho de cuidado não remunerado e as desigualdades salariais em relação a homens que desempenhavam a mesma função (Zirbel, 2021).

Em resposta às incoerências que elas percebiam nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, no final do século XIX, a primeira onda do movimento feminista se consolida por meio da reivindicação de direitos como a autodeterminação sexual, acesso a determinadas profissões, melhoria nas condições de trabalho, acesso à educação formal igual à oferecida aos homens, entre outras demandas. Embora esta primeira onda, por vezes, seja vulgarmente definida como uma pauta de mulheres brancas e de classe média, vale ressaltar que as mulheres negras e trabalhadoras também foram às ruas reivindicar por direitos civis, porque percebiam no voto uma possibilidade de melhorar suas condições de vida e trabalho (Zirbel, 2021). Isso não significa, entretanto, que os diferentes grupos de mulheres participavam do movimento em igualdade. Neste momento, a luta delas ainda não alcançava a interseccionalidade – termo cunhado apenas em 1989, por Kimberlé Crenshaw.

A segunda onda do feminismo, por sua vez, carregou o slogan “o pessoal é político”. Neste momento, a luta se concentrava em libertar-se da opressão, ainda que o significado de

opressão fosse diferente para cada uma das mulheres. É neste momento que a luta feminista começa a reconhecer que, embora todas as mulheres, em maior ou menor nível, experimentem o sexismo, cada uma delas possui aspirações diferentes de acordo com suas próprias experiências de vida. A partir da segunda onda, surgem diferentes vertentes do movimento das mulheres, que trabalham na produção de sua própria epistemologia, como o feminismo liberal, feminismo radical, feminismo socialista, entre outros (Zirbel, 2021).

É na esteira das epistemologias feministas que o gênero se consolida como um conceito central para compreender o movimento das mulheres. Embora o termo tenha sido proposto, pela primeira vez, por pesquisadores das ciências biológicas em uma tentativa de explicar a interssexualidade, foi graças ao feminismo que o gênero ganhou centralidade nas discussões atuais (Preciado, 2008). Neste sentido, faz-se necessário realizar uma diferenciação entre sexo e gênero: enquanto sexo refere-se à condição biológica, mais precisamente, aos órgãos genitais de um indivíduo, gênero busca definir as construções socioculturais relacionadas ao sexo que, por muito tempo, foram consideradas inatas.

Judith Butler, por sua vez, promove reflexões acerca do sistema sexo-gênero. Para o autore⁸, o sexo é sempre generificado e o gênero é sempre sexualizado. Isso significa que, antes mesmo do nascimento de uma criança, a partir da revelação do seu sexo, já existem expectativas de gênero projetadas sobre ela. O sistema sexo-gênero, portanto, é uma forma de violência contra todas as pessoas – que não possuem o direito à agência sobre seus próprios corpos – e principalmente contra as pessoas que possuem diferentes identidades de gênero, como a comunidade trans. Butler também propõe que o sistema sexo-gênero está relacionado ao desejo e à prática sexual: o sexo também resulta em expectativas sociais sobre com qual gênero determinado indivíduo deve se relacionar afetiva e sexualmente. Mais uma vez, o resultado desse sistema socialmente aceito é a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Neste sentido, Butler propõe a teoria da performatividade de gênero, isto é, a ideia de que os discursos sobre os corpos, proferidos repetidamente, também constroem e definem aquilo que os corpos efetivamente são (Colling, 2018).

Feitas as devidas conceituações, voltemos à linha do tempo do movimento feminista. No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, a segunda onda do feminismo aconteceu durante o período da ditadura. Apesar dos avanços, ainda tímidos, registrados pela luta das mulheres durante o governo militar, foi na fase da redemocratização do país que o feminismo conquistou avanços significativos, como o direito ao controle de

⁸ Utilizamos ‘e autore’ porque Judith Butler se identifica como uma pessoa não binária.

natalidade e um programa nacional direcionado à saúde da mulher (Da Silva; Do Carmo; Ramos, 2021).

Já a terceira onda, por sua vez, é motivo de tensão entre as pesquisadoras do movimento feminista: assim como em toda a história do feminismo, houve momentos de maior agitação e períodos de calmaria nas reivindicações das mulheres, o que não significou o fim da luta pelos direitos delas. Entretanto, na década de 1980, surge nos Estados Unidos um movimento que definia as jovens mulheres como “pós-feministas”, como se a luta estivesse no passado. Em resposta, a feminista Rebecca Walker publicou, em 1992, um ensaio em que não apenas advogava pela continuidade do movimento feminista, mas também se colocava como integrante da terceira onda (Zirbel, 2021).

Algumas pesquisadoras consideram a publicação do texto de Walker como o marco inicial da terceira onda, que teria sido caracterizada pelas interseccionalidades e pluralismo de pautas, enquanto outras concordam com a autora no que se refere à continuidade do movimento das mulheres, mas não consideram que o texto possa marcar um novo período de reivindicações, já que os protestos continuaram adormecidos até meados da década de 2010. Por isso, ainda não existe consenso se os protestos do século XXI pelo fim das diversas formas de violência contra a mulher marcaram a terceira ou a quarta onda feminista.

Para este trabalho, propomos que os protestos e manifestações de 2010, caracterizados pela forte influência das plataformas digitais, em especial por *hashtags* como #MeToo, #MeuPrimeiroAssédio ou #MeuProfessorAbusador, fazem parte da terceira onda feminista. Isso porque, em consonância com Zirbel (2021), compreendemos as intersecções da luta das mulheres com outras pautas como um movimento contínuo e não como uma ruptura responsável pela determinação de nova fase. Também nos alinhamos à autora na defesa de que “tempos de calmaria (ou de perseguição e silenciamento) não implicam, necessariamente, o fim da indignação, da esperança e do desejo de melhorar as condições de vida materiais e simbólicas nas quais nos encontramos” (Zirbel, 2021, p. 27).

Mas, em resposta aos avanços conquistados pelas lutas feministas, bem como aos progressos que resultaram das reivindicações de diferentes grupos subalternizados, o Brasil e todo o mundo têm experimentado a ascensão de um novo movimento conservador. A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016 foi a primeira conquista da chamada “nova direita”. Este grupo se caracteriza pela crítica aos governos progressistas que dominaram as Américas nos últimos anos e a “degradação” de valores; defesa de instituições como a família, a religião e o capitalismo; populismo e patriotismo; e, principalmente, pela desconfiança das instituições estabelecidas (Politize!, 2022). Mark Coeckelbergh (2026)

propõe que esse movimento conservador se alia às novas tecnologias para propagar a desconfiança das instituições: ao invés de celebrar abertamente a violência e a dominação, instaura-se o que o autor denomina como *tecnofacismo*, caracterizado por mecanismos de controle silenciosos, como extração de dados, governança algorítmica e direcionamento comportamental acentuado pelas plataformas digitais.

Na esteira da defesa das instituições e oposição à degradação dos valores, bem como ataque à democracia, o discurso antigênero se propaga: cerca de 10% das mulheres brasileiras a partir de 16 anos sofreram violência digital em 2025 e, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), nove a cada dez vídeos íntimos falsos criados com inteligência artificial têm mulheres como alvo (Cochrane, 2026).

Em um contexto em que a violência contra as mulheres já ocupou as plataformas digitais e tem encontrado nelas uma ferramenta de difusão de discurso de ódio, este trabalho procura delinear os espaços digitais já conquistados pela luta feminista. Apesar da suposta imaterialidade da internet, compreendemos que ocupar espaços é também uma forma de avançar na defesa dos direitos das mulheres. Para mapeá-los, entretanto, é necessário reconhecer os mecanismos dos quais o discurso antigênero se apropria para se capilarizar.

2.3.1 Sexismo algorítmico

Fernanda Taso, Valéria Reis e Fábio Martinez (2023) demonstraram estatisticamente o viés discriminatório de gênero em sistemas de inteligência artificial em um estudo sobre a relação entre as profissões consideradas “femininas” e sua relação com a ocupação das mulheres brasileiras. Thiane Neves-Barros (2025) destaca que as IAGen reforçam as imagens de controle dos corpos de mulheres negras e pobres, contribuindo para a manutenção dos estereótipos de raça, gênero e classe. Cecília Travník, Matias Mandelbaum e Federico Marchiano (2024) relacionam o uso de vozes femininas para as assistentes virtuais de IA com características como “docilidade” e “receptividade” e evidenciam o desconhecimento dos usuários das plataformas sobre a existência dos vieses discriminatórios de gênero nas tecnologias. Já Yasmim de Sant’anna e Fabiano Fumes (2024), por seu turno, ao analisar três ferramentas gratuitas de IAGen para geração de imagens, atestaram que os sistemas contribuem para reforçar estereótipos de gênero e o *status quo*.

Na esteira dos estudos supracitados, Gonçalves (2024) propõe o uso do termo “sexismo algorítmico” para descrever as assimetrias de gênero das plataformas digitais. De acordo com Thiago Campos (2025), sexismo refere-se à discriminação ou preconceito

baseado no gênero, que pode acontecer de forma explícita e abertamente hostil ou de modo velado, como elogios e comentários. Para Gonçalves (2024), enquadrar os vieses discriminatórios de gênero como uma forma de sexismo é importante para coletivizar um problema que tem sido tratado de forma individual, bem como desmistificar a percepção de que os vieses seriam um acidente, e não parte inerente da construção de um sistema de inteligência artificial.

Conforme Amparo Betanzos (2023), as inteligências artificiais enfatizam os papéis de gênero na oportunidade de acesso à tecnologia, no design, escolhas e até mesmo nas vozes dos aplicativos, na seleção de dados utilizados para treinar uma plataforma, na codificação da máquina, entre outros modos. O autor também ressalta que, devido à maioria dos programadores serem homens, mais do que representar “as mulheres”, as plataformas desenvolvidas por eles representam as ideias destes programadores sobre as mulheres, negando a elas a possibilidade de agência e autodefinição.

Joy Buolamwini e Timnit Gebru (2018), por sua vez, demonstraram que, quando analisadas as categorias homem de pele clara, homem de pele escura, mulher de pele clara e mulher de pele escura, os sistemas de inteligência artificial reconheceram melhor os homens de pele clara e tiveram seu pior desempenho com as mulheres de pele escura, comprovando tanto o racismo quanto o sexismo algorítmico das máquinas. Para Crawford (2025), mais do que o aumento na variância das imagens de referência e treinamento das IAs, é necessário repensar a concepção de que raça e gênero possam ser aprendidos por uma máquina, visto que estes conceitos são construções sociais e variam de acordo com o tempo e o lugar. Fernanda Carrera (2020) concorda. Para a autora, não basta ignorar as desigualdades sociais durante a construção de sistemas algorítmicos, porque a velocidade e o alcance dos conteúdos produzidos pela máquina intensificam as discriminações sociais.

Betanzos (2023) também destaca a influência da língua nos vieses de gênero dos sistemas de IAGen: embora as máquinas sejam projetadas para serem utilizadas independentemente do idioma do usuário, elas “aprendem” de formas diferentes em idiomas distintos. Por exemplo: em inglês, muitos adjetivos não possuem flexão de gênero – *tall*, *ugly*, *small*, *thin* –, ao contrário do português, em que estes adjetivos são mais frequentemente associados a determinado gênero, padrão reconhecido e memorizado pela máquina. Desse modo, embora as pesquisas apontem para os vieses de gênero, as taxas e padrões de comportamento da máquina se alteram de um idioma para outro.

Ainda para Betanzos (2023), a IA oferece riscos à igualdade de gênero: o impacto dos preconceitos dos seres humanos nos algoritmos que criaram; a dificuldade no reconhecimento

de vieses originários dos dados de treinamento da máquina; as relações causais criadas pela máquina entre variáveis não relacionadas; o fato de que estereótipos de gênero presentes em dados que alimentam a máquina também influenciam as decisões do sistema; a opacidade e falta de transparência; o amplo alcance de possíveis dados discriminatórios gerados; a falta de diretrizes sobre responsabilização acerca dos sistemas.

Este trabalho procura compreender, portanto, como o projeto *Radar Antigênero* construiu uma inteligência artificial que busca subverter o sexismo. Neste sentido, em continuidade aos avanços conquistados na terceira onda feminista, principalmente no que se refere à luta contra a violência, compreendemos as IAs como um novo território em disputa pelo movimento feminista. Deste modo, é preciso pensar nas possibilidades de construir tecnologias localizadas e orientadas por uma perspectiva sociotécnica que priorize a justiça social.

2.4 PODEMOS PENSAR EM UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FEMINISTA?

Ao advogar pela construção de “saberes localizados”, a filósofa e feminista Donna Haraway (2009) criticou tanto o construtivismo radical, que propunha que a verdade científica era uma retórica, isto é, uma disputa pelo convencimento de atores sociais, bem como o empirismo feminista, que apesar dos esforços para construção de uma ciência reformadora, possuía o risco de resumir a realidade à perspectiva dos grupos marginalizados. Dessa forma, Haraway (2009) propôs o rompimento com a ideia de um conhecimento científico neutro e defendeu que todas as pessoas possuem visões mediadas e localizadas.

Entretanto, Haraway (2009) também defende a construção de saberes “de baixo para cima”. Isso porque, para a filósofa, os grupos subjugados, ainda que suscetíveis a erros e incoerências, estavam mais propensos a possuir uma visão crítica da realidade e reconhecer os problemas do conhecimento “imparcial”. Por este ponto de vista, reconhecendo que o sexismo algorítmico atinge principalmente as mulheres, faz-se necessário investigar os esforços delas para a construção de uma inteligência artificial feminista (IAF).

O termo inteligência artificial feminista surge, pela primeira vez, em 1995, na conclusão do trabalho *Artificial intelligence and women's knowledge*, de Alisson Adam (Toupin, 2024) e refere-se a sistemas de IA orientados pela equidade, que se utilizam de formas criativas para correção das desigualdades – não apenas de gênero, mas de raça, classe, geografia, entre outras. Seu objetivo, portanto, é produzir máquinas que, para além da

eficácia – medida simplesmente em termos estatísticos –, preocupem-se também com a eficiência e mantenham a justiça social em seu horizonte (Kraft-Buchman; Peralta, 2024).

Wanda Jaime (2024) reforça que, embora o feminismo possa ser interpretado como a luta das mulheres pela igualdade de gênero, as pesquisas sobre inteligência artificial feminista apontam para uma compreensão mais ampla do termo, inspirada pela interseccionalidade, que descreve a insurgência contra todas as formas de violência alimentadas pelo sistema capitalista e colonial que oprime não apenas as mulheres, mas todos os grupos marginalizados. Nesse sentido, em seu manifesto, a plataforma feminista brasileira Fem.IA⁹ propõe a compreensão de IAFs como:

sistemas de decisão algorítmica e inteligência artificial concebidos com base em conhecimento situado e inclusão desde a origem, com o objetivo de criar novas oportunidades e corrigir proativamente desigualdades estruturais. Essa definição em construção tensiona pressupostos clássicos da engenharia computacional e da governança tecnológica, deslocando o foco da eficiência e do desempenho para a justiça e a reparação (Manifesto, 2025).

Ricaurte Quijano (2024), em entrevista para Carlos Eduardo Aguiar, destaca que a criação de IAFs é uma forma de apropriação dos meios de produção da tecnologia feitas pelas margens, isto é, a possibilidade de grupos subalternos participarem da construção das infraestruturas, dados, modelos e conhecimentos públicos e comunitários, que atendam suas necessidades e desafiem a reprodução do *status quo* – interesse principal dos sistemas comerciais de inteligência artificial. A autora ainda aponta que o Sul Global pode e deve contribuir ativamente com a consolidação de IAs mais justas, que não sejam orientadas pela colonialidade do poder. Ricaurte Quijano (2021) advoga pela contribuição da cultura de inovação das margens, na maioria das vezes feita com poucos recursos – no caso do Brasil, a gambiarra – para os sistemas generativos. Isso porque, apesar de negligenciadas pelas *Big Techs* como produtoras de conhecimento, as pessoas marginalizadas são agentes de inovação no cotidiano, que podem colaborar com a criação de sistemas que visem o consentimento e corporeidade, o conhecimento situado e a memória, a conectividade significativa e a tomada de decisões autônoma.

Para Joana Varon e Paty Peña (2020) uma máquina orientada para equidade de gênero e suas intersecções não pode ser construída com base na vigilância dos pobres, no extrativismo colonial, no trabalho precarizado, na automatização de políticas neoliberais, no racismo estrutural, em designs patriarcais ou na falta de transparência.

⁹ Disponível em: <https://fem-ia.com/>. Acesso em: 08 de jan. de 2026.

Ambika Tandon (2021) destaca como princípios das inteligências artificiais feministas a reflexibilidade, isto é, o reconhecimento do poder – ou da ausência dele – dos envolvidos na construção de um ecossistema de IAF; a participação, ou, em outras palavras, a inclusão do público-alvo de uma máquina no processo de sua gênese; a interseccionalidade, ou seja, que as diferenças sociais sejam abordadas e consideradas nos processos de programação e treinamento de um sistema de IAF; e o trabalho em prol da mudança estrutural, que implica em identificar e excluir as distintas formas de opressão das plataformas.

Ademais, uma inteligência artificial feminista pode ser assim classificada em seis dimensões de análise: dados e modelos computacionais orientados pelo feminismo; design feminista na gênese da ferramenta de IA; política pública para promoção da equidade; trabalho crítico e politicamente situado na intersecção entre justiça social, gênero e tecnologia; reconhecimento dos vieses discriminatórios culturais dos sistemas de IA e sua correção; e questionamento da conceituação de “conhecimento” a partir da perspectiva de Haraway (2009) acerca dos saberes situados (Toupin, 2024).

Sasha Costanza-Chock (2023) lança luz sobre como o sistema de produção de tecnologias centrado em homens brancos se retroalimenta. Para a autora, apesar de todas as pessoas estarem envolvidas na projeção de um design de inteligência artificial, os grupos que possuem o poder são os principais responsáveis – em termos financeiros, inclusive – pela programação das máquinas. Embora as diretrizes das empresas de IA recomendem o “design centrado no usuário”, é preciso pensar quem é o tipo ideal de usuário dos quais se apropriam. Isso porque os programadores tendem a imaginar “usuários” semelhantes a si e, desta forma, reproduzem escolhas políticas que os priorizam.

A referida autora advoga pela justiça no design, que consiste em não apenas buscar a participação dos grupos marginalizados na construção de ferramentas tecnológicas, mas utilizar o design de sistemas de inteligência artificial para potencializar as lutas e reivindicações que surgem nas próprias comunidades. Nessa esteira, Toupin (2024) defende que as IAFs precisam romper com as “esferas tecnoliberais de inclusão”, isto é, concentrar-se não apenas em técnicas feministas, mas em uma construção sociotécnica que desafie as estruturas de poder dominante.

Destarte, a inteligência artificial feminista, embora seja uma área de estudos recente, contribui para a análise dos sistemas de IA à luz das necessidades, lutas e aspirações das populações marginalizadas e pode contribuir ativamente para a gênese de futuras tecnologias que não desafiem os vieses algorítmicos, porque eles são inerentes à programação das máquinas, mas que sejam inspiradas e orientadas por ideais de reparação e justiça social.

Entretanto, é ingênuo acreditar que uma área de estudos em fase embrionária não possua limitações. Este trabalho reconhece as ferramentas de inteligência artificial feministas como um futuro possível, mas não pretende ignorar os desafios que estas criações ainda enfrentam.

Apesar do progresso em reconhecer que o design de tecnologias não pode restringir-se aos grupos dominantes, é preciso pensar nas pessoas que ainda não estão incluídas nessa agenda de pesquisa. Um exemplo é a *Rede Global f<a+i>r*, mencionada na introdução desta pesquisa. Embora as pesquisadoras associadas à rede estejam à frente do cenário internacional de compreensão e produção de IAFs, um dos principais apoiadores financeiros da coalizão é o *International Development Research Centre* (IDRC) do Canadá e, em 2025, a parceria resultou em uma chamada para apresentação de propostas conceituais de IAF na América Latina e Caribe com o objetivo de financiar o desenvolvimento dos projetos.

Entretanto, a Venezuela, por exemplo, foi considerada um país não elegível para financiamento pelo Canadá. Questões como essa promovem novos debates urgentes: quanta responsabilidade os povos subalternizados venezuelanos possuem sobre as tensões geopolíticas que operam na política internacional? Apesar do louvável incentivo à produção de tecnologias orientadas para igualdade, chamadas como essa ampliam a soberania dos países do Sul Global ou operam como concessões ofertadas por países desenvolvidos? Não pretendemos nos debruçar sobre essas problemáticas agora – sobretudo por reconhecer a importância da insurgência da temática para contribuir com a construção de uma tecnologia mais justa –, mas os próximos passos das pessoas comprometidas com essa agenda de pesquisa precisarão se confrontar com essas questões.

3. SOBRE O PRODUTO *RADAR ANTIGÊNERO*

*Pois não posso, não devo, não quero
Viver como toda essa gente insiste em viver
E não posso aceitar sossegado
Qualquer sacanagem ser coisa normal*

Bola de Meia, Bola de Gude - Milton Nascimento

Este capítulo é, antes de tudo, uma homenagem a todas as mulheres que encontram formas criativas de resistir às imposições deste mundo, em especial, à ativista porto-riquenha Carmen Castelló. Espectadora assídua de telejornais, assim como grande parte das senhoras latinas – e aqui incluo a minha avó –, Castelló transformou seu incômodo sobre o modo como as mortes de mulheres são noticiadas no maior banco de dados sobre feminicídio de Porto Rico. Com um projeto autônomo e ativismo de base que surge de um desconforto pessoal, ela faz parte de uma extensa lista de mulheres latinas que se recusam a naturalizar a violência contra seus corpos. De forma consciente ou não, Castelló contesta os dados oficiais sobre feminicídios no país – ou melhor, a ausência deles! – para contestar também a narrativa hegemônica acerca das mortes de pessoas do gênero feminino.

A ativista, o “menino” sobre quem Milton Nascimento canta, as músicas alegres e políticas de Bad Bunny e todas as pessoas que olham com esperança, força e indignação para as injustiças que experimentamos sistematicamente me movem em direção ao estranhamento das formas de sociabilidade que nos foram ensinadas desde a infância. Porque me recuso a aceitar sossegada qualquer sacanagem como coisa normal. E estou certa de que, assim como ao meu lado, em todos os confins deste mundo existem corações que pulsam ansiosos pela construção de uma sociedade menos doída e cruel com os corpos que confrontam as expectativas a eles atribuídas.

Por todos eles, eu continuo. Sigo acreditando em um jornalismo posicionado e orientado pela justiça social, que utiliza o feminismo de dados para, simultaneamente, restaurar a vida e a vitalidade das pessoas prejudicadas pelas violências estruturais e questionar a ordem sociopolítica vigente a fim de erradicar a violência.

Por todos eles, neste capítulo, eu busco fazer uma revisão bibliográfica acerca do *Radar Antigênero*: examino como o produto se apresenta e quais conceitos da ciência de dados mobiliza para realizar a identificação e análise de discursos antigênero divulgados pelo YouTube. Porque, assim como entendo a tecnologia de forma generificada e as

epistemologias da comunicação como saberes parciais, é preciso também compreender que os dados refletem sociabilidades e ideologias, como defende D’Ignazio (2024).

Deste modo, este capítulo é dedicado a entender o que é o jornalismo de dados, como os dados podem ser mobilizados em prol de reivindicações políticas – já que eles estão constantemente a serviço da manutenção do *status quo* – e como o produto *Radar Antigênero* produz e se utiliza de dados para honrar a história das vítimas de discursos discriminatórios no Brasil e garantir que os números se traduzam em visibilidade para uma forma de violência ainda negligenciada, com o objetivo de dismantelar as circunstâncias que possibilitam sua continuidade. Neste capítulo, dedicamo-nos ao objetivo de analisar de que forma a justiça de dados e os contradados podem ser incorporados, a partir da perspectiva do jornalismo, em sistemas de IAGen.

3.1 JORNALISMO DE DADOS

Apesar de os dados serem cruciais para a prática do jornalismo desde o seu surgimento, o chamado “Jornalismo de Dados” ganha força por volta da década de 2010, quando o mundo experimenta um processo crescente de plataformação da vida social. Como indicam Jonathan Gray, Liliana Bounegru e Lucy Chambers (2018), ele surge na esteira do Jornalismo de Precisão – *Precision Journalism* –, responsável por apontar a dependência que o campo possuía em relação às assessorias de imprensa e fontes oficiais, principalmente na década de 1970.

Como alternativa, a vertente propunha a utilização de técnicas de pesquisa em ciências sociais para ampliar as fontes para as reportagens, que resultaram em mais representatividade dos grupos marginalizados nos jornais e em uma maior independência dos jornalistas em relação aos órgãos governamentais. Neste contexto, surgem as Reportagens com Auxílio de Computador (RAC), que utilizam o suporte técnico que os computadores podem oferecer para aplicar metodologias das ciências humanas em busca de informações.

Com o avanço da plataformação, todos os fenômenos sociais, do mais simples ao mais complexo, podem ser descritos por números – mais precisamente 0 ou 1, de acordo com o código binário. Neste sentido, Leonardo Mancini e Fabio Vasconcellos (2016) apontam que o jornalista, antes responsável por captar informações e divulgá-las, experimentou uma ruptura na profissão devido ao advento do *Big Data*, que garante acesso público a cada vez mais dados de forma variada, veloz e volumosa. Para os autores, a grande quantidade de informações disponíveis faz com que, mais do que buscar os dados, os jornalistas adquiriram

um papel central na filtragem e interpretação de informações, bem como na produção de contextos¹⁰ para sua compreensão.

O jornalismo de dados se refere, portanto, à capacidade do jornalista de contar histórias relevantes para o público a partir do enorme volume de informações que possui disponível online. Diferencia-se das RACs por estar intrinsecamente associado à cultura de dados abertos e não se restringe apenas ao uso das informações como fontes, mas também inclui a apropriação das ferramentas digitais para contar histórias de interesse público (Mancini; Vasconcellos, 2016).

Stray (2014), citado por Mancini e Vasconcellos (2016), defende que o jornalismo de dados é uma escolha do jornalista sobre como informar a respeito de um fato. Para o autor, enquanto a quantificação transforma fatos em dados, a análise permite a transformação dos dados em conhecimento e, por fim, a história é comunicada ao público. Cabe destacar também que o jornalismo *DE* dados difere-se do jornalismo *COM* dados: enquanto o primeiro refere-se às reportagens que existem vinculadas a dados, isto é, que são redigidas com o objetivo de evidenciar dados, o segundo define as produções que utilizam um ou outro dado para ilustrar determinada situação (Mancini; Vasconcellos, 2016).

Para o leitor, por sua vez, o jornalismo de dados garante a democratização das fontes e das informações oferecidas em uma notícia com um duplo papel: ao passo que pode acessar as informações e interpretá-las de acordo com critérios de relevância pessoais, ele também pode verificar as informações disponibilizadas pelos jornalistas e revisar suposições comumente aceitas (Gray; Bounegru; Chambers, 2018).

Como aponta Livia Vieira (2025), pode-se pensar no início do jornalismo de dados no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, quando a prática esteve restrita aos grandes jornais do país, como Folha de São Paulo e O Globo, e dependia exclusivamente do acesso privilegiado de jornalistas de renome a documentos ainda restritos às autoridades. Mas, em 2011, com a publicação da Lei 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), todos os cidadãos tiveram assegurado o direito de solicitar dados públicos de órgãos governamentais. A lei também foi responsável pela criação dos Portais da Transparência, que indicam os salários de funcionários públicos, permitindo investigações aprofundadas sobre os gastos nacionais. Apesar dos avanços, a LAI ainda possui entraves, como a possibilidade de as autoridades decretarem sigilo sobre determinados documentos.

¹⁰ Neste trabalho, defendemos que contextos são construídos socialmente. Para se aprofundar na discussão, visite a seção 3.2.

Entre as décadas de 2010 e 2020, somam-se aos veículos tradicionais diversas propostas de jornalismo contra-hegemônico que se dedicam a realizar a curadoria de dados e disponibilizá-los de formas intuitivas ao público. Eliete Pereira e Joice Melo (2020) destacam que os jornais alternativos se destacaram na construção de narrativas com dados e interfaces interativas, principalmente por serem nativos digitais, como o Nexô Jornal e a Agência Pública. Nesta esteira, encontra-se também a Associação Gênero e Número (GN), uma das organizações responsáveis pela criação do produto *Radar Antigênero*.

Entretanto, ao passo em que o jornalismo de dados se tornou uma prática mais comum e conhecida em todo o mundo, diversos acadêmicos e ativistas da sociedade civil iniciaram um processo de alerta para os impactos negativos da era do *Big Data*, principal responsável por fornecer as informações utilizadas pelo campo. O processo de datificação social, que alimenta o *Big Data*, responsável por quantificar – e, conseqüentemente, qualificar – os mundos social e natural, resultou em novas formas de produção de valor e em uma remodelação das relações sociais, bem como amplia a marginalização de corpos dissidentes.

Entre os problemas destacados está a vigilância algorítmica da privacidade dos cidadãos que, conforme defende Shoshana Zuboff (2021), culmina no surgimento do capitalismo de vigilância: uma fase do capitalismo que se apropria da experiência humana de forma predatória para transformá-la em matéria-prima para alimentação de sistemas preditivos e de inteligência artificial generativa. A autora propõe que

nós somos as fontes do superávit crucial do capitalismo de vigilância: os objetos de uma operação de extração de matéria-prima tecnologicamente avançada e da qual é impossível escapar. Os verdadeiros clientes do capitalismo de vigilância são as empresas que negociam nos mercados de comportamento futuro (Zuboff, 2021, p. 22).

Isso significa que as grandes empresas de tecnologia se apropriam das informações e preferências que extraem dos comportamentos dos usuários das plataformas digitais para produzir “máquinas inteligentes” e prever comportamentos futuros dos indivíduos a fim de utilizar essas informações para gerar lucro. Ricaurte Quijano (2023) propõe a compreensão das epistemologias de dados como uma forma de colonialidade de poder, sobretudo porque as pessoas que se recusam a engajar-se na dinâmica das plataformas digitais experimentam uma forma de exclusão social. Para a autora, o extrativismo de dados resume a vida a um fluxo contínuo de dados, excluindo formas alternativas de ser, pensar e sentir. Em concordância com a autora, Larissa Pelúcio, Bruna Irineu e Mariah Rafaela Silva (2025) evidenciam que os

principais alvos da vigilância e da monetização são os corpos racializados e generificados, assim como as pessoas LGBTQIAPN+, com destaque para os países do Sul Global.

Paz Peña e Joana Varon (2019) evidenciam que o consentimento, apesar de ser uma palavra-chave para a relação entre os seres humanos e entre os seres humanos e máquinas, tem sido menosprezado tanto pelas abordagens patriarcais aos corpos dissidentes quanto pelo sistema neoliberal em relação aos dados. Elas defendem que o modo de consentir com os termos de uso das plataformas digitais – simplesmente clicando em um botão – priva os usuários do “não”, por estar inserido em uma relação de poder assimétrica, em que não concordar com os termos representa a exclusão de determinadas esferas da vida social. Elas defendem que o consentimento é mais matizado que as opções binárias entre concordar ou não, mas, justamente pela opacidade dos sistemas algorítmicos e generativos, as empresas de tecnologia sequer podem informar sobre os riscos de forma esclarecida, já que sistemas como o *machine learning* funcionam como uma caixa-preta.

Na segunda edição do *Manual de Jornalismo de Dados*, também organizado por Gray e Bounegru ([s.d]), os autores reconhecem e se debruçam sobre desafios que os dados impõem para o jornalismo de dados:

dados não oferecem representações neutras e diretas do mundo, visto que se encontram enredados em meio à política e cultura, ao dinheiro e poder. Instituições e infraestruturas que apoiam a produção de dados — de pesquisas a estatísticas, de ciência climática a redes sociais — passaram a ser questionadas. Logo, cabe perguntar: quais dados, de quem e por quais meios? Dados sobre quais temas e para que finalidade? Quais temas são ricos em dados e quais são pobres? Quem é capaz de se beneficiar destes? Quais tipos de público são agrupados através dos dados, quais competências são suportadas, quais tipos de política pode sancionar e quais os tipos de participação que engendra? (Gray; Bounegru, [s.d.], p. 3).

Além disso, como introduzimos no tópico 2.2.1 deste trabalho, os dados originários do *Big Data* estão suscetíveis a *vieses nos dados de treinamento prévio do algoritmo*. Ricaurte Quijano (2023) também aponta para os riscos desproporcionais que o extrativismo de dados expõe aos corpos subalternizados e defende que a

racionalidade centrada em dados deve ser entendida como uma expressão da colonialidade do poder (Mignolo, 2014; Quijano, 2000; 2007), manifestada como a imposição violenta de formas de ser, pensar e sentir que levam à expulsão de seres humanos da ordem social, negam a existência de mundos e de epistemologias alternativas (Escobar, 2017; Santos, 2009), além de ameaçarem a vida na Terra (Ricaurte Quijano, 2023, p. 8).

Desta forma, a atual cultura de dados, que se baseia principalmente no extrativismo e exploração – das pessoas e da natureza, como demonstrou Crawford (2025) – é, por si só,

uma forma de violência epistêmica, pois nega a algumas pessoas a possibilidade de autorrepresentação. Mas, se por um lado há uma indústria que se dedica a coletar dados de todas as pessoas de forma irrestrita e predatória, por outro existem dados que, apesar da demanda política e social, ainda não existem. É a partir dessas críticas à ciência de dados hegemônica que D'Ignazio e Klein (2020) propõem o feminismo de dados, que exploramos no tópico a seguir.

3.2 FEMINISMO DE DADOS

Em *Counting Feminicide: data feminism in action*, inspirada por ativistas de toda a América Latina, como María Salguero e Carmen Castelló, que produziram seus próprios bancos de dados sobre feminicídio para preencher lacunas geradas pelo poder público, D'Ignazio (2024) advoga pela construção de uma ciência de dados restaurativa/transformadora por meio do feminismo de dados. Ao reconhecer que os dados não são neutros, mas são necessariamente políticos e produzidos – isto é, são construções sociais –, a autora propõe que a ciência de dados hegemônica é uma forma de conhecimento que contribui para a concentração de riquezas e ampliação das desigualdades sociais e danos ambientais.

Catherine D'Ignazio e Laura Klein (2020) defendem que o feminismo de dados é uma forma de examinar e desafiar o poder desigual na ciência de dados em prol da desarticulação de sistemas que perpetuam desigualdades estruturais a partir de um campo de conhecimento que coloque as experiências corpóreas no centro da sua análise. Neste caso, o feminismo não se refere exclusivamente à luta pela igualdade de gênero, mas a uma forma de mobilização estrutural contra o sistema econômico que acumula capital às custas de violências que atingem corpos dissidentes e marginalizados, bem como a uma preocupação com os diversos modos de desequilíbrio de poder na atualidade, por compreender que os ataques à autonomia corporal de qualquer grupo são ataques à agência de todas as pessoas.

O feminismo de dados propõe que a ciência de dados hegemônica tem muito a aprender com o feminismo interseccional e considera que, apesar da suposta objetividade e imparcialidade, os dados são produtos humanos – e, portanto, imperfeitos – e carregam em si marcadores de poder. D'Ignazio e Klein (2020) destacam que, assim como propôs Haraway, todo conhecimento é situado. O problema está em não considerar essa perspectiva ao interpretar dados e assumir a perspectiva dominante como conhecimento neutro. Isso porque, para o feminismo de dados, a melhor forma de construir conhecimento é garantir que o máximo de pessoas e perspectivas possíveis estejam representadas nele.

As¹¹ ativistas de dados criticam a distância entre a epistemologia e os corpos, porque reconhecem que as pessoas não apenas constroem dados, mas também são fontes dos dados. É na luta pela reinserção das experiências na construção do conhecimento que o feminismo de dados se insere: trazer os corpos de volta para a ciência de dados tem como objetivo expor as desigualdades nos conjuntos de dados; evitar que dados sejam explorados sem consentimento; garantir que sistemas discriminatórios não sejam lançados no mercado e exijam posterior correção (D’Ignázio; Klein, 2020).

Como aponta D’Ignázio ([s.d]), os desequilíbrios no poder que permeiam a produção dos dados podem obscurecer a verdade: eles podem ser superestimados, devido à vigilância excessiva sobre determinadas questões – como os crimes cometidos por pessoas negras, de modo que os dados possam dar a entender que existem mais negros cometendo crimes, quando eles são apenas mais fiscalizados que pessoas brancas –, bem como pode haver uma subcontagem ou completa ausência de dados sobre determinados assuntos – induzindo à compreensão errônea de que a questão não acontece. De modo geral, isso significa que os dados são uma ferramenta poderosa de legitimidade: quando eles existem, diversos fenômenos passam a existir também.

Como aponta Marília Gehrke (2025), a suposta neutralidade dos dados numéricos faz com que eles sejam percebidos como melhores, mais objetivos e acurados que informações qualitativas. No entanto, os conjuntos de dados – o que é contado e o que não é contado – são uma forma de comunicação e convencimento. Contestar dados é, sobretudo, contestar as narrativas de quem detém o poder, um modo de questionar as classificações violentas e impostas a determinados corpos. Esta forma de luta política surge como uma tática de resistência: a apropriação das tecnologias dominantes pelo reconhecimento da legitimidade dos dados perante o público para abordar pautas historicamente silenciadas.

Para os jornalistas, isso pode significar um risco: aceitar os dados existentes de forma acrítica, sem nenhum tipo de compreensão histórica ou contextual, pode resultar na perpetuação de desigualdades de poder. Entretanto, há aqui também uma oportunidade: mais que olhar para os dados, buscar enxergar quais histórias estes números contam, ou seja, o trabalho de apuração pode encontrar novos caminhos ao se deparar com questões sobre o próprio modo de formulação dos dados; como o clássico: quem determina o que é noticiado como feminicídio? (D’Ignázio, [s.d]).

¹¹ Utilizamos “as” ativistas de dados porque reconhecemos que os protagonistas na luta por mudanças políticas e estruturais são os grupos subalternizados. Embora reconheçamos a existência de diversas identidades de gênero, em um processo de recusa aos binarismos sobressimplificantes, a escolha por homenageá-las deve-se ao pioneirismo na luta pela igualdade nas relações de gênero.

Neste sentido, em oposição à ciência hegemônica, encontram-se principalmente ativistas e jornalistas que contribuem para a criação de abordagens epistemológicas alternativas e utilizam a estatística e os dados como ferramenta de reivindicação política para garantir visibilidade a temas negligenciados e promover mudanças sociais (D’Ignázio, 2024). O ativismo de dados, portanto, é uma forma de divulgar e denunciar a inação estatal para mobilizar a mídia e a sociedade em prol do fim das diversas formas de violência, como a Associação Gênero e Número busca fazer.

O ativismo de dados defende que os governos e órgãos internacionais produzem dados apenas para os aspectos da vida social que consideram relevantes, porque a ignorância também é um fenômeno sociopolítico situado: os silenciamentos não incidem de forma homogênea sobre as questões caras a todas as pessoas. No projeto *Missing Data Sets*¹², a artista Mimi Onuoha divulga uma lista de dados que supõe-se que já existem, pela sua urgência política. Entretanto, ela lança luz sobre a ausência destes conjuntos de dados, que também representam preconceitos e indiferenças sociais.

Neste sentido, D’Ignázio (2024) propõe o conceito de dados faltantes¹³, isto é, aqueles que possuem demandas políticas e sociais para sua existência, mas não são priorizados pelas instituições de poder. Os dados ausentes – outra forma como são chamados – incluem também “dados esparsos, negligenciados, mal coletados ou mal mantidos, removidos propositalmente, de difícil acesso, atualizados com pouca frequência, contestados e/ou subnotificados” (Mariano, 2024, p. 11). Todavia, não basta que os dados existam: é preciso que eles sejam concebidos de forma que destaquem as questões relativas às desigualdades, porque é apenas a partir deste enquadramento que poderão operar como ferramentas de mudança social (D’Ignázio, 2024).

Outro aspecto relevante para o feminismo de dados é o reconhecimento do limite entre a contribuição com as lutas dos grupos marginalizados e a maior exposição destes a riscos iminentes, como dados sobre os locais com maior concentração de imigrantes ilegais ou concentração de recursos naturais em terras indígenas. Nestes casos, a divulgação dos dados pode incitar a visibilidade de órgãos que possuem poder sobre os grupos subalternizados e contribuir para o aumento da violência. Portanto, a escuta ativa das necessidades das comunidades sobre as quais se pretende apoiar é central para o feminismo de dados (D’Ignázio; Klein, 2020).

¹² Disponível em: <https://github.com/MimiOnuoha/missing-datasets>. Acesso em 19 de abr de 2026.

¹³ Aqui utilizamos o conceito de dados faltantes porque reconhecemos o feminismo de dados como um pilar estruturante da pesquisa. No entanto, este fenômeno é popularmente chamado de “apagão de dados” por diversas ativistas brasileiras.

Na perspectiva feminista, a ausência de dados não é resultado apenas da negligência do poder público, mas um produto da cultura. Há quatro domínios que contribuem com os dados faltantes: 1) as leis e políticas, já que a ausência de uma legislação explícita corrobora para a não classificação de determinadas formas de violência; 2) a implementação das leis e das políticas, pois não basta que a legislação exista, é preciso garantir que os cidadãos e órgãos oficiais sejam capacitados para reconhecer e nomear as violências; 3) a mídia e a cultura, que podem aceitar passivamente ou resistir aos modos como as instituições abordam a violência; 4) o interpessoal, porque, por vezes, denunciar determinados tipos de violência significa a revitimização, o que dificulta a produção de dados sobre violências (D'Ignázio, 2024).

Apesar de ser considerado uma continuidade do jornalismo de dados – assim como da ciência de dados hegemônica em geral –, principalmente graças à atuação de jornalistas que têm orientado seu trabalho pela justiça social, o feminismo de dados propõe uma revisão sobre o uso do *Big Data*. Não assume uma perspectiva tecnofóbica – pelo contrário, encontra, nas tecnologias, novas formas de resistir às desigualdades de poder –, porém destaca que a enorme quantidade de dados disponíveis não deve se sobrepor ao contexto e à história deles para construir significados (D'Ignázio; Klein, 2020).

Deste modo, Klein e D'Ignázio (2024) apontam sete princípios¹⁴ para o uso do feminismo de dados no contexto das inteligências artificiais generativas: 1) examinar o poder, principalmente por compreender que a riqueza do sistema capitalista está diretamente associada aos preconceitos de raça, gênero e classe; 2) desafiar o poder, seja pelo uso dos dados produzidos a partir do feminismo de dados ou seja questionando os dados divulgados pelas instituições que concentram o poder; 3) repensar binarismos e hierarquias, sobretudo por reconhecer que os sistemas de classificação podem ser uma forma de violência e opressão; 4) elevar a emoção e a corporeidade, já que o uso de dados não pode significar a automatização completa da vida e dos sentimentos; 5) adotar o pluralismo, visto que o conhecimento mais completo e abrangente se apoia em diversas perspectivas e saberes; 6) considerar o contexto, porque entender a forma como os dados são produzidos é determinante na compreensão de que todo conhecimento é situado; e 7) tornar o trabalho visível, pois reconhecer que o trabalho realizado para construção de tecnologias é feito a várias mãos contribui para a recusa da individualidade capitalista e para a construção de saberes coletivos.

¹⁴ É significativo informar que os textos assinados por Klein e D'Ignázio ainda não foram traduzidos para o português. Os princípios foram traduzidos livremente pela pesquisadora, que reconhece que muitos destes termos estão em disputa no cenário sociopolítico brasileiro e mundial. Por isso, podem haver outras formas de compreender as proposições das autoras.

Estes princípios não se esgotam em si mesmos, mas são o início de um diálogo sobre as possibilidades de produção de dados orientados para justiça social. As autoras destacam ainda a importância de colocar as questões ambientais no cerne das discussões sobre os sistemas generativos, já que o desenvolvimento tecnológico não pode custar a destruição da Terra. Além disso, evidenciam também a necessidade de explorar as relações de consentimento entre humanos e máquinas (Klein; D’Ignázio, 2024).

Catherine D’Ignázio, em entrevista para Ana Carolina Araújo (2024), destaca que as ativistas com quem teve contato durante a realização de sua pesquisa reconheciam, nos dados, um espaço sagrado e memorial, em um esforço para que as pessoas por trás daqueles números não fossem esquecidas. Desta forma, a ciência de dados restaurativa/transformadora, inspirada pelo feminismo de dados, possui objetivos duais:

a restauração volta-se para o passado, a cura e a reparação, e opera mais próxima a escala do indivíduo, da família e da comunidade. A transformação volta-se para o futuro e para os sistemas, para vislumbrar e lutar por um mundo onde a violência e a desigualdade não existam mais, e opera mais próxima da escala da sociedade, da cultura ou da nação (D’Ignázio, 2024, p. 73, tradução livre)¹⁵

Apesar de reconhecermos as potencialidades do feminismo de dados como lentes de análise para a produção de dados orientados pela justiça social, convém ressaltar que, como toda metodologia, possui limitações. Entre outros pontos, destacamos que estas teorias são criadas sob uma perspectiva do Norte Global que, apesar de preocupada com os países latinos, não experimenta na pele os impactos diretos da mentalidade colonial em seus corpos. No caso do Brasil, principalmente, observar dados de forma crítica exige pensar na multiplicidade de experiências em um país de extensão continental de forma interseccional, articulando as dimensões de raça, gênero, classe social, geografia, deficiência, sexualidade e outros inúmeros marcadores sociais em relações de poder complexas e, por vezes, controversas.

Este trabalho dedica-se a explorar, principalmente, questões relacionadas ao sexismo, não por ignorar a importância de refletir sobre as experiências de forma interseccional e situada, mas pelas limitações de tempo e recursos relacionadas a uma monografia e por entender que, enquanto mulher branca, ainda tenho muito a aprender com pesquisadores que

¹⁵ No original: “restoration looks to the past, to healing and repairing, and operates closer to the scale of the individual, the family, and the community. Transformation looks to the future and to systems, to envision and struggle for the world where violence and inequality no longer exist, and operates closer to the scale of the society, culture, or nation” (D’Ignázio, 2024, p.73).

contribuem de formas potentes com o campo da justiça social em tecnologias digitais, como o Tarcísio Silva, precursor das discussões sobre racismo algorítmico no Brasil.

Portanto, reconhecidas as potencialidades e limitações do feminismo de dados enquanto metodologia de análise, convém investigar o principal produto gerado pelas ativistas engajadas na construção de uma ciência de dados orientada pela justiça social: os contradados.

3.2.1 Contradados

Como aponta Gehrke (2025), diversas redações e projetos e produtos jornalísticos têm apostado na coleta independente de informações, inspirada pelo feminismo de dados, principalmente para preencher lacunas deixadas por órgãos governamentais, um trabalho que envolve criatividade, intelectualidade e emoção. A prática de coleta e produção de dados pela sociedade civil – seja por meio de organizações não-governamentais, acadêmicos, movimentos sociais, ativistas ou dos próprios jornalistas – é chamada de produção de contradados¹⁶ (Mariano, 2024).

O conceito foi proposto inicialmente por Craig Dalton e Jim Thatcher (2014) para questionar as relações de poder no campo da geografia. Nesta esteira, D’Ignázio (2024) defende que os contradados podem ser vistos como uma ação sociotécnica em um movimento mais amplo de ativismo de dados, isto é, na produção e uso de dados para alcançar objetivos políticos e sociais. Refere-se a informações que são produzidas coletivamente como forma de comunidades se autodeterminarem e questionarem as ideologias dominantes. O objetivo é reconhecer e, em seguida, trabalhar pela neutralização das desigualdades de poder, utilizando ferramentas já legitimadas – neste caso, os dados. É central destacar que as ativistas não tratam a produção de contradados como objetivo final de suas análises, mas a compreendem como uma tática na luta contra violências sistêmicas.

Sandra Jeppesen e Paola Sartoretto (2023) debruçaram-se sobre o estudo dos mapeamentos de contradados, isto é, o uso de dados contra-hegemônicos para produzir mapas que valorizam conhecimentos locais e coletivos e rejeitam as abordagens predominantemente tecnocêntricas, características das mídias hegemônicas. As autoras defendem que os mapas refletem cartografias de poder e ocultam informações, relações, espaços e territórios que fazem parte da identidade das comunidades. Assim sendo, a produção de contradados – ou contramapeamento, como propõem – configura-se também como uma forma de produção de

¹⁶ Publicado originalmente em inglês como *counterdata*, por D’Ignázio (2024). Optamos pelo uso do termo para nos manter fiéis à bibliografia original, mas reconhecemos que a tradução para o português deve ser debatida para que o conceito não seja interpretado de formas errôneas.

si e questionamento do *Big Data* e do sistema de classificação forçada, amplificado pelas tecnologias digitais.

A apropriação resistente dos dados seria, portanto, um passo além da resistência aos dados: é uma forma de se utilizar do *Big Data* para construir dados subalternos e simultaneamente questionar e se apropriar das novas tecnologias de dados. Jeppesen e Sartoretto (2023) enquadraram ainda a produção de contradados e contramapeamentos como uma forma de comunicação comunitária e um terreno de luta pelos direitos de comunicação, pois fundamentam-se na experiência e nas epistemologias da comunidade.

Entretanto, D'Ignázio (2024) também aponta algumas ressalvas sobre a produção de contradados: eles não se esgotam em si mesmos, ou seja, não basta produzir dados, é necessário que estejam a serviço da construção de formas mais justas de existência; eles exigem esforços dos próprios grupos que são alvos de violência para sua produção, de modo que podem revitimizar aqueles que já estão expostos a situações de desigualdade estrutural; por vezes os contradados parecem uma forma de questionar exclusivamente o Estado, mas algumas ativistas alertam que sua crítica não se concentra em dicotomias simplistas, e sim em todo o sistema de manutenção de desequilíbrio de poder. Além disso, as feministas de dados propõem um modo de produção de conhecimento que inclua relações de cuidado e cura.

Deste modo, propomos um olhar para o *Radar Antigênero* a partir da perspectiva do feminismo de dados. No tópico a seguir, procuro explorar a ferramenta de inteligência artificial, seus objetivos e como ela se relaciona com a produção de dados contra-hegemônicos.

3.3 O RADAR ANTIGÊNERO

O produto *Radar Antigênero* foi desenvolvido pela Associação Gênero e Número em parceria com a Novelo Data. Para compreender os princípios e objetivos da ferramenta, é necessário compreender previamente o contexto em que estas organizações estão inseridas.

A Associação Gênero e Número é um projeto jornalístico que, desde 2016, combina dados e pesquisas “para enfrentar um problema estrutural: a falta de dados sobre as desigualdades que atravessam gênero, raça e direitos no Brasil e na América Latina” (Gênero e Número, 2026). Produzindo dados a fim de contribuir com a consolidação de políticas públicas para garantia de direitos das pessoas subalternizadas, pode-se enquadrar a Gênero e Número não apenas como um veículo que produz jornalismo de dados, mas, sobretudo, como uma equipe que produz contradados, inspirada pelo feminismo de dados.

A associação visa produzir, sistematizar e disseminar dados abertos, inéditos e interseccionais; democratizar o acesso à informação; e fortalecer o letramento de dados e a comunicação para incidência. É uma iniciativa independente, com atuação coletiva e governança própria, e já soma mais de cinco prêmios por sua atuação para o desaprisionamento de dados (Gênero e Número, 2026).

A Gênero e Número busca construir um jornalismo de posição, que desafia as noções de imparcialidade e objetividade absoluta, advogando por práticas de conhecimento situadas (Haraway, 2009). Como propõem Cicélia Batista e Gean Gonçalves (2025), o jornalismo de posição assume um compromisso com causas políticas e prioriza o protagonismo de grupos historicamente marginalizados. Esta vertente, que começa a emergir a partir de 2010 com expoentes como a *Revista AzMina* e *Alma Preta*, é composta majoritariamente por jovens profissionais – principalmente entre 20 e 35 anos –, com forte presença feminina e foco em temas invisibilizados pela mídia.

Já Hyvana Rodrigues e Sonia Aguiar (2023) apontam que a *Revista Azmina* trabalha na construção de um jornalismo engajado e especializado, sem abrir mão dos princípios básicos do campo. Propomos aqui que a Associação Gênero e Número se encontre na mesma esteira. As organizações contam com equipes altamente especializadas, que transitam entre o mercado de trabalho e a área acadêmica, na luta pelo fim da violência contra grupos marginalizados e pela construção de conhecimentos interseccionais, que considerem as dimensões de gênero, raça, classe social, entre outros marcadores sociais.

No que se refere ao uso de inteligência artificial em suas produções, a associação reconhece as potencialidades dos sistemas preditivos e generativos para otimizar processos. No entanto, identifica também as tensões que as IAs geram com relação a questões éticas, como vieses discriminatórios, privacidade e vigilância de dados e impactos desproporcionais a grupos marginalizados. Neste sentido, sustentam sua *Política de Uso de Inteligência Artificial* sobre cinco pontos: 1) complementaridade, isto é, enxergam as IAs como apoio para o trabalho e decisões humanas; 2) transparência, portanto as aplicações dos sistemas generativos devem ser comunicadas tanto à equipe interna quanto aos leitores; 3) ética e vieses, que versa sobre a obrigatoriedade de se corrigir possíveis vieses gerados pelas máquinas; 4) privacidade e proteção de dados, que refere-se à proteção de fontes, pesquisas e dados em relação aos sistemas de IA; 5) autorização, visto que o uso das máquinas deve ser precedido por autorização da gerência ou diretoria (Gênero e Número, 2026).

A política, que é revisada periodicamente para acompanhar o progresso e os riscos tecnológicos, cita exemplos em que as inteligências artificiais podem ser usadas, como

sugestões de títulos para matérias, geração de partes de composições visuais e auxílio na organização, classificação e análise de grandes volumes de dados. As diretrizes vetam práticas como publicação de conteúdo editorial gerado de forma integral por máquinas, uso de IA para substituir o trabalho criativo humano e automação de processos críticos, por exemplo (Gênero e Número, 2026).

Já a Novelo Data, também responsável pela criação do *Radar Antigênero*, é uma empresa que tem como objetivo resolver problemas de outras empresas e organizações por meio de soluções que se utilizam de inteligência artificial generativa. Alguns dos serviços oferecidos pela Novelo Data são o mapeamento de oportunidades, chatbots personalizados, automatização de processos com IA e contribuição com o estabelecimento de uma cultura de inteligência artificial. A empresa já prestou serviços para grandes marcas, como *Airbnb*, *Electrolux* e *Ambev*, assim como instituições de destaque, como o *Nic.br*, o *Greenpeace* e a *Revista Piauí* (Novelo Data, [s.d.]).

Deste modo, o produto *Radar Antigênero* é uma parceria entre as duas instituições. No entanto, para conhecer a ferramenta, faz-se primordial reconhecer o que é o discurso antigênero, principal objeto de análise da ferramenta de inteligência artificial.

3.3.1 Discurso Antigênero

Como discutimos no tópico 2.3 deste trabalho, com a ascensão da “nova direita”, o Brasil tem vivido uma “ostensiva coordenada contra os direitos conquistados ou pautados por mulheres, pessoas LGBTQIA+, ativistas e defensores de direitos humanos” (Gênero e Número; Novelo Data, 2025, p. 5). Para além dos retrocessos legislativos, as críticas aos avanços protagonizados por grupos subalternizados se dão, principalmente, no âmbito do discurso. Neste sentido,

o que se convencionou chamar de discurso antigênero constitui um campo que atua em diversos países da América Latina e Europa, articulando lideranças conservadoras, figuras religiosas, influenciadores e sociedade civil. Entre os objetivos desse discurso, destaca-se a imposição de obstáculos aos avanços favoráveis à igualdade de gênero e ao reconhecimento da diversidade sexual (Gênero e Número; Novelo Data, 2025, p. 5).

O discurso antigênero utiliza estratégias como negação das desigualdades de gênero; uso de termos acusatórios genéricos – como o “*kit gay*” –; transformação de grupos que têm seus direitos negados em ameaças em potencial; apelo às emoções como medo, raiva ou humor; simplificação de conflitos complexos – há uma clara divisão entre quem é bom e

quem é mau –; desqualificação de instituições como organizações não governamentais, a imprensa e universidades; e uso de desinformação (Gênero e Número; Novelo Data, 2025).

“Ele desinforma, censura, violenta, incentiva o ódio e a radicalização e contribui para diferentes formas de desigualdade e violência generificadas”, como apontam a Gênero e Número e a Novelo Data (2025, p. 5), e sua origem está relacionada à ocupação dos cargos de poder por pessoas marginalizadas e aos avanços das pautas progressistas. Circula, de forma mais coordenada, desde a década de 1990, articulado por atores da Igreja Católica, mas tornou-se uma linguagem hegemônica entre setores conservadores, que dizem utilizar sua liberdade de expressão para proteção da família, da ordem e da moral, dos valores – e, conseqüentemente, da violência sistêmica e do *status quo*. Com esta retórica, o objetivo é reposicionar disputas inerentemente políticas no campo da moral, uma autoridade considerada mais “legítima”. Sob o pretexto de “liberdade de expressão”, utilizado como artifício para desresponsabilizar os autores desse modo de violência, o discurso ganha contornos concretos no formato de leis e políticas públicas (Gênero e Número; Novelo Data, 2025).

No Brasil, o discurso antigênero engloba não apenas ataques às políticas de gênero e sexualidade, mas articula críticas ao feminismo, às pessoas trans, à educação sexual, aos movimentos pela igualdade racial, às políticas públicas direcionadas para as mulheres e ataques à ciência e à cultura. E ele encontra espaço nas plataformas digitais, que proporcionam as circunstâncias ideais para sua difusão: no caso do YouTube, analisado pelo *Radar Antigênero*, a plataforma prioriza conteúdos que engajam os usuários, utilizando como métrica as interações, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Na prática, isso significa um maior alcance para vídeos com visual dramático, títulos apelativos – e nem sempre responsáveis –, narrativas e tom de denúncia (Gênero e Número; Novelo Data, 2025).

O resultado de uma política que prioriza números em detrimento da mediação jornalística é a monetização de vídeos que divulgam desinformação e atingem o máximo de público possível, sem qualquer tipo de obstáculo. Estes canais, além de trabalharem ativamente contra a garantia de direitos aos corpos dissidentes, lucram por meio de anúncios, parcerias pagas, financiamentos coletivos e com a venda de produtos como cursos e e-books. E se engana quem acredita que a plataforma do YouTube seja uma mediação neutra: as diretrizes sobre conteúdos violentos e discursos de ódio são falhas e tendem à não responsabilização de quem propaga desinformação (Gênero e Número; Novelo Data, 2025).

Neste cenário, o YouTube não opera como mera plataforma de entretenimento, mas como “espaço ativo de influência política, onde o discurso antigênero se atualiza, ganha

escala e adquire aparência de legitimidade social” (Gênero e Número; Novelo Data, 2025, p. 11). Reconhecido o contexto em que se insere o objeto de trabalho deste estudo, o próximo tópico dedica-se a explicar como a inteligência artificial criada pela Associação Gênero e Número e pela Novelo Data pretende identificar e analisar os vídeos disponíveis no YouTube.

3.3.2 A Inteligência Artificial

O *Radar Antigênero*, objeto de estudos deste trabalho, define-se como “uma plataforma que utiliza inteligência artificial para analisar e classificar vídeos com discurso antigênero no YouTube” (Radar, 2026b). A ferramenta se propõe a oferecer aos usuários

um panorama mensal dos vídeos mais relevantes sobre o tema; classificação por temas, estratégias narrativas e sujeitos em destaque; transparência sobre metodologia e critérios de análise; e recursos para exportar dados, fazer buscas por palavras-chave e identificar tendências (Gênero e Número; Novelo Data, 2025, p. 14).

O *Radar Antigênero* busca contribuir para a compreensão sobre como narrativas que atacam as identidades de gênero e sexualidade no YouTube se capitalizam, contribuindo para minar direitos, propagar desinformação e legitimar violências e expõe os canais que mais promovem esse tipo de conteúdo na plataforma. Gabi Coelho (2025), em reportagem para a Gênero e Número, destaca que a análise do projeto evidencia que “os picos de produção não se distribuem de forma aleatória, mas se alinham com momentos críticos do debate político e social brasileiro”, como a pré-campanha presidencial de 2022. Ainda na reportagem, Coelho (2025) apresenta um infográfico sobre como o *Radar Antigênero* funciona (Figura 2):

Figura 2 - Como funciona o *Radar Antigênero*



Fonte: Coelho (2025).

O site do projeto contém uma página que explica a metodologia utilizada pelo *Radar Antigênero* para realizar esta análise, que é composta por três fases principais: a extração de dados, a modelagem com IA e a taxonomia. A fase de extração de dados reúne

insumos curados por especialistas humanos com filtros automatizados de IA, garantindo que o conjunto de dados seja ao mesmo tempo abrangente e direcionado ao escopo do projeto. O sistema por trás do Radar Antigênero começa com a coleta dos metadados dos vídeos. Todos os dias, o sistema consulta a API do YouTube para pegar os dados dos vídeos recentes em português e publicados no Brasil sobre o tema. Esse passo conta com 2 abordagens: vídeos a partir de uma lista fixa de canais pré-selecionados e vídeos devolvidos pela busca de palavras-chaves (Radar, 2026a).

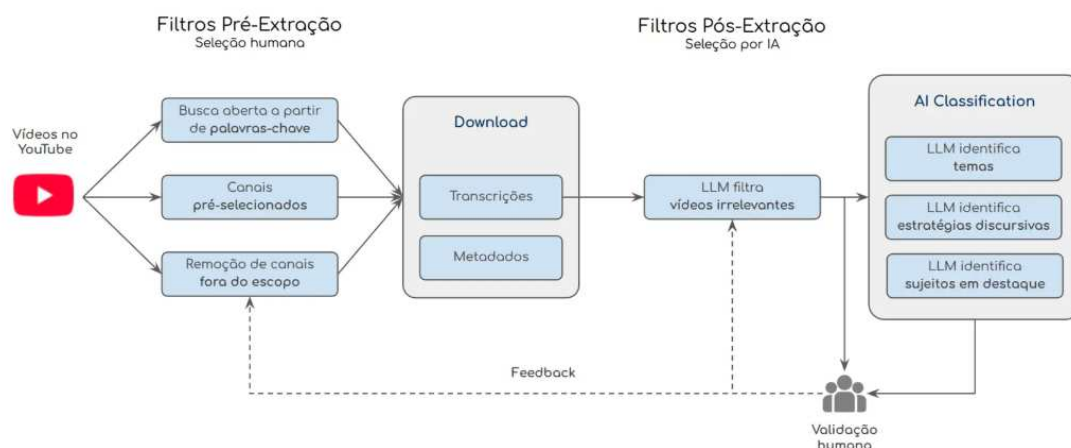
As palavras-chave utilizadas para filtrar os vídeos¹⁷ foram definidas por uma equipe humana. No entanto, como os desenvolvedores reconhecem que a análise do YouTube não é completamente precisa, o sistema filtra os vídeos de modo que mantenha apenas os metadados relevantes para a análise. Apesar de este processo ser realizado para evitar a sobre-representação dos vídeos com discurso antigênero mapeados pela máquina, aqui pode também haver uma sub-representação destes, já que os vídeos de canais fora do escopo definido pela equipe do projeto são eliminados da análise.

Os produtos audiovisuais selecionados pelo sistema são transcritos por inteligência artificial e o texto se junta ao banco de dados que já armazena outras informações sobre os vídeos, como título, nome do canal e número de visualizações. Em seguida, as transcrições são avaliadas pela inteligência artificial de 0 a 1, conforme seu alinhamento com o escopo do *Radar Antigênero*. De acordo com o projeto, “vídeos classificados como irrelevantes são despriorizados ou sinalizados para revisão por especialistas, permitindo decisões flexíveis nas etapas seguintes. Essa camada automatizada garante que apenas vídeos de relevância substancial avancem para a classificação” (Radar, 2026a).

Os vídeos que avançam neste processo são novamente classificados por uma IA conforme seus temas, estratégias discursivas e sujeitos atacados, com base em categorias estruturadas. Ainda de acordo com a plataforma, a classificação realizada pelo sistema de inteligência artificial é frequentemente revisada de forma quantitativa e qualitativa:

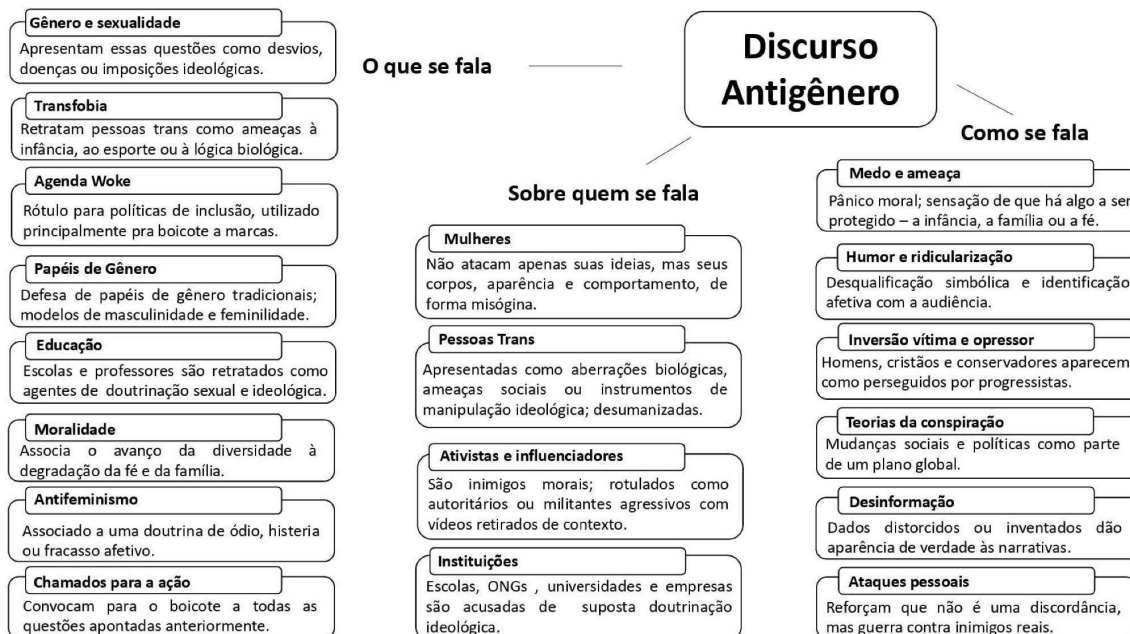
de forma quantitativa, avaliações estatísticas e de aprendizado de máquina medem o alinhamento do conteúdo filtrado com o escopo pretendido. De forma qualitativa, amostras de vídeos são revisadas manualmente por especialistas para capturar nuances e confirmar a precisão das classificações. Os insights de ambos os processos retroalimentam as etapas anteriores, refinando critérios de filtro, limiares de relevância e o desempenho do modelo ao longo do tempo. Ao combinar expertise humana com classificação automatizada, essa metodologia estabelece um pipeline robusto, interpretável e escalável para o monitoramento de discursos antigênero no YouTube (Radar, 2026a).

¹⁷ Palavras utilizadas pela inteligência artificial do *Radar Antigênero* para filtrar os vídeos no YouTube: homossexualismo, cristofobia, redpill, blackpill, feminazi, lacração, mimizenta, prostituta, ideologia de gênero, ideologia woke, ideologia LGBT, ideologia trans, agenda LGBT, ditadura LGBT, ditadura trans, mulher rodada, mulher interesseira, mulher conservadora, mulher manipuladora, mulherada hoje em dia, mulher que presta, mulher fiel não fala, mulher não vê valor, mulher de valor, redpillado, direitos dos homens, valor sexual, valor sexual de mercado, despertar masculino, homens com poder de escolha, macho alfa, homem de valor, evitar feminista, evite esse tipo de mulher, a verdade sobre mulheres, a realidade sobre feminismo, a verdade sobre feministas, a verdade sobre divórcio, destruir casamentos, destruição da família, destruirá valores, ensinar sexo para crianças, abortista, direitos masculinos, homem beta e macho beta (Radar, 2026a).

Figura 3 - Funcionamento do *Radar Antigênero*

Fonte: Captura de tela da página *Metodologia*, do *Radar Antigênero*.

Como propõem os desenvolvedores, o discurso antigênero não se resume à opiniões individuais, mas uma estratégia reconhecível, que apresenta variações estéticas e retóricas. Os vídeos, portanto, foram classificados conforme as seguintes categorias de análise:

Figura 4 - Categorias de análise do Discurso Antigênero no *Radar Antigênero*

Fonte: Elaboração própria, construída com base nos dados de Gênero e Número e Data Novelo (2025).

A interface oferece um panorama com informações do projeto e dados do último mês analisado; filtros e recortes de acordo com o período, os temas, as estratégias discursivas e os sujeitos em destaque para facilitar a análise dos dados; um *dashboard*¹⁸ principal, que cruza

¹⁸ Dashboard ou painel de controle é uma interface gráfica que compila dados para melhor visualização.

os temas e as estratégias narrativas; gráficos para exploração interativa; e ferramentas de exportação de dados para apoiar reportagens, pesquisas e trabalhos sobre o tema (Gênero e Número; Novelo Data, 2025).

Ademais, vale citar que o *Guia prático para reconhecer, investigar e contextualizar o discurso antigênero*, de onde as informações deste tópico foram retiradas, também possui dicas de boas práticas para jornalistas e comunicadores que querem se apropriar dos dados produzidos pelo *Radar Antigênero* para divulgar narrativas sem amplificar as violências. Entre as boas práticas, estão: 1) evitar o uso de links diretos para vídeos e canais que disseminam o discurso antigênero; 2) não reproduzir as falas que carregam discurso de ódio na íntegra; 3) deslocar a análise do agente do discurso antigênero para uma análise crítica e contextual da questão; 4) evitar a – falsa! – equivalência entre a disputa por direitos dos grupos subalternizados e o discurso de ódio; 5) usar fontes especializadas; 6) optar por termos que não reproduzam as violências sistêmicas; 7) não reduzir o discurso antigênero a uma “polêmica”; 8) proteger as fontes, principalmente as vítimas do discurso de ódio; 9) evitar revitimização na busca por informar; 10) adotar políticas editoriais claras sobre os discursos de ódio.

A preocupação com as boas práticas na divulgação destes dados, por si só, já indica que os jornalistas e comunicadores orientados pela justiça social são um público-alvo do projeto. Desta forma, reconhecidos os objetivos do produto *Radar Antigênero*, no próximo capítulo pretende-se explorar as potencialidades e os limites da interface do objeto, bem como entender como as idealizadoras e os programadores do produto percebem a plataforma criada.

4. SOBRE COMO O *RADAR ANTIGÊNERO* CRIOU UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FEMINISTA

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

Triste, Louca ou Má - Francisco El Hombre

Se, por um lado, as inteligências artificiais criadas pelas *Big Techs* perpetuam desigualdades e violências históricas, por outro, diversos atores concentram-se em imaginar novas formas de produzir tecnologia e torná-las realidade. Ao mesmo tempo em que a internet se configura como um território em disputa, o jornalismo tem se consolidado como um dos principais grupos nas trincheiras, em busca da construção de ambientes digitais orientados pela justiça social e bem comum. Este é o caso de iniciativas como as Inteligências Artificiais Feministas *QuitérIA*¹⁹, produzida pela Revista AzMina, e o *Radar Antigênero*, vinculado à Associação de Jornalismo Gênero e Número.

Se por um lado há uma parcela hegemônica que se beneficia pela manutenção do *status quo*, bem como pela exploração dos dados das populações mais vulneráveis, por outro, nos grupos subalternizados, que sofrem os impactos das IAs de formas desproporcionais, há quem escolha queimar o mapa e traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar²⁰. Olhar com poesia, alegria e criatividade para os impactos causados pelas tecnologias é uma potência transformadora que tem inspirado principalmente atores do Sul Global a pensar novas formas possíveis de existir no mundo, que desafiem a lógica capitalista (Ricaurte Quijano, 2021).

Neste sentido, este capítulo dedica-se a explorar a forma como o *Radar Antigênero* construiu uma inteligência artificial feminista orientada por princípios do feminismo de dados. Portanto, é composto pelos procedimentos que compõem este Estudo de Caso (Yin, 2001): a explicação e justificativa metodológica desta pesquisa; uma análise de usabilidade da interface do *Radar Antigênero*, produzida pela própria pesquisadora, com base nas

¹⁹ Uma ferramenta construída com base em Inteligência Artificial que monitora projetos de lei que circulam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com objetivo de avaliar como as propostas impactam os direitos das meninas, mulheres e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Disponível em: <https://www.elasnocongresso.com.br/quiteria>. Acesso em 19 de mai de 2026.

²⁰ Trecho da música “Triste, Louca ou Má”, de Francisco El Hombre, citada na abertura deste capítulo.

heurísticas de Nielsen (2024); e entrevistas semiestruturadas (Gaskell, 2002) com os idealizadores e desenvolvedores do produto, com o objetivo de compreender quais são suas percepções sobre o que é o *Radar Antigênero* e como ele se insere no contexto atual relacionado às inteligências artificiais.

Deste modo, o presente capítulo dedica-se a reconhecer as ações empregadas pelos programadores e idealizadores do projeto *Radar Antigênero* para subverter os padrões discriminatórios de gênero das IAGen.

4.1 METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO E PROCEDIMENTOS DE COLETA

Para compreender e justificar as escolhas metodológicas desta pesquisa, é necessário voltar ao objetivo que nos guia: compreender as táticas utilizadas pelo *Radar Antigênero* para subverter o viés sexista da inteligência artificial generativa. Como discutido nos capítulos anteriores, entretanto, o feminismo interseccional, adotado como perspectiva teórica desta pesquisa, reconhece que não basta lutar exclusivamente contra uma face da opressão, mas é necessário buscar o fim das violências sistêmicas que atingem diferentes grupos sociais. Desta forma, este trabalho reconhece a luta pela justiça social como parte intrínseca à luta contra o sexismo.

Além disso, é preciso revisitar o conceito de táticas para alcançar o percurso metodológico desta pesquisa. Como aponta Michel de Certeau (1998), apesar de aparentemente impotentes diante das estruturas de poder, as pessoas reinventam a vida por meio de uma arte de fazer. Tática, portanto, refere-se à ideia de que os “fracos” estão, a todo tempo, produzindo desvios, adaptações e ressignificando o cotidiano. Para Bonini e Tréré (2024), inspirados por Certeau (1998), quando as formas de inventividade adentram as infraestruturas digitais para subverter o poder das plataformas, os indivíduos produzem resistência algorítmica:

resistência algorítmica não se trata de “hackear o sistema” em um sentido heróico e individualista, e sim de habitar as fissuras das infraestruturas algorítmicas. Trata-se de reafirmar a agência humana onde os sistemas tentam automatizar nosso comportamento. Em última instância, pensar em resistência algorítmica é um convite para imaginar e colocar em prática formas alternativas de engajamento com a tecnologia, baseadas não na dominação e na ação unilateral, mas na cooperação, na solidariedade, na contestação e no cuidado (Tréré; Bonini, 2025, p. 3).

Os autores concordam que nem sempre as pessoas que constroem resistência e propõem novas formas de experimentar o cotidiano possuem consciência política de suas ações. Destarte, inspirado por esta noção, o presente trabalho busca compreender o modo

como os desenvolvedores do *Radar Antigênero* observam sua relação com o próprio produto: estão conscientes de que produzem resistência algorítmica? Qual o nível de domínio que possuem sobre as teorias acerca das inteligências artificiais feministas? Eles aplicam conscientemente os princípios do feminismo de dados? Quanta intencionalidade existe na produção de tecnologias dissidentes? Estas são apenas algumas entre as inquietações que nos movem nesta pesquisa.

O objetivo não é compreender como a ferramenta foi desenvolvida sob um ponto de vista técnico, já que este trabalho concentra-se nas implicações sociais das tecnologias digitais e reconhece que, por se tratar de uma expoente entre as inteligências artificiais feministas brasileiras, é esperado que a plataforma apresente determinadas limitações. Interessa-nos, sobretudo, compreender as motivações, as vontades e os interesses dos desenvolvedores da plataforma com o projeto e quais limitações e gargalos reconhecem no *Radar Antigênero*. Esta pesquisa concentra-se nas táticas (Certeau, 1998), isto é, nas formas desviantes e subversivas de imaginar, conceber e programar tecnologias para que estejam orientadas pela justiça social.

Deste modo, após refletir sobre as potencialidades e limites das inteligências artificiais generativas no capítulo dois e as características que perpassam e culminam no desenvolvimento do produto *Radar Antigênero* no capítulo três, concentremo-nos nos desdobramentos das etapas empíricas que sustentam esta pesquisa: um estudo de caso baseado em uma análise de usabilidade, realizada pela pesquisadora, com o objetivo de explorar a interface da plataforma e permitir a elaboração de questionamentos para os desenvolvedores, que serão entrevistados em seguida.

Em consonância com Robert K. Yin (2001), o estudo de caso foi escolhido como metodologia para esta análise por permitir uma investigação holística e significativa dos eventos da vida real, assim como permite esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões – seus motivos, formas de implementação e resultados. Neste percurso metodológico, objetiva-se compreender não apenas a forma como o *Radar Antigênero* foi concebido, mas também os contextos que permitiram seu desenvolvimento, tanto a nível nacional como individual, no caso de cada ator envolvido no projeto.

Como defendemos no capítulo dois desta pesquisa, os vieses não são um acidente no processo de produção de determinado conhecimento, mas uma consequência inevitável. Neste sentido, Yin (2001) destaca que os estudos de caso seguem um estilo corroborativo de pesquisa, isto é, para realizar estudos de caso confiáveis, é importante a triangulação de mais de uma fonte de evidência, já que apenas um método de coletar dados está suscetível a

distintos vieses. Por isso, neste trabalho, a principal fonte de evidências escolhida são as entrevistas semiestruturadas (Gaskell, 2002). Todavia, para contribuir com o desenvolvimento das perguntas que serão realizadas durante as entrevistas, permitir a apropriação da plataforma pela pesquisadora e garantir a triangulação de evidências do estudo de caso, optou-se por realizar também uma análise de usabilidade da interface do *Radar Antigênero*.

A primeira etapa empírica dedica-se, então, à realização da análise de usabilidade da plataforma pela pesquisadora. Esta fase tem como objetivo refletir sobre as possibilidades e limitações da interface estudada, conforme as dez heurísticas de usabilidade para design de interface de usuário propostas por Jacob Nielsen (2024). Para Jeff Rubin e Dana Chisnell (2008), um produto utilizável apresenta seis características principais: utilidade, eficiência, eficácia, satisfação, facilidade na aprendizagem e acessibilidade.

A utilidade refere-se ao quanto um produto ou interface permite que os usuários atinjam seus objetivos e à disposição deles para usar o produto; eficiência, por sua vez, diz respeito à agilidade que o usuário possui para atingir seus objetivos de forma precisa e completa; eficácia relaciona-se a como o produto se comporta da forma esperada pelos usuários e à facilidade dele para realizar tarefas; no caso da facilidade de aprendizagem, analisa-se o grau de competência que é exigido do usuário para usufruir do produto ou interface; a satisfação alude às percepções do usuário sobre o objeto em questão; e, por fim, acessibilidade concerne às características que permitem que o produto ou interface sejam utilizados por pessoas com deficiência – de acordo com os autores, quanto mais acessível um produto, mais facilitado será também o acesso de pessoas sem deficiência a ele (Rubin; Chisnell, 2008).

Apesar de a usabilidade de algo ser invisível, isto é, quando um produto está funcionando bem, o usuário sequer se atenta às questões relativas à facilidade ou dificuldade de usabilidade, alguns erros na programação das interfaces e dos produtos podem resultar em obstáculos ao uso: a ênfase no desenvolvimento da máquina e não nas necessidades do usuário final; a expansão do público-alvo para além das pessoas que possuem conhecimentos técnicos necessários para usar a ferramenta; o desconhecimento dos programadores acerca dos princípios de usabilidade de um produto; a falta de integração entre as equipes responsáveis pelo desenvolvimento da interface; a dificuldade de criar máquinas que se comuniquem com o público não especializado; entre outros (Rubin; Chisnell, 2008).

Rubin e Chisnell (2008, p. 21, tradução livre) propõem, portanto, que testes de usabilidade são “um processo que emprega pessoas como participantes de teste,

representativas do público-alvo, para avaliar em que medida um produto atende a critérios específicos de usabilidade”²¹. Deste modo, apesar de reconhecer que a pesquisadora, como estudante de jornalismo – um dos grupos para quem o *Radar Antigênero* foi projetado –, integra o público-alvo do produto, reconhecemos também que não seria adequado nomear a metodologia aqui utilizada como teste de usabilidade e utilizaremos o termo análise de usabilidade. Nesta fase, a pesquisadora busca identificar pontos fortes e fracos da interface do *Radar Antigênero*, bem como diagnosticar pistas sobre como a plataforma foi desenvolvida.

A segunda etapa dos procedimentos metodológicos que compõem este trabalho concentra-se na realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). George Gaskell (2002) propõe que as entrevistas são uma forma de descobrir perspectivas e pontos de vista sobre um tema além daquele defendido pela pesquisadora:

a entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (Gaskell, 2002, p. 65).

Em decorrência da valorização do contexto em que os fenômenos ocorrem, as entrevistas foram escolhidas como fonte de evidências para este trabalho. Ao compreendermos que as inteligências artificiais feministas são inerentemente contextuais e situadas, buscamos entender quais circunstâncias, motivações e valores culminaram no desenvolvimento do produto *Radar Antigênero*. Ademais, as entrevistas também permitem a apreensão de características dos próprios entrevistados, o que contribui para a compreensão de quem são os atores envolvidos na produção de sistemas generativos orientados pela justiça social no Brasil.

Gaskell (2002) aponta que as pesquisas que se utilizam de entrevistas são, sobretudo, processos sociais, porque resultam da interação entre o entrevistador e o entrevistado, que constroem coletivamente significados para a realidade: “a entrevista é uma tarefa comum, uma partilha e uma negociação de realidades” (p. 74). Neste sentido, reconhecendo a inerente participação da pesquisadora no processo de produção de conhecimento, vale destacar que buscamos nos afastar das noções preconcebidas, inclusive aquelas que se originam das referências bibliográficas deste estudo, para aplicação desta metodologia. Isso porque faz-se necessário compreender que, apesar do inegável avanço relacionado ao surgimento de

²¹ No original: “a process that employs people as testing participants who are representative of the target audience to evaluate the degree to which a product meets specific usability criteria” (Rubin; Chisnell, 2008, p. 21).

sistemas generativos comprometidos com a justiça social, é imperativo para a acurácia desta monografia o reconhecimento das limitações da plataforma e a atenção e sensibilidade às pistas que nos conduzam a direções contrárias às nossas hipóteses pessoais.

No que se refere à realização de entrevistas em estudos de caso, Yin (2001) reconhece distintos benefícios da estratégia, mas também aponta riscos iminentes, como imprecisões causadas pelas memórias dos entrevistados e a possibilidade de que as respostas dos participantes sejam influenciadas pelas perguntas, de modo que o pesquisador escute o que busca ouvir. Estes riscos são reduzidos nesta pesquisa, já que a fonte de evidências foi escolhida exatamente por sua característica de reflexibilidade: nosso objetivo é levar os desenvolvedores a refletir sobre seu grau de engajamento com as inteligências artificiais feministas, o feminismo de dados e a resistência algorítmica.

Para um estudo de caso confiável, também é imprescindível a criação de um banco de dados para a pesquisa (Yin, 2001). Por isso, além deste texto, que compila os achados da pesquisadora, as transcrições das entrevistas com os desenvolvedores do *Radar Antigênero* serão disponibilizadas em uma pasta²² no *Google Drive* pelos próximos cinco anos – podendo estender-se de acordo com a relevância do material. Esta decisão justifica-se para garantir que os futuros leitores do trabalho possam acessar, integralmente, o material que conduziu nossa análise. Por fim, o terceiro ponto que Yin (2001) destaca como pilar para a confecção de um estudo de caso confiável é o encadeamento de evidências. Neste sentido, buscou-se construir um trabalho que possa ser compreendido a partir da leitura independente de cada capítulo do texto, apesar de reconhecer que o material completo fornecerá uma compreensão mais rica e plural do fenômeno estudado.

Esclarecidas as escolhas metodológicas que orientam o desenvolvimento desta pesquisa, evidencia-se que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP/UFJF). Como o objeto empírico deste estudo inclui entrevistas com seres humanos, orientamo-nos pela Resolução 510/2016 (Brasil, 2016) do CNS sobre pesquisas com seres humanos, o Ofício Circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS (Brasil, 2021), que versa sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, e a Lei n.º 14.874/2024 (Brasil, 2024), que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com

²² Acesse a decupagem das entrevistas na íntegra em: https://drive.google.com/drive/folders/1CAVOHZsxUVY00hbmnhchKga7L1yl7_Tu?usp=sharing.
Disponibilizado em 30 de jul. de 2026.

seres humanos. Estes documentos regulamentam os deveres da pesquisadora com relação à ética para conduzir estudos que envolvam seres humanos.

Antes da realização das entrevistas, no dia sete de abril de 2026, foram submetidos à Plataforma Brasil, para apreciação do CEP/UFJF, os seguintes documentos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser aplicado para os entrevistados (Apêndice B); o modelo do roteiro base das entrevistas em profundidade (Apêndice A); e o projeto detalhado para realização desta pesquisa. No dia 23 de abril de 2026, a pesquisadora recebeu um parecer que recomendava melhorias no detalhamento da metodologia do projeto e nos riscos e benefícios da pesquisa, que foram devidamente realizados e enviados novamente ao CEP/UFJF no dia 28 de abril de 2026. Desta vez, o projeto foi aprovado para realização pela pesquisadora, sob o parecer 8.402.071 (Anexo A).

Os documentos são de extrema importância para garantir a segurança da pesquisadora e dos participantes do estudo. Em especial, o TCLE garante que os entrevistados estejam cientes dos riscos, dos benefícios, dos tipos de dados que são coletados, de como as informações são tratadas e de que todos os dados pessoais fornecidos ficam mantidos em sigilo. Realizadas as descrições metodológicas e relativas à conformidade com o CEP/UFJF, no tópico a seguir, dedicamo-nos à realização da análise de usabilidade da interface do *Radar Antigênero*.

4.2 NAVEGAÇÃO E USABILIDADE: AS FUNCIONALIDADES DA INTERFACE DO *RADAR ANTIGÊNERO*

Como observamos esta pesquisa sob a lente dos saberes situados, vale caracterizar quem é a pesquisadora que realiza esta análise e sob que pontos de vista observa a interface. A pesquisadora é uma estudante do último ano da graduação em jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que realiza estágio na área. Uma mulher, de 22 anos, que possui amplo acesso à internet e a smartphones há mais de uma década e utiliza computador, celular e tablet diariamente. Por estar no Ensino Médio durante a pandemia da Covid-19, passou por um avanço repentino no letramento digital entre 2020 e 2022. Destaca-se também que é uma leitora assídua dos textos publicados pela Associação Gênero e Número e de matérias jornalísticas e textos acadêmicos que versam sobre relações de gênero e violências estruturais.

Realizados estes esclarecimentos iniciais, debruçemo-nos sobre a experiência do usuário com a interface. Antes de aplicar as heurísticas propostas por Nielsen (2024) para

analisar a usabilidade do *Radar Antigênero*, é necessário reconhecer as funcionalidades oferecidas pela interface.

O produto consiste em um site *one page*²³ que direciona o usuário para as seguintes informações disponíveis: três links direcionam para a página *Explore - Radar Antigênero*²⁴; um link que direciona para uma página com explicações metodológicas²⁵ sobre a produção do projeto; e quatro links para diferentes materiais complementares: a *Política de IA da Gênero e Número*²⁶, o *Guia prático: como reconhecer, investigar e contextualizar o discurso antigênero*²⁷, a reportagem *Do algoritmo ao linchamento: como o discurso antigênero atinge alvos específicos no YouTube*²⁸ e a reportagem *Radar antigênero revela como vídeos no YouTube alimentam discurso antigênero e ondas de ataque*²⁹.

Esta análise concentra-se na página *Explore - Radar Antigênero*, composta por gráficos interativos que apresentam os vídeos com discurso antigênero mapeados pela ferramenta de inteligência artificial. A decisão de concentrarmos-nos nesta página deve-se ao fato de que as outras informações disponibilizadas pelo *Radar Antigênero* estão em formato de texto e já foram inseridas no corpo deste trabalho em momentos oportunos. A pesquisa foi realizada a partir da versão v1.5, considerada beta.

Figura 5 - Página *Explore - Radar Antigênero*



²³ Site de apenas uma página.

²⁴ Disponível em <https://radar.org.br/explore>. Acesso em 24 de maio de 2026.

²⁵ Disponível em <https://radar.org.br/metodologia>. Acesso em 24 de maio de 2026.

²⁶ Disponível em <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em 24 de maio de 2026.

²⁷ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/16VEBW6SGACXFzHNLVoSCoJgx0Pp9qICT/view>. Acesso em 24 de maio de 2026.

²⁸ Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/radar-antigenero-algoritmo-ao-linchamento/>. Acesso em 24 de maio de 2026.

²⁹ Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/radar-antigenero-ataques-discurso-antigenero/>. Acesso em 24 de maio de 2026.

Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Ao abrir a página, o usuário pode observar uma coluna lateral com os seguintes filtros, que contribuem para a raspagem de dados: a) intervalo de tempo, entre janeiro de 2018 e junho de 2026; b) temas, conforme as categorias apresentadas na Figura 4; c) estratégias discursivas, ainda de acordo com a Figura 4; d) sujeitos em destaque, também como aponta a Figura 4; e e) pesquisa na base de dados, que permite que o usuário filtre os vídeos analisados por meio de frases ou palavras-chave de interesse.

Na parte superior da tela, é possível baixar os metadados utilizados pela ferramenta de inteligência artificial. Esta funcionalidade permite que diferentes pesquisadores possam analisá-los de acordo com suas preferências, e os dados disponibilizados na íntegra contribuem para aumentar a transparência do sistema de IA utilizado. Os metadados são disponibilizados em uma planilha, como demonstra a figura 7.

Figura 6 - Baixar dados filtrados



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Figura 7 - Planilha de metadados analisados pelo *Radar Antigênero*

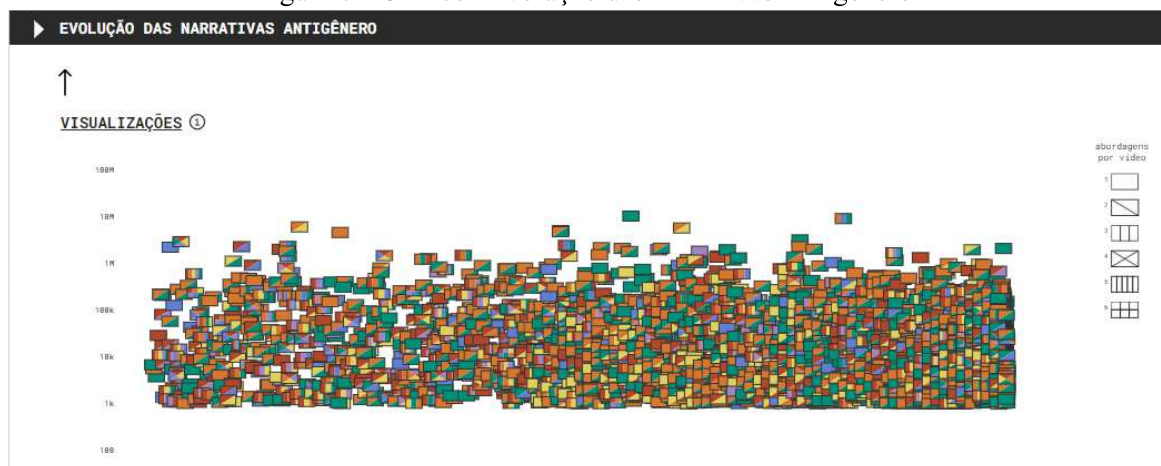
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
1	id	link	title	description	published_at	duration	views	likes	comments	transcript	datetime	has_transcription	discursive_strategy	themes	targets	channel_id	channel_title	channel_custom_url	channel_subscr		
2	1Rb1kkC-w	https://youtu.be/1Rb1kkC-w	"LUTADORA MORRE APÓS SER NOCAUTEADA POR TRANSEXUAL MMA IDEOLOGIA DE GÊNERO"	"Esta notícia é falsa, porquê com o avanço da ideologia de gênero"																	
3	ji-SiL0uv40	https://youtu.be/ji-SiL0uv40	"Raffa Moreira Provoca e Fala Mal Do Choice 'Vocês e Uma Vadia', 'Se Inscreva Ai No Canal', 'Para Todos Assuntos De Rap"																		
4																					
5																					
6																					
7	Go go	Inscrição	"1", "2018-01-23T00:50:35Z", 35, 3772, 42, 1, "2025-06-26T01:14:02.862368Z", true, [{"ataques_pessoais": ""}, {"identidade_de_genero_e_sexualidade": ""}, {"atores_sociais_e_politicos": {"ativista": []}, {"7dSt02fGSy", "https://youtu.be/7dSt02fGSy", "MC URUBUZHINO - AS MULHERES DE HOJE EM DIA", "DJ PEDRO GOMES & NEGÃO", "INSCREVA-SE NO CANAL", "....."																		
8																					
9																					
10																					
11																					
12																					
13																					
14																					
15																					
16																					
17	UITL4v43Cbg	https://youtu.be/UITL4v43Cbg	"PR JÁSLIO FALSO PROFETA? JOVEM E LIBERTO DO HOMOSSEXUALISMO VEJAMM!!", "Igreja Santidade e Arrependimento"																		
18	CNPJ:	30.528.470/0001-93																			
19																					
20																					
21																					
22																					
23																					

Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

A maior parte da tela é ocupada pelos quatro gráficos que permitem a visualização dos dados de forma intuitiva. O primeiro deles é nomeado como “Evolução das narrativas antigênero” e utiliza um plano cartesiano que exhibe os vídeos de acordo com o mês e ano em que foram publicados no eixo X e o número de visualizações registradas pelo YouTube no

eixo Y. No canto direito, uma legenda apresenta a forma como cada vídeo é representado no gráfico de acordo com o número de estratégias discursivas reconhecidas no material.

Figura 8 - Gráfico “Evolução das Narrativas Antigênero”



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

As cores também são utilizadas para fornecer informações, visto que cada uma delas representa uma estratégia discursiva utilizada no vídeo: o vermelho representa o uso de medo e ameaça; o laranja, humor e ridicularização; o amarelo, inversão entre a vítima e o opressor; de roxo estão as teorias da conspiração; a desinformação é representada pelo azul; e, por fim, o verde representa ataques pessoais. A cor branca representa vídeos que não foram classificados em nenhuma destas categorias de análise. Neste sentido, portanto, a mensagem pode ser compreendida deste modo: o vídeo representado pelo retângulo destacado na figura 9 apresenta três estratégias discursivas, sendo elas o humor e a ridicularização, teorias da conspiração e ataques pessoais.

Figura 9 - Representação dos vídeos analisados



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Ao clicar nos retângulos que representam os vídeos, uma nova tela lateral é aberta com informações sobre o vídeo em questão. A tela apresenta o vídeo, a data de publicação, o número de visualizações, o número de curtidas, a data de quando os dados foram analisados, o título do vídeo, o canal em que foi publicado, os temas e as estratégias discursivas utilizadas (elas são apresentadas novamente e aqui o significado das cores utilizadas no gráfico é descrito). O usuário também pode baixar a transcrição do áudio do vídeo.

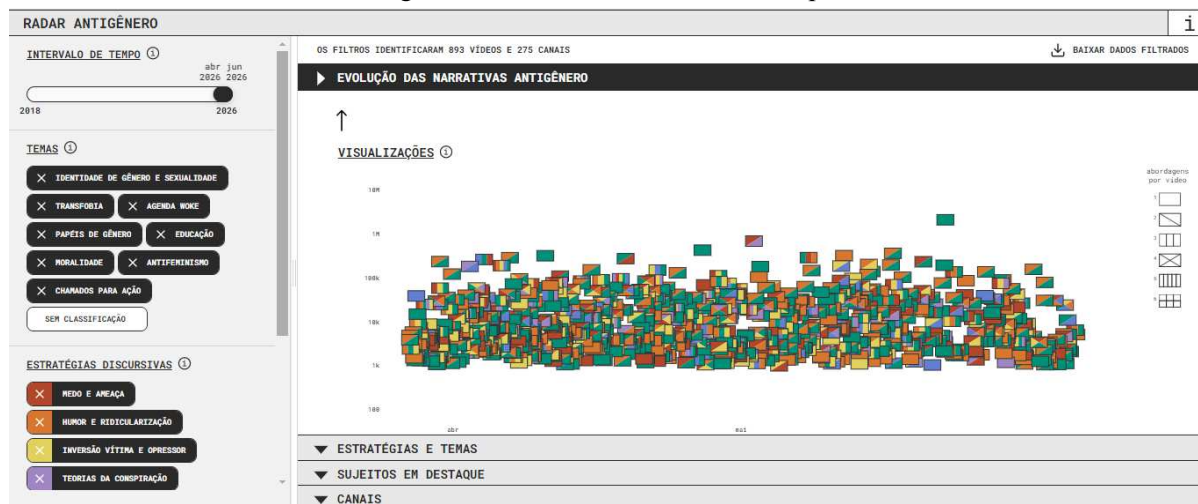
Figura 10 - Dados sobre o vídeo analisado



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Os filtros da coluna lateral também permitem estabelecer preferências para a observação dos dados, como é o caso do intervalo de tempo, que permite que o usuário concentre-se nos vídeos publicados em meses específicos:

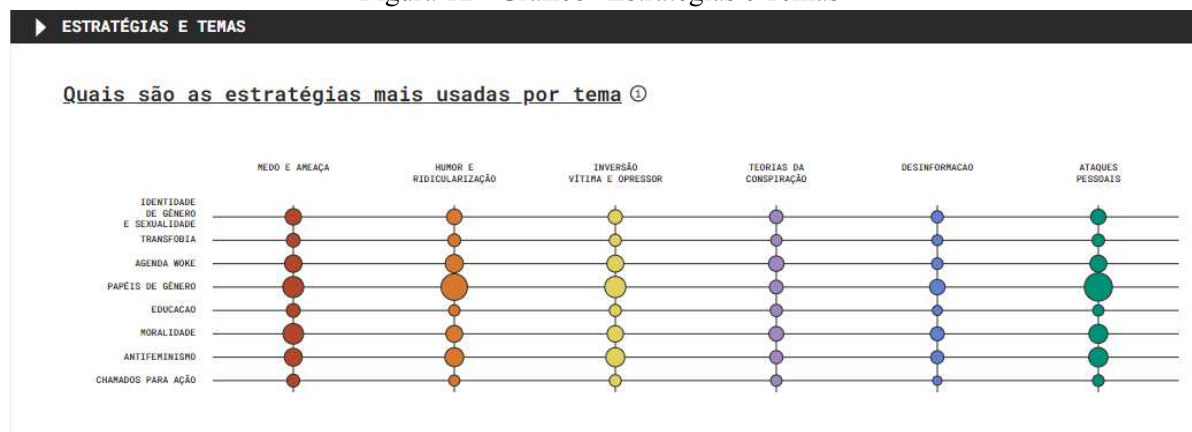
Figura 11 - Filtro de intervalo de tempo



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

O segundo gráfico, “Estratégias e temas”, utiliza bolhas para demonstrar a frequência de vídeos que combinam determinada estratégia discursiva com determinado tema. Ou seja, quanto maior a bolha, mais vezes a estratégia é usada para falar sobre determinado tema.

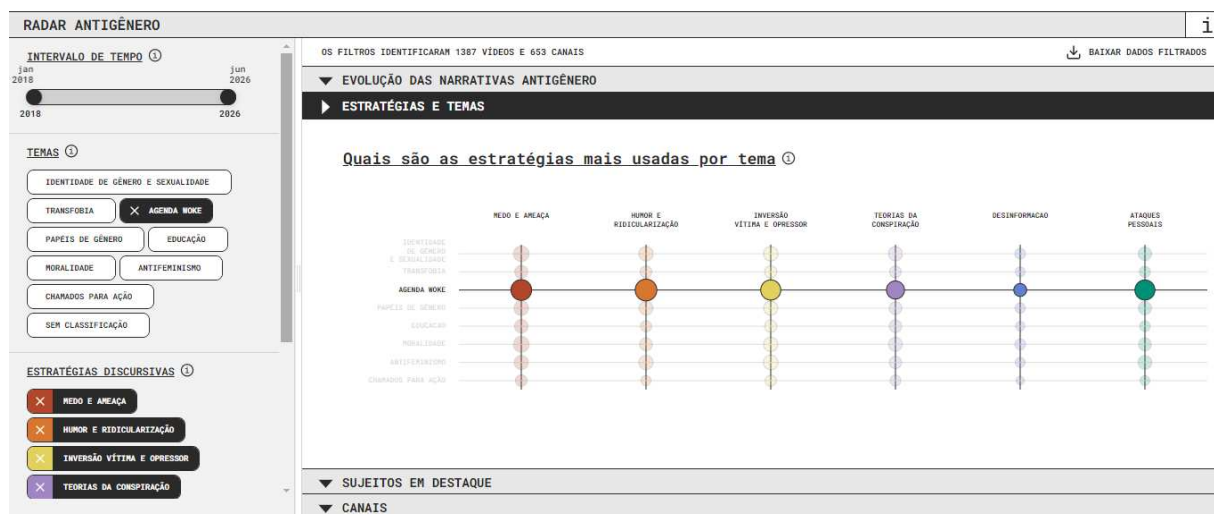
Figura 12 - Gráfico “Estratégias e Temas”



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Ao utilizar a coluna lateral para filtrar um tema, é possível analisar quais são as estratégias mais utilizadas para atacá-lo.

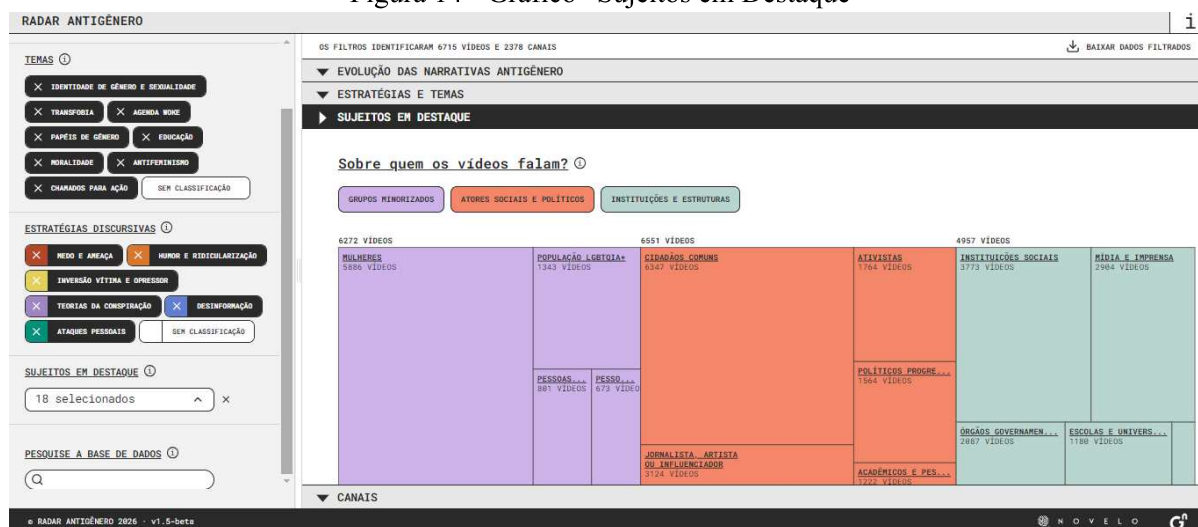
Figura 13 - Filtro por temas



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Já o terceiro gráfico diz respeito aos “Sujeitos em destaque”. Esta forma de visualizar os dados analisados pelo *Radar Antigênero* destaca sobre quem os vídeos falam e quantos vídeos referem-se a estes autores.

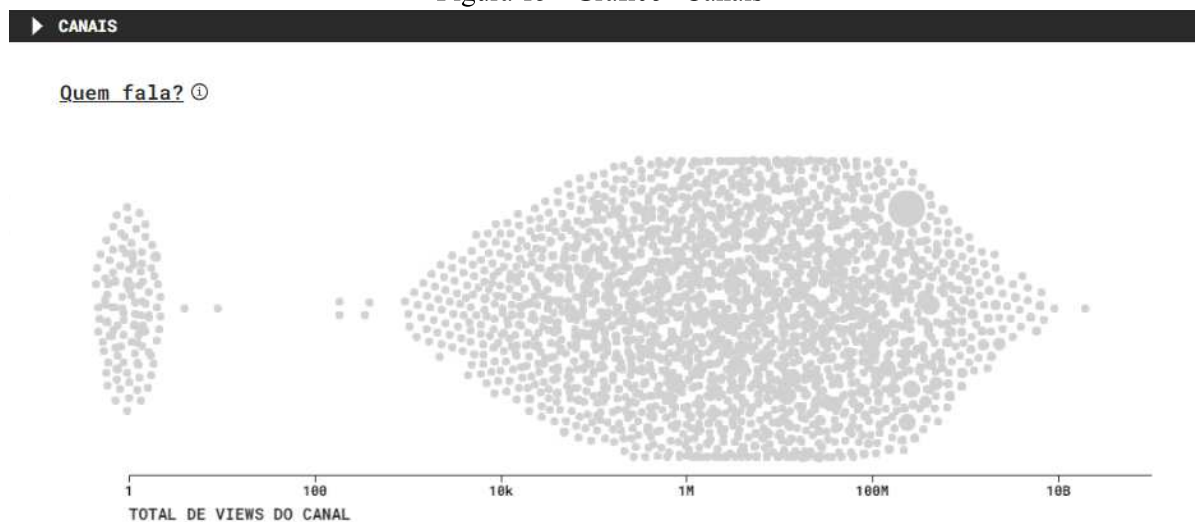
Figura 14 - Gráfico “Sujeitos em Destaque”



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Por fim, o quarto gráfico é nomeado como “Canais”. Neste caso, o objetivo é mostrar quais são os principais canais responsáveis por divulgar o discurso antigênero no YouTube. No eixo X, está representado o número de visualizações do canal em questão, enquanto o tamanho do círculo representa a quantidade de vídeos do canal que está na base do *Radar Antigênero* – e, portanto, conforme a análise da ferramenta, contém algum tipo de discurso antigênero.

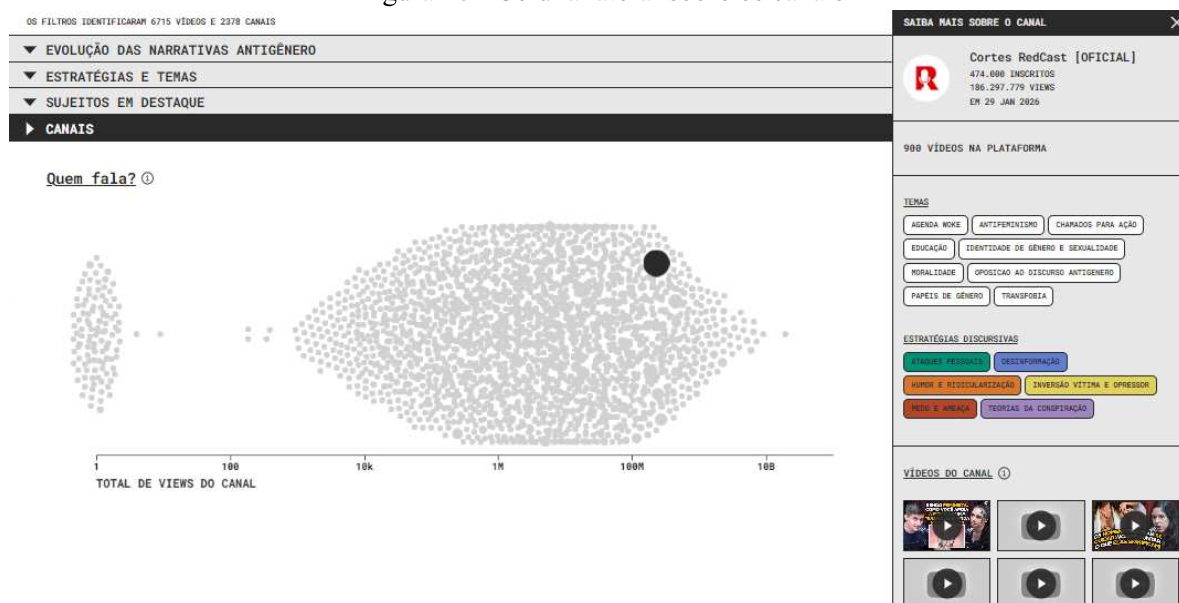
Figura 15 - Gráfico “Canais”



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Ao passar o mouse sobre os círculos, uma coluna lateral oferece mais informações sobre o canal em questão, como o nome do canal, o número de inscritos e visualizações, data de criação e a quantidade de vídeos na plataforma. O usuário ainda tem acesso aos temas e estratégias discursivas mais utilizadas por aquele canal e aos vídeos com maior número de visualizações no intervalo filtrado. Também é possível clicar nos vídeos para acessar o conteúdo na íntegra.

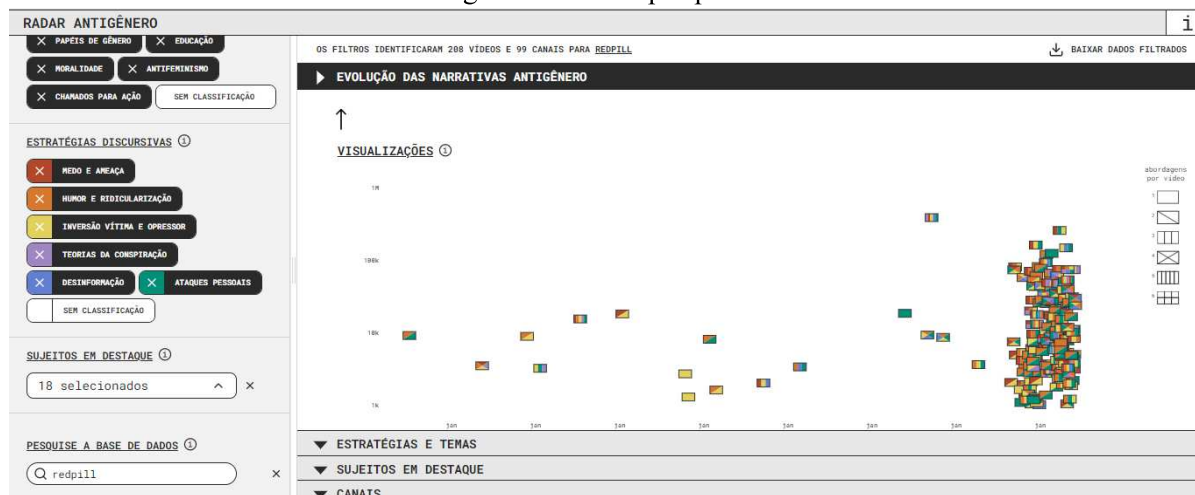
Figura 16 - Coluna lateral sobre os canais



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Por fim, outra funcionalidade que vale destacar é a possibilidade de filtrar os vídeos por palavras-chave. Na figura X, utilizamos “redpill” para identificar a incidência do termo nos vídeos analisados pelo *Radar Antigênero*. Destaca-se também que os filtros da coluna lateral são aplicados em todos os gráficos.

Figura 17 - Filtro por palavras-chave



Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

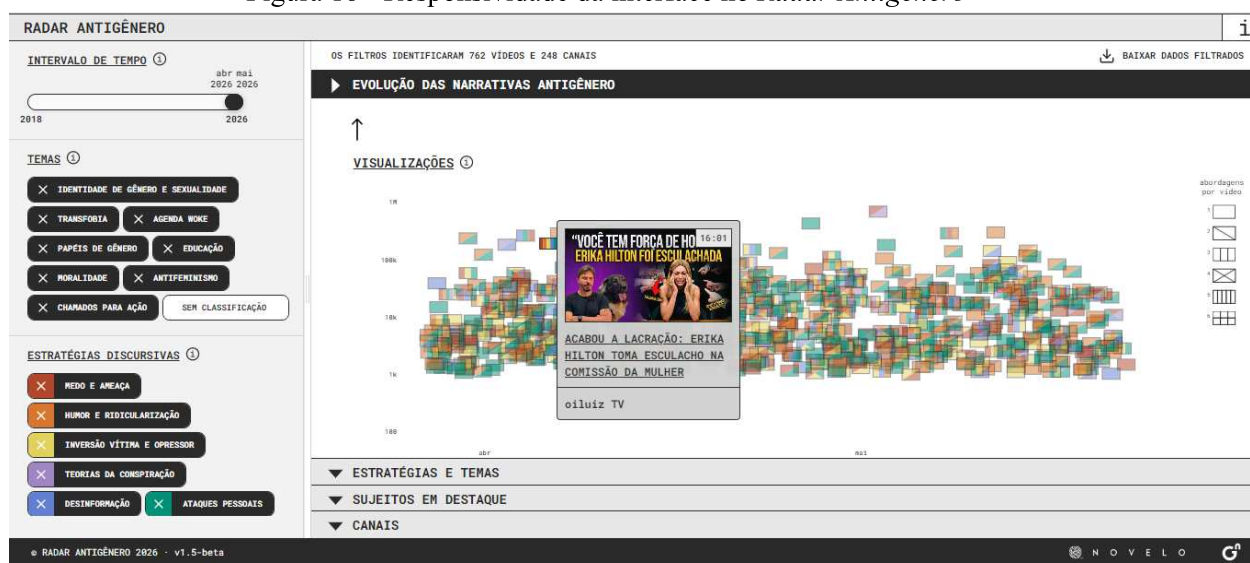
Após compreender, em termos gerais, como se dá o funcionamento do produto *Radar Antigênero*, dedicamo-nos à análise de usabilidade da interface, fundamentada nas dez heurísticas propostas por Jacob Nielsen (2024). “São chamadas de ‘heurísticas’ porque são regras práticas amplas e não diretrizes específicas de usabilidade”³⁰ (tradução livre). Elas têm como objetivo contribuir com a análise sobre o grau de facilidade do público-alvo para usar a interface. Neste sentido, a primeira heurística de Nielsen (2024) versa sobre a visibilidade do estado do sistema:

O design deve sempre manter os usuários informados sobre o que está acontecendo, por meio de feedback apropriado dentro de um prazo razoável. Quando os usuários conhecem o status atual do sistema, eles aprendem o resultado de suas interações anteriores e determinam os próximos passos. Interações previsíveis criam confiança tanto no produto quanto na marca³¹ (Nielsen, 2024, tradução livre).

O *Radar Antigênero* oferece uma boa visibilidade do estado do sistema: pela característica interativa dos gráficos, quando o usuário desliza o *mouse* sobre as informações, o conteúdo é expandido para melhor compreensão.

³⁰ No original: “they are called ‘heuristics’ because they are broad rules of thumb and not specific usability guidelines” (Nielsen, 2024).

³¹ No original: “The design should always keep users informed about what is going on, through appropriate feedback within a reasonable amount of time. When users know the current system status, they learn the outcome of their prior interactions and determine next steps. Predictable interactions create trust in the product as well as the brand” (Nielsen, 2024).

Figura 18 - Responsividade da interface no *Radar Antigênero*

Fonte: Captura de tela da página *Explore*, do *Radar Antigênero*.

Em relação à segunda heurística, que se refere à correspondência entre o sistema e o mundo real, Nielsen (2024) propõe:

o design deve falar a linguagem dos usuários. Use palavras, frases e conceitos familiares ao usuário, em vez de jargões internos. Siga as convenções do mundo real, apresentando as informações em uma ordem natural e lógica. A forma como você deve projetar depende muito dos seus usuários específicos. Termos, conceitos, ícones e imagens que parecem perfeitamente claros para você e seus colegas podem ser desconhecidos ou confusos para seus usuários. Quando os controles de um projeto seguem convenções do mundo real e correspondem aos resultados desejados (o que chamamos de mapeamento natural), fica mais fácil para os usuários aprenderem e lembrarem como a interface funciona. Isso ajuda a construir uma experiência intuitiva³² (Nielsen, 2024, tradução livre).

No caso do *Radar Antigênero*, espera-se que o público-alvo da interface esteja minimamente familiarizado com questões relativas aos ataques a grupos subalternizados e ao discurso antigênero, já que a plataforma é direcionada principalmente a atores engajados na luta pelo fim das violências sistêmicas e a jornalistas. Neste sentido, pode-se considerar que a linguagem utilizada corresponde ao mundo real. Isso porque, além de utilizar termos corriqueiros, o produto também oferece uma explicação sobre a que se referem os filtros e

³² No original: "The design should speak the users' language. Use words, phrases, and concepts familiar to the user, rather than internal jargon. Follow real-world conventions, making information appear in a natural and logical order. The way you should design depends very much on your specific users. Terms, concepts, icons, and images that seem perfectly clear to you and your colleagues may be unfamiliar or confusing to your users. When a design's controls follow real-world conventions and correspond to desired outcomes (called natural mapping), it's easier for users to learn and remember how the interface works. This helps to build an experience that feels intuitive" (Nielsen, 2024).

categorias utilizadas na análise no *Guia prático: como reconhecer, investigar e contextualizar o discurso antigênero*, para o qual os usuários são direcionados a partir do próprio site do projeto. Outra ferramenta que contribui para a compreensão integral da plataforma é o ícone de informações, que compila, dentro da própria página, as informações exploradas no Guia.

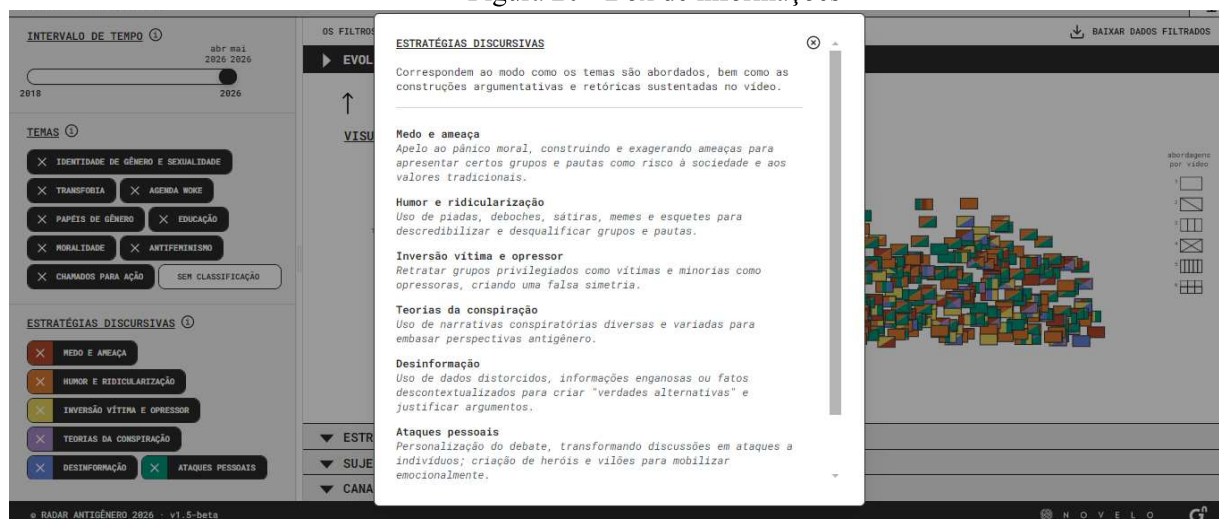
Figura 19 - Ícone de informações



Fonte: Captura de tela de página *Explore* do *Radar Antigênero*.

Ao clicar no ícone de informações, a seguinte tela é aberta:

Figura 20 - Box de informações



Fonte: Captura de tela Captura de tela de página *Explore* do *Radar Antigênero*.

A terceira heurística diz respeito ao controle e à liberdade do usuário:

Os usuários frequentemente realizam ações por engano. Eles precisam de uma "saída de emergência" claramente sinalizada para interromper a ação indesejada sem ter que passar por um processo demorado. Quando é fácil para as pessoas desistirem de um processo ou desfazerem uma ação, isso promove uma sensação de liberdade e confiança. As opções de saída

permitem que os usuários mantenham o controle do sistema e evitem ficar presos e se sentirem frustrados³³ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Por se tratar de uma interface única, o *Radar Antigênero* não apresenta a opção de “voltar”. No entanto, todas as ações selecionadas podem ser desfeitas ao clicar no “x”. Ademais, como gráficos interativos, ao clicar em determinada funcionalidade, a que estava aberta é imediatamente fechada.

A quarta heurística de Nielsen (2024) destaca os padrões e consistência da interface:

Os usuários não devem ter dúvidas se palavras, situações ou ações diferentes significam a mesma coisa. Siga as convenções da plataforma e do setor. A Lei de Jakob afirma que as pessoas passam a maior parte do tempo usando produtos digitais *que não são seus*. As experiências dos usuários com esses outros produtos definem suas expectativas. A falta de consistência pode aumentar a carga cognitiva dos usuários, forçando-os a aprender algo novo³⁴ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Não há problemas de consistência na interface do *Radar Antigênero*, sobretudo porque, como os dados são apresentados principalmente em forma de gráficos, as palavras repetem-se poucas vezes. No entanto, quando se repetem, o mesmo termo é utilizado para nomear todas as categorias – conforme explicação disponível no *Guia prático: como reconhecer, investigar e contextualizar o discurso antigênero* e nos boxes de informação. Além disso, os termos que nomeiam as categorias de análise são extremamente intuitivos, de modo que, independentemente da leitura das explicações oferecidas pela plataforma, o público-alvo é capaz de compreender a mensagem a partir das suas referências pessoais.

Já a quinta heurística refere-se à prevenção de erros. De acordo com Nielsen (2024):

boas mensagens de erro são importantes, mas os melhores projetos previnem cuidadosamente que os problemas ocorram em primeiro lugar. Elimine as condições propensas a erros ou verifique-as e apresente aos usuários uma opção de confirmação antes que eles executem a ação. Existem dois tipos de erros: lapsos e enganos. Lapsos são erros inconscientes causados por desatenção. Enganos são erros conscientes baseados em uma incompatibilidade entre o modelo mental do usuário e o projeto³⁵ (Nielsen, 2024, tradução livre).

³³ No original: “Users often perform actions by mistake. They need a clearly marked “emergency exit” to leave the unwanted action without having to go through an extended process. When it’s easy for people to back out of a process or undo an action, it fosters a sense of freedom and confidence. Exits allow users to remain in control of the system and avoid getting stuck and feeling frustrated” (Nielsen, 2024).

³⁴ No original: “Users should not have to wonder whether different words, situations, or actions mean the same thing. Follow platform and industry conventions. Jakob’s Law states that people spend most of their time using digital products *other than yours*. Users’ experiences with those other products set their expectations. Failing to maintain consistency may increase the users’ cognitive load by forcing them to learn something new” (Nielsen, 2024).

³⁵ No original: “Good error messages are important, but the best designs carefully prevent problems from occurring in the first place. Either eliminate error-prone conditions, or check for them and present users with a confirmation option before they commit to the action. There are two types of errors: slips and mistakes. Slips are unconscious errors caused by inattention. Mistakes are conscious errors based on a mismatch between the user’s mental model and the design” (Nielsen, 2024).

Ao realizar esta análise de usabilidade, não reconhecemos nenhum erro possível para o usuário na plataforma. Isso deve-se principalmente ao fato de que a interface não objetiva ser um site com distintas funcionalidades, mas é sobretudo um formato de visualização de dados – característica típica de projetos de jornalismo de dados, como vimos no capítulo três. Nesse sentido, como gráficos interativos, a experiência do usuário restringe-se a explorar as informações disponibilizadas na página.

No que se refere à sexta heurística, valoriza-se o reconhecimento em detrimento da recordação, isto é:

minimize a carga de memória do usuário tornando os elementos, ações e opções visíveis. O usuário não deve precisar memorizar informações de uma parte da interface para outra. As informações necessárias para usar o design (por exemplo, rótulos de campos ou itens de menu) devem estar visíveis ou facilmente acessíveis quando necessário. Os seres humanos têm memória de curto prazo limitada. Interfaces que promovem o reconhecimento reduzem o esforço cognitivo exigido dos usuários³⁶ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Apesar de oferecer aos usuários um guia sobre as funcionalidades e termos disponíveis no *Radar Antigênero*, a interface também garante que, a todo o tempo, o usuário possa consultar explicações sobre a plataforma, que podem ser acessadas pelo ícone de informações, como mostram as Figuras 5 e 6.

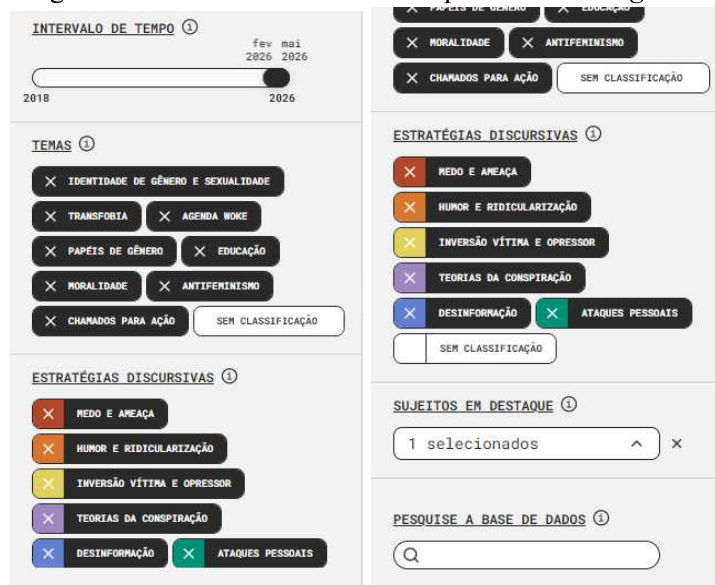
A sétima heurística defendida por Nielsen (2024) relaciona-se com a flexibilidade e experiência de uso:

atalhos — ocultos para usuários iniciantes — podem acelerar a interação para usuários experientes, permitindo que o design atenda tanto a usuários inexperientes quanto experientes. Permita que os usuários personalizem ações frequentes. Os processos flexíveis podem ser realizados de diferentes maneiras, permitindo que as pessoas escolham o método que melhor lhes convier³⁷ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Apesar da pesquisadora não ter registrado atalhos no teclado, a interface permite personalizações de acordo com a necessidade dos usuários pelos filtros de informações.

³⁶ No original: “Minimize the user's memory load by making elements, actions, and options visible. The user should not have to remember information from one part of the interface to another. Information required to use the design (e.g. field labels or menu items) should be visible or easily retrievable when needed. Humans have limited short-term memories. Interfaces that promote recognition reduce the amount of cognitive effort required from users” (Nielsen, 2024).

³⁷ No original: “Shortcuts — hidden from novice users — may speed up the interaction for the expert user so that the design can cater to both inexperienced and experienced users. Allow users to tailor frequent actions. Flexible processes can be carried out in different ways, so that people can pick whichever method works for them” (Nielsen, 2024).

Figuras 21 e 22 - Filtros oferecidos pelo *Radar Antigênero*

Fonte: Captura de tela de página *Explore* do *Radar Antigênero*.

Em relação à oitava heurística, design estético e minimalista, Nielsen (2024) defende:

as interfaces não devem conter informações irrelevantes ou raramente necessárias. Cada unidade extra de informação em uma interface compete com as unidades de informação relevantes e diminui sua visibilidade relativa. Essa heurística não significa que você precise usar um design plano — trata-se de garantir que o conteúdo e o design visual estejam focados no essencial. Certifique-se de que os elementos visuais da interface atendam aos objetivos principais do usuário³⁸ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Como o objetivo da página é apenas proporcionar a visualização dos dados mapeados pela inteligência artificial, não há informações desnecessárias na interface. Todas as informações que estão disponíveis para o usuário permitem a extração de algum tipo de dado acerca dos vídeos que disseminam o discurso antigênero pelo YouTube.

A nona heurística diz respeito à capacidade da plataforma de ajudar os usuários a reconhecer, diagnosticar e recuperar-se de erros. A proposta aqui é que

as mensagens de erro devem ser expressas em linguagem clara (sem códigos de erro), indicar precisamente o problema e sugerir uma solução construtiva. Essas mensagens de erro também devem ser apresentadas com recursos visuais que ajudem os usuários a notá-las e reconhecê-las³⁹ (Nielsen, 2024, tradução livre).

³⁸ No original: Interfaces should not contain information that is irrelevant or rarely needed. Every extra unit of information in an interface competes with the relevant units of information and diminishes their relative visibility. This heuristic doesn't mean you have to use a flat design — it's about making sure you're keeping the content and visual design focused on the essentials. Ensure that the visual elements of the interface support the user's primary goals" (Nielsen, 2024).

³⁹ No original: "Error messages should be expressed in plain language (no error codes), precisely indicate the problem, and constructively suggest a solution. These error messages should also be presented with visual treatments that will help users notice and recognize them" (Nielsen, 2024).

No entanto, como defendemos anteriormente, a interface restringe-se à visualização de dados em forma de gráficos. Não existe erro, existe apenas aquilo que os usuários desejam ou não descobrir a partir das informações disponibilizadas pela inteligência artificial. Portanto, não é possível notar a aplicação desta heurística na interface.

Por fim, a décima heurística de Nielsen (2024) refere-se à ajuda e documentação:

o ideal é que o sistema não precise de explicações adicionais. No entanto, pode ser necessário fornecer documentação para ajudar os usuários a entender como concluir suas tarefas. O conteúdo de ajuda e documentação deve ser fácil de pesquisar e focado na tarefa do usuário. Seja conciso e liste os passos concretos que precisam ser executados⁴⁰ (Nielsen, 2024, tradução livre).

Durante a análise de usabilidade da plataforma, em nenhum momento a pesquisadora precisou recorrer a informações externas sobre como utilizá-la ou a que se referem determinadas funcionalidades. No entanto, sabe-se que não necessariamente esta será a experiência de todos os usuários. Como apontado nas Figuras 5 e 6, o usuário pode acessar o ícone de informações disponibilizado pela interface para consultar os significados dos termos empregados na análise. Ademais, o guia disponibilizado pelos desenvolvedores da interface também contribui para a compreensão das melhores formas de usar a plataforma.

Portanto, após a realização da análise de usabilidade do produto *Radar Antigênero*, pode — se concluir que, apesar da interface simplificada, visto que o objetivo é apenas possibilitar a visualização dos dados produzidos pelo sistema de inteligência artificial, a plataforma oferece ao usuário uma boa experiência de usabilidade. Como defendem Mancini e Vasconcelos (2016), o produto de jornalismo de dados utiliza os dados não apenas para as análises que propõe, mas também se apropria das ferramentas digitais para a produção de matérias e reportagens. Em diálogo com Gray, Bounegru e Chamrbers (2018), o formato escolhido para apresentar os dados também permite ao público que as interprete de acordo com critérios relevantes pessoalmente, bem como a possibilidade de verificar as informações oferecidas pelos jornalistas em matérias e reportagens.

Características como utilidade, eficiência, eficácia, satisfação e facilidade na aprendizagem, essenciais na visão de Rubin e Chisnell (2008), estão presentes na interface. No entanto, os autores também apontam a importância da acessibilidade para melhorar a experiência tanto de pessoas com deficiência quanto de pessoas sem deficiência na

⁴⁰ No original: “It’s best if the system doesn’t need any additional explanation. However, it may be necessary to provide documentation to help users understand how to complete their tasks. Help and documentation content should be easy to search and focused on the user’s task. Keep it concise, and list concrete steps that need to be carried out” (Nielsen, 2024).

plataforma. Durante a realização da etapa empírica deste trabalho, não foi possível perceber estratégias utilizadas para garantir a acessibilidade, ainda mais considerando o perfil da pesquisa apresentado no início desta fase de análise. Destaca-se o uso de cores para transmitir informações nos gráficos, que pode prejudicar a compreensão das mensagens por pessoas com daltonismo e a concentração das informações em gráficos, o que praticamente impossibilita o uso da plataforma por pessoas cegas ou com visão reduzida.

Em suma, a partir da análise de interação e do reconhecimento da plataforma, é possível identificar algumas relações com as teorias propostas neste trabalho. Para nortear as reflexões aqui propostas, em primeiro lugar, propomos voltar às definições apresentadas no tópico 2.1: apesar de não especificada na interface do *Radar Antigênero*, conclui-se que os desenvolvedores ancoram-se na definição proposta por Kurzweil (1990 *apud* Gomes, 2010, p. 235), que compreende os sistemas de inteligência artificial como sistemas que tentam atuar como seres humanos, já que o objetivo é ampliar a escala de uma classificação proposta pelas pesquisadoras nos estudos de gênero. Além disso, o *Radar Antigênero* se utiliza de um modelo de linguagem generativo para produzir os dados propostos.

O *Radar Antigênero* é uma inteligência artificial fraca quanto à sua consciência, já que tem como objetivo classificar vídeos em massa como os seres humanos responsáveis pelo produto fariam, vide metodologia, e é simplificada em termos de interface e usabilidade – conforme discutido na análise acima. Apesar dessa avaliação, cabe destacar que os resultados da coleta de dados apresentam formas complexas de visualização de dados (Figuras 15, 16, 17 e 18). O aprendizado de máquina empregado na ferramenta, por sua vez, pode ser considerado supervisionado, já que o sistema de IA é empregado para fins extremamente específicos de acordo com as categorias selecionadas, sem possibilidade de respostas sob a ingerência da equipe responsável pelo projeto.

Como proposto no tópico 2.2, este trabalho compreende que os sistemas de inteligência artificial são orientados pela Economia Moral das Plataformas (Bonini; Tréré, 2024). No caso do *Radar Antigênero*, a própria funcionalidade para a qual é projetado indica que os desenvolvedores são orientados por objetivos progressistas e de resistência à ascensão do discurso antigênero no Brasil. Conforme alguns dos textos apresentados pela equipe do projeto (Gênero e Número; Novelo Data, 2025; Coelho, 2025), também é possível identificar que a iniciativa é uma resposta à difusão das ideias da nova direita no país.

Ademais, a página que contém explicações sobre a metodologia do produto vai de encontro ao proposto por Campolo e Crawford (2020) sobre o uso da opacidade das máquinas como uma forma de desresponsabilização da equipe responsável pelo sistema de IA pelos

prejuízos causados pela máquina. É importante ressaltar também que os dados abertos, a democratização do acesso à informação e a transparência são princípios defendidos pela Associação Gênero e Número.

No que se refere aos vieses nos dados produzidos pela plataforma, como as explicações metodológicas apresentadas são superficiais, não é possível investigar todas as possibilidades enumeradas nos tópicos 2.2.1 e 2.2.2. Entretanto, a metodologia do projeto destaca que alguns canais são excluídos da análise feita pela plataforma, e aqui surge uma questão a ser abordada durante as entrevistas com os responsáveis pelo produto: quais os critérios usados para selecionar os canais que devem ser analisados ou não? O que garante que estes vídeos, que não são analisados pela IA, não possuam discurso antigênero?

Ainda relacionado aos vieses, faz-se necessário compreender quais tipos foram considerados pela equipe ao projetar o produto e quais as estratégias utilizadas para mitigá-los. De acordo com as delimitações metodológicas da plataforma, o sistema utiliza um *LLM*⁴¹ para processar as informações e produzir os dados do *Radar Antigênero*. Neste sentido, outra observação importante refere-se ao fato de que a máquina não foi treinada pela equipe responsável pelo projeto, o que significa que eles não possuem controle sobre os dados de entrada – *inputs* – do sistema de IA, de forma que este está suscetível a vieses nos dados de treinamento prévio do algoritmo, nos dados produzidos pelo uso do algoritmo e de classificação dos dados, como apontamos no tópico 2.2.

Neste sentido, apesar de ser construída por atores do Sul Global e orientada por ideais de justiça social, é preciso compreender se o *Radar Antigênero* foi confeccionado com o objetivo de romper com o sistema de vigilância dos pobres, o extrativismo colonial, o trabalho precarizado, a automatização de políticas neoliberais, o racismo estrutural, os designs patriarcais e a falta de transparência, como advogam Varon e Peña (2020). Também é necessário destacar que, por se tratar de uma expoente entre as IAs orientadas pela justiça social no Brasil, principalmente entre as que possuem jornalistas em sua equipe responsável, não se espera que o produto atenda a todos os critérios apontados, mas visamos compreender em que pontos o projeto se aproxima e se afasta das proposições sobre as inteligências artificiais feministas, sem perder de vista as dimensões de análise propostas por Toupin (2024). Outra questão importante é entender se a ferramenta busca apenas se consolidar feminista ou desafiar as estruturas de poder dominantes.

⁴¹ LLM ou *Large Language Model* refere-se a um tipo de inteligência artificial treinada com enormes volumes de dados com o objetivo de imitar a forma como o cérebro humano processa informações. Alguns exemplos são o *GPT*, da *Open AI*, e o *Claude*, da *Anthropic*.

Já no que se refere às reflexões do Capítulo 3, em primeiro lugar, pode-se apontar que a Associação Gênero e Número, que compõe a equipe responsável pelo *Radar Antigênero*, é uma associação jornalística que surge, há 10 anos, com o objetivo de divulgar e produzir dados. Neste sentido, o jornalismo de dados, discutido no tópico 3.1, está intrínseco na gênese do projeto, que busca observar os dados de forma interseccional e aberta, princípios que também se manifestam na interface do projeto por meio da forma como os dados são produzidos e apresentados para o usuário, bem como as categorias escolhidas para análise. Em relação ao tópico 3.2, pode-se destacar que o *Radar Antigênero* é uma ferramenta para produzir contradados (D'Ignazio, 2024; Jeppesen; Sartoretto, 2023) sobre os vídeos com discurso antigênero publicados no YouTube, para alcançar objetivos políticos e sociais, visto que produzem dados de forma independente sobre a ascensão de ofensas a diferentes grupos com o objetivo de compreender e combater o discurso de ódio a estes sujeitos.

Tensionadas algumas das possibilidades e limitações da interface do *Radar Antigênero* com base na análise de usabilidade, é hora de compreender a forma como os desenvolvedores do sistema de inteligência artificial observam a plataforma.

4.3 É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA IA ORIENTADA PELA JUSTIÇA SOCIAL? TÁTICAS E TENSÕES ENTRE A EQUIPE DO *RADAR ANTIGÊNERO*

Toda entrevista é, necessariamente, um processo de interação com o outro. Não se dá no vazio, mas se constrói como uma negociação de sentidos entre quem pergunta e quem responde. Como defende Antônio Carlos Gil (2008, p. 109), a escolha das entrevistas como recurso metodológico permite ao pesquisador compreender o que os entrevistados “sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

Com o objetivo de compreender as táticas (Certeau, 1998; Bonini; Treré, 2024) empregadas pela equipe do *Radar Antigênero* na construção da ferramenta, inicialmente foram planejadas a realização de seis entrevistas em profundidade, sendo três delas com idealizadoras do produto e as outras três com os programadores envolvidos no projeto, conforme documentos submetidos ao CEP/UFJF. No entanto, durante o contato com a equipe responsável, a pesquisadora foi informada de que apenas seis pessoas estavam envolvidas na criação do produto, sendo três programadores vinculados à empresa Novelo Data, duas integrantes da Associação Gênero e Número e uma pesquisadora externa contratada para contribuir com a iniciativa. Apesar de todos terem sido contatados para participar desta

pesquisa, uma das programadoras envolvidas no projeto, chamada de Diana⁴² na transcrição das entrevistas na íntegra, respondeu à pesquisadora semanas após a fase de realização de entrevistas, o que impediu que suas respostas fossem incluídas neste texto. Os outros cinco envolvidos concordaram em participar das entrevistas em profundidade, agendadas entre os dias 28 de maio e 3 de junho de 2026, no formato online, pela plataforma *Google Meet*.

Durante os encontros individuais online, a pesquisadora explicou os objetivos da pesquisa e apresentou aos participantes os riscos e benefícios envolvidos na participação voluntária. Entre os riscos, destacam-se: 1) sentir desconforto emocional ao refletir sobre os vieses de gênero em tecnologias e as decisões tomadas durante o desenvolvimento do produto *Radar Antigênero*, resultando em insegurança para expressar suas opiniões ou receio de julgamentos; 2) constrangimento ao responder alguma pergunta ou reconhecer limitações da plataforma desenvolvida; 3) desconfortos relacionados ao tempo necessário para realização da pesquisa, visto que as entrevistas têm duração prevista de uma hora.

Com o objetivo de minimizar os riscos, a pesquisadora optou por não identificar os dados dos participantes de forma personalizada, apresentando-os por meio de pseudônimos; assegurar a possibilidade dos entrevistados solicitarem a retirada de algum excerto da entrevista antes da publicação do trabalho; e garantir aos participantes o direito de recusar-se a responder a qualquer pergunta durante a entrevista e, a qualquer momento, retirar o consentimento para sua participação. As medidas visam preservar a liberdade e a integridade dos participantes da pesquisa, bem como evitar possíveis desconfortos em relação aos seus posicionamentos.

Já os benefícios, apesar de não haver compensação financeira para a participação, estão as contribuições para o campo, como o aprofundamento dos estudos sobre Inteligências Artificiais Feministas, vieses discriminatórios em sistemas generativos, ciência restaurativa de dados e impactos sociotécnicos das tecnologias digitais. Aos participantes, de forma direta, os benefícios incluem um espaço de escuta qualificada para refletir acerca de sua prática profissional; o aprofundamento crítico sobre as inteligências artificiais feministas; a organização e a ressignificação das experiências relacionadas à produção do *Radar Antigênero*; a valorização de sua experiência profissional para contribuir com a produção de conhecimento acadêmico; e a possibilidade de autoavaliação das decisões técnicas e éticas

⁴² Esta pesquisa é construída por afetos. Os nomes selecionados para identificar os entrevistados são uma homenagem a pessoas especiais na minha vida. O nome Diana foi selecionado em referência à Diana Toledo, uma professora do Ensino Fundamental que hoje se tornou amiga e confidente. Diana me lembra constantemente a importância de se equilibrar entre a doçura e a luta, bem como reconhecer os momentos que exigem calma ou enfrentamento.

envolvidas no desenvolvimento do sistema de inteligência artificial. Todas as pessoas que responderam à pesquisadora concordaram com os riscos e benefícios envolvidos na realização da pesquisa e declararam estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido ao CEP/UFJF.

Para identificar os entrevistados, utilizamos pseudônimos com o objetivo de preservar a identidade dos participantes. Por isso, empregamos aqui os nomes⁴³ José Eugênio, Diego, Karine, Marília e Maria Geralda para identificá-los. José Eugênio e Diego fazem parte da equipe da empresa Novelo Data e concentram seus trabalhos na área de programação. Marília é jornalista e compõe a equipe da Associação Gênero e Número, enquanto Maria Geralda é designer, já esteve na equipe da Gênero e Número e participou da criação do projeto *Radar Antigênero*. Karine é jornalista, pesquisadora, trabalha no terceiro setor e foi contratada para contribuir com o desenvolvimento do projeto por sua expertise nos estudos sobre o discurso antigênero.

Feitos os esclarecimentos iniciais, é hora de nos dedicarmos às aproximações e às discrepâncias entre as reflexões propostas nos capítulos teóricos deste trabalho e as percepções dos participantes desta pesquisa. Cabe destacar que a decupagem completa das entrevistas está disponível no Apêndice C.

4.3.1 Do uso de dados para denunciar o discurso antigênero no YouTube

Para compreender os fatores que culminam no surgimento do *Radar Antigênero* é preciso revisitar algumas características do produto. Inicialmente, tanto a Associação Gênero e Número quanto a empresa Novelo Data, organizações responsáveis pelo projeto, têm nos dados sua principal expertise e já desenvolviam, anteriormente, trabalhos que se dedicam a compreender e analisar a ascensão da nova direita (Politize!, 2022) no Brasil.

Karine (2026, informação verbal), que já pesquisava questões relacionadas ao discurso antigênero e foi contratada para auxiliar na produção da plataforma, também acredita que o projeto é especialmente importante pelo momento em que foi desenvolvido:

a nossa luta pela cidadania não é algo linear, né? Ela vai acontecendo em ciclos. Então, a gente tem momentos de maior conquista de direitos, e aí esses momentos, eles são acompanhados geralmente por reações, e aí nós

⁴³ Estes nomes homenageiam, respectivamente, José Eugênio Galvão, meu avô paterno *in memoriam*, que me apresentou jornais impressos para os quais hoje tenho a honra de escrever; Diego Valgas, primo que não aceita os “nãos” e está sempre em busca de formas criativas para enfrentar a vida; Karine Valgas, minha tia e madrinha, que me oferece casa, colo, cuidado e atenção desde que me entendo por gente; Marília Teodoro, que foi minha babá por mais de uma década e hoje é a madrinha e amiga com quem posso contar; e Maria Geralda Valgas, minha tia-avó *in memoriam*, responsável por manter sempre os copos e a casa cheia — de cerveja, de gente, de vida, de afeto. Esta pesquisa tem um pouco de vocês também.

temos muitas vezes um avanço conservador e reacionário, e eu acho que nesse momento a gente tá um pouco por aí, sabe?

Todos os atores envolvidos na concepção e desenvolvimento do projeto — Diego, José Eugênio, Marília, Maria Geralda e Karine — compreendem que o momento social e político do país, especialmente com a insurgência da nova direita (Politize!, 2022), e o cenário de ascensão da plataformização são fatores que dão pistas sobre a necessidade de ferramentas como o *Radar Antigênero*. Neste sentido, convém compreender como as organizações se relacionam com a produção de dados e como surgiram as ideias que culminaram no produto.

No caso da Gênero e Número, a produção dos contradados (D’Ignázio, 2024; Mariano, 2024) é um dos pilares da organização. Trata-se da busca por preencher lacunas deixadas pelos dados oficiais que, muitas vezes, são insuficientes ou deixam de lado informações a respeito da interseccionalidade, considerada crucial pela organização — fenômeno que D’Ignázio (2024) e Mariano (2024) nomeiam como dados faltantes. A ausência destes dados, conforme D’Ignázio ([s.d]), resulta na invisibilidade do fenômeno em questão. Desta forma, a Associação encontra-se alinhada às proposições de D’Ignázio e Klein (2020) sobre o feminismo de dados, em especial no que se refere ao uso de dados para gerar visibilidade e denunciar as desigualdades estruturais:

a gente sempre trabalhou muito com dados oficiais, dados do poder público, as bases já existentes e também as pesquisas da sociedade civil, que são também super importantes. O que a gente entendeu ao longo do tempo? Que a gente tinha lacunas de informações oficiais importantes e que, por isso, a gente precisava criar pesquisas, criar projetos para conseguir produzir esses dados e visibilizar essas desigualdades (Marília, 2026, informação verbal).

Marília (2026, informação verbal) e Maria Geralda (2026, informação verbal), que estiveram à frente do desenvolvimento do projeto *Radar Antigênero* pela Associação Gênero e Número, demonstram estar conscientes sobre os impactos sociais e políticos da produção de contradados. Para elas, todo projeto de dados inclui escolhas metodológicas que também refletem ideologias de poder, como propõem Gray e Bounegru ([s.d]) e D’Ignázio e Klein (2020), produzindo saberes situados (Haraway, 2009): “o dado não se coleta, né? É uma produção mesmo, né? A gente tem uma intenção por trás, assim. Que é de mostrar coisas que não estão sendo mostradas” (Maria Geralda, 2026, informação verbal).

Além disso, ao buscar incluir aspectos relacionados à interseccionalidade na produção de dados, a Gênero e Número reconhece o duplo papel dos seres humanos nesta dinâmica, de ora produzir dados, ora ser fonte para a produção deles. Por isso, há também uma busca pela

centralidade das experiências corpóreas (D'Ignázio; Klein, 2020) na produção de conhecimento com os objetivos de transformação e restauração, isto é, para promover a cura e a sensação de justiça para as vítimas e lutar por um mundo sem desigualdades e violências para todos, como propõe D'Ignázio (2024). Essa dimensão pode ser percebida na fala de Marília (2026, informação verbal):

para mim, nunca fez sentido um jornalismo que não tivesse essa dimensão, né? Do impacto social, da gente entender que o que a gente está fazendo é para o coletivo e é para promover o bem viver, reparação, mais direitos para a sociedade brasileira. E aí, quando a gente pensa em sociedade brasileira, a gente está pensando que a sociedade brasileira é composta majoritariamente por mulheres, majoritariamente por pessoas negras, uma grande parcela, mas ainda invisibilizada, inclusive nos dados, da população LGBT, da população indígena. Então, eu sempre falo assim, que eu fico ainda muito irritada quando as pessoas desqualificam ou colocam o jornalismo, tanto da GN [Gênero e Número], quanto jornalismo especializado em gênero, raça e sexualidade, ou jornalismo que tem a perspectiva interseccional, nesse lugar de nicho, quando, para mim, o que esse jornalismo traz é a dimensão da democracia brasileira. É o jornalismo que entende a sociedade brasileira, entendeu? [...] Eu acho que é uma forma de desqualificar esse olhar que a gente tem e de não entender qual a população brasileira que a gente está falando, sabe? E ainda parte desse lugar de, tipo, generalista, e a gente sabe que nos generalismos, para muitos veículos, essa população é branca, é masculina e é de elite, né?

Esta fala de Marília (2026, informação verbal) demonstra o que propõem Mancini e Vasconcellos (2016): em uma sociedade cada vez mais datificada, cabe aos jornalistas reconhecer as histórias de interesse público a partir do enorme volume e fluxo de dados inaugurado pelo *Big Data*. A entrevistada também reconhece que a produção de contradados é uma forma de fiscalizar e examinar o poder, o primeiro princípio proposto por Klein e D'Ignázio (2020) para a aplicação da metodologia do feminismo de dados para analisar sistemas de inteligência artificial:

as pesquisas da sociedade civil também acho que são essenciais para a gente monitorar o poder público, porque não é porque o poder público tem uma base de dados, tem uma análise, que essas bases e essas análises são perfeitas. Pelo contrário, o poder público ainda tem muita dificuldade quando a gente pensa na qualidade de dados. E aí eu falo qualidade de dados principalmente pensando essa perspectiva interseccional. Então, o Estado produz muitos dados, mas ainda poucos dados interseccionais, assim, que tem recorde de gênero, raça, território. Então, eu acho que quando a sociedade civil produz dados também, a gente está também fazendo esse papel, que é da sociedade civil e também do jornalismo, de monitorar para entender se o que o governo está falando realmente está acontecendo, com evidências (Marília, 2026, informação verbal).

Mas engana-se quem acredita que as entrevistadas não observam as complexidades e controvérsias intrínsecas à produção de contradados. Marília (2026, informação verbal), por exemplo, reconhece que, apesar de compreender o papel da Gênero e Número na fiscalização

dos dados oficiais, também é importante aliar-se a setores do Governo em determinadas circunstâncias para garantir maior efetividade e alcance aos dados:

[A gente precisava] produzir dados de maneira autônoma na maioria das vezes, mas em algumas vezes também em parceria com o poder público, por entender a relevância dessa instituição para visibilizar essas desigualdades de direitos que afetam públicos específicos, sabe? (Marília, 2026, informação verbal).

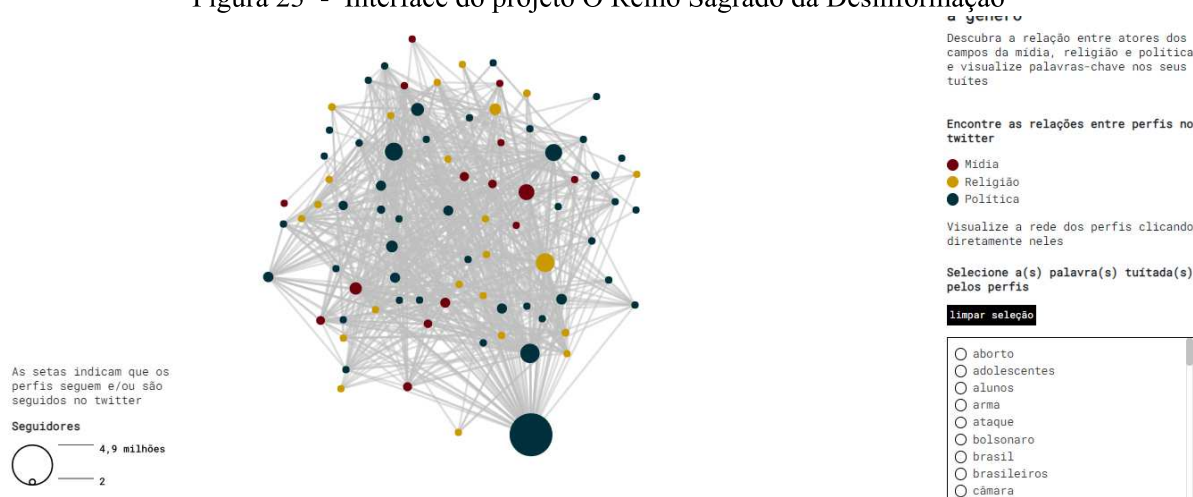
Como alertam D’Ignázio e Klein (2020), nem todos os dados produzidos pela sociedade civil contribuem para a proteção e empoderamento dos grupos subalternizados. Maria Geralda (2026, informação verbal) reconhece essas tensões e defende que o *Radar Antigênero* deve, necessariamente, ser uma plataforma nichada para pesquisadores, jornalistas, organizações da sociedade civil e formuladores de políticas públicas, já que também pode ser utilizada como um repositório de conteúdo *red pill*:

em relação especificamente ao Radar [Antigênero], a gente tem... Querendo ou não, a gente está juntando para um redpill, assim... Ele tem um mar de conteúdo para ele consumir, né? E isso é um problema também. Mas, justamente, acho que esse não é o público-alvo da plataforma, né? O público-alvo é a galera... Que vai construir coisas sobre isso, que vai trazer o reconhecimento dessas pessoas, desses perfis, para um lugar de... Eu estou com a palavra punir na cabeça, mas não é isso. Mas de responsabilizar. É, de responsabilizar (Maria Geralda, 2026, informação verbal).

Na esteira dessa produção de contradados na Associação Gênero e Número, projetos anteriores foram essenciais para contribuir com a idealização do *Radar Antigênero*. Marília (2026, informação verbal) afirma que as pesquisas produzidas pela organização se intensificaram após a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, “porque a gente precisava falar sobre o impacto do governo nas desigualdades”. Neste sentido, em 2018, a equipe produziu o projeto *O Reino Sagrado da Desinformação*⁴⁴, com o objetivo de analisar os principais atores da mídia, da religião e da política envolvidos com a desinformação de gênero e a violência nos ambientes online e offline. O projeto consiste em um gráfico que apresenta conexões no Twitter (atual X) entre estes atores, bem como possibilita que o usuário veja quais perfis *twittaram* sobre determinadas palavras-chave. A figura abaixo apresenta a interface da página. Cada círculo representa um ator e as cores destacam o setor a que se relacionam: mídia em vermelho, religião em amarelo e política em azul. Ao clicar nos círculos, o usuário é apresentado à pessoa representada pela esfera.

⁴⁴ Disponível em <https://www.reinodadesinformacao.com.br/>. Acesso em 13 de jun de 2026.

Figura 23 - Interface do projeto O Reino Sagrado da Desinformação



Fonte: Captura de tela de página do projeto *O Reino Sagrado da Desinformação*

Este é o embrião que dá origem e oferece pistas para a construção das categorias utilizadas no *Radar Antigênero*. No entanto, ele também demonstrou fragilidades em relação aos métodos manuais de análise de dados, que impediram a continuidade do projeto.

A gente não queria só atualizar e fazer o mesmo projeto, sabe? O mundo tinha mudado. Então, a gente queria trazer outras camadas. E aí, eu acho que, a partir daí, nasce a sementinha de a gente pensar no Radar Antigênero. Então, o Radar também nasceu dessa percepção que a gente tinha de que a gente tinha um avanço dessas narrativas antigênero, principalmente no ambiente digital, e que isso não era um fenômeno único. Não era um fenômeno episódico. Mais que isso, esse avanço dessas narrativas antigênero era uma estratégia coordenada e que tinha impactos diretos e concretos sobre direitos humanos, sobre a democracia, sobre as políticas públicas. E a gente sabia disso porque a gente já tinha feito esse projeto (Marília, 2026, informação verbal).

Além da influência dos trabalhos anteriores, Marília (2026, informação verbal) destaca que a demanda por uma plataforma que produzisse os dados oferecidos pelo *Radar Antigênero* também é resultado de análises jornalísticas produzidas não apenas pela Gênero e Número, mas também por instituições parceiras, como a Revista AzMina e o Alma Preta Jornalismo. Parceiros da sociedade civil, como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) e a Vote LGBT também contribuíram para o reconhecimento da urgência social e política do projeto.

Como atesta D'Ignázio (2024), a mídia pode potencializar ou negligenciar as reivindicações das populações subalternizadas. Desta forma, percebe-se que a Associação Gênero e Número se utiliza do seu papel enquanto organização midiática para enfrentar uma cultura de invisibilidade dos dados relacionados à ascensão do discurso antigênero no Brasil.

Ademais, além de uma associação que tem atuação na mídia, a Gênero e Número também possui um quadro de funcionários diverso e preocupado com questões relacionadas à diversidade. Neste sentido, ao produzirem conhecimento enquanto mídia, estes atores também têm a oportunidade de se autodeterminar pela produção de conhecimentos situados e orientados pela justiça social. A produção de contradições é, portanto, uma forma de produção de si e de resistência às políticas de classificação (Crawford, 2025).

Por isso, quando tomaram conhecimento sobre o edital de financiamento de projetos da *Journalism AI*⁴⁵, vinculado à *London School of Economics and Political Science* com o apoio da *Google News Initiative*, que tem como objetivo apoiar a inovação e o desenvolvimento de organizações de notícias para usos mais acessíveis e de combate às desigualdades globais relacionadas à inteligência artificial, a equipe da Gênero e Número buscou a parceria da Novelo Data para desenvolver o projeto. Diego (2026, informação verbal) afirma que a empresa também já estava atenta nas discussões sobre política e plataformas digitais: “Eu e o José Eugênio, a Novelo Data, nos últimos cinco, seis anos, a gente desenvolveu uma série de ferramentas para fazer análise em escala de plataformas digitais no Brasil. Principalmente rede social, principalmente YouTube”.

Com a parceria alinhada, o processo de construção e idealização do *Radar Antigênero* foi feito de forma coletiva, reunindo a ideia proposta pela Gênero e Número de monitoramento do discurso antigênero e as possibilidades técnicas que a Novelo Data conseguia executar com o tempo e orçamento disponibilizados pelo edital do *Journalism AI*.

A ideia, então, era utilizar inteligência artificial para analisar como as plataformas de mídias sociais contribuem para a difusão do discurso antigênero no contexto brasileiro, mas algumas alterações foram feitas no processo para permitir a execução do projeto, como a decisão de investigar o YouTube:

a gente, inicialmente, pensou em trabalhar com o TikTok, mas daí era muito mais difícil por causa da API⁴⁶, e a gente acabou optando por olhar para o YouTube, porque também é um lugar onde, assim, a machosfera estava muito grande, onde os jovens também acessam muito conteúdo, aprendem, enfim, desenvolvem (Maria Geralda, 2026, informação verbal).

Os programadores destacam que, entre as principais plataformas digitais utilizadas no contexto brasileiro, o YouTube é a única que mantém sua API aberta, funcionalidade

⁴⁵ Conheça mais sobre o projeto em <https://www.journalismai.info/>. Acesso em 14 de jun de 2026.

⁴⁶ API é um conjunto de protocolos que permite que diferentes sistemas de softwares conversem entre si, o que é necessário para permitir que a inteligência artificial analise os conteúdos que integram o escopo do projeto *Radar Antigênero*.

essencial para a integração da inteligência artificial com a plataforma digital. Por isso, ela foi selecionada para análise:

você vê isso acontecendo, essa difusão de discursos misóginos e coisa e tal, acontecendo por várias plataformas. O YouTube, como a gente sabe, já vendo por outros meios, ele não é exatamente onde a discussão acontece; acontece no WhatsApp, no Telegram, etc., mas ele é o grande repositório desse material (José Eugênio, 2026, informação verbal).

Além disso, José Eugênio (2026, informação verbal) também destaca que o potencial de monetização de conteúdos do YouTube influencia o apelo emocional dos conteúdos do repositório:

como o YouTube paga muito mais que as outras plataformas, eu acho que existe um interesse por parte dos criadores de conteúdo em tentar viralizar ali, por razões que são muito mais financeiras do que eles gostariam de admitir no primeiro momento.

No caso da escolha pelo uso de dados, os cinco entrevistados – José Eugênio, Diego, Karine, Marília e Maria Geralda – concordam: apesar das robustas pesquisas qualitativas acerca do discurso antigênero, faltava a materialidade que os números garantem à questão, em conformidade com D’Ignázio ([s.d]). Como propõe Gehrke (2025), os dados são socialmente percebidos como uma forma legítima de conhecimento e seu uso permite que as lutas das populações marginalizadas recebam maior centralidade no debate público. Karine (2026, informação verbal), pesquisadora contratada para integrar a equipe do projeto, acrescenta que os dados contribuem para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno:

eu acho que os dados são muito importantes quando a gente está falando de materializar violências, né? Muitas vezes a gente acha, a gente sabe que determinado problema existe, mas quando a gente não tem dados para mostrar aquilo, né? Para tornar aquilo palpável, para tornar aquilo algo mais material... Fica muito difícil da gente apontar para aquele problema enquanto um problema, enquanto um desafio, nesse caso, enquanto um obstáculo até à qualidade da nossa democracia.

Diego (2026, informação verbal) avalia que o uso dos dados pode ser uma resposta à plataformização social e propõe que eles são uma alternativa para produção de evidências que orientam o jornalismo (Mancini; Vasconcellos, 2016). Para ele, a dicotomia entre jornalismo e jornalismo de dados beira a ingenuidade, visto que a datificação do mundo da vida resulta na dificuldade de fazer mapeamentos manuais realistas:

a partir do momento que a gente tem essas plataformas que escalam de um jeito absurdo, essas regras do jornalismo ainda, óbvio que ficam valendo, mas é preciso adaptar ou gerir algumas delas para dar um pouco mais de vazão a essa escala e entender esse fluxo contínuo gigantesco do que está acontecendo.

Nesse sentido, todos os entrevistados – José Eugênio, Diego, Karine, Marília e Maria Geralda – concordam que o *Radar Antigênero* busca facilitar análises de atores não vinculados à Gênero e Número ou à Novelo Data em relação ao discurso antigênero no YouTube. O formato de visualização de dados escolhido para disponibilizar as informações, entretanto, foi motivo de várias discussões e reuniões de alinhamento para compreender como tornar os dados mais úteis para o público-alvo, fato que se alinha aos princípios cinco e seis propostos por Klein e D’Ignázio (2024); respectivamente, adotar o pluralismo, principalmente em relação às ideias e concepções tecnológicas, e considerar o contexto.

Investigados os motivos que resultaram na produção do projeto, o próximo tópico busca compreender quais foram os esforços empreendidos pela equipe do *Radar Antigênero* para minimizar os vieses no produto.

4.3.2 Dos esforços empreendidos para minimizar os vieses

Reconhecidos os fatores que implicaram na produção de contradados e na idealização do projeto, faz-se necessário compreender quais esforços a equipe desenvolvedora do *Radar Antigênero* empreendeu para reduzir os vieses inerentes aos sistemas de inteligência artificial elencados no corpo deste texto. Buscamos também apreender como os idealizadores da plataforma observam os sistemas de classificação (Crawford, 2025) e por que selecionaram categorias de análise para o discurso antigênero.

Em primeiro lugar, é importante destacar que todos os entrevistados – Diego, José Eugênio, Karine, Maria Geralda e Marília –, em algum momento durante as entrevistas, demonstraram reconhecer que não existe sistema tecnológico ou inteligência artificial neutra, como apontam Bonini e Treré (2024), Rodrigues (2025), Feng *et al.* (2023), Cozman e Kaufman (2022), entre outros autores citados no Capítulo 2. Marília (2026, informação verbal) afirma que a Gênero e Número reconhece que tanto os dados – como propõem D’Ignázio (2024) e D’Ignázio e Klein (2020) –, quanto as ferramentas de IA não são neutras:

o ponto de partida foi reconhecer que esses temas de inteligência artificial não são neutros. Isso a gente também já sabia, por conta da cobertura jornalística que a gente faz sobre o tema, né? Então, a gente parte desse lugar de que não são neutros, o que para a gente não é nenhuma novidade, porque a gente também parte do lugar de que os dados não são neutros. Então, a gente sabe, essa dimensão da inteligência artificial era uma dimensão que a gente estava acostumada, essa falsa sensação de neutralidade que as pessoas têm com algumas ferramentas ou com alguns métodos específicos, sabe? Mas, no caso da IA, né? Ela reflete escolhas metodológicas, as categorias analíticas, as visões de mundo, assim como os dados também, né? (Marília, 2026, informação verbal).

Por isso, ela destaca a importância de ter motivos bem definidos para o uso dos sistemas de inteligência artificial no projeto: “a tecnologia foi colocada a serviço desse tema, dessa pergunta que a gente queria entender, que era como o discurso antigênero estava sendo reproduzido no ambiente digital e não o contrário” (Marília, 2026, informação verbal).

Neste sentido, quando questionado sobre as medidas tomadas durante o desenvolvimento do *Radar Antigênero* para minimizar os vieses discriminatórios, o programador Diego (2026, informação verbal) faz um esclarecimento importante para as análises propostas neste tópico: o projeto não teve como objetivo treinar um LLM para analisar o discurso antigênero, mas se utiliza do sistema da *Open AI*, o *Chat-GPT*, como modelo de linguagem de inteligência artificial. De acordo com ele,

quando a gente fala em usar a inteligência artificial, a gente não está falando necessariamente de treinar uma inteligência artificial. Então, treinar um modelo de língua hoje é um processo brutalmente caro e pesado. Você tem pouquíssimos *players* no mundo capazes de fazer uma coisa como essa, dezenas de *players*. Então, se a gente pega um contexto de jornalismo brasileiro, se é que a gente está falando de usar uma inteligência artificial, a gente está basicamente falando de sistemas que usam inteligências artificiais já prontas, que estão adaptadas àquele contexto com instruções específicas para aquela área.

Isso significa que, por usar um modelo de língua já treinado, a equipe do projeto teve pouco controle sobre os vieses resultantes da curadoria de conteúdo. No caso dos *vieses nos dados de treinamento prévio do algoritmo*, os programadores utilizaram ferramentas da engenharia de *prompt* para minimizar o enviesamento, mas não tiveram controle sobre os dados utilizados para treinar a máquina. E os próprios programadores reconhecem as limitações dos modelos de linguagem considerados os melhores do mercado, como a sub-representação de dados em português do Brasil (Betanzos, 2023). José Eugênio (2026, informação verbal) tece percepções sobre isso:

você não vai, hoje em dia, treinar um modelinho do zero. Eu falo como um cientista aqui, como engenheiro, etc. Os modelos são tão bons hoje em dia que você pega um modelo grandão e utiliza ele. Aí você faz esses *stirrings*, essas adaptações via *prompt*, por exemplo, ou cadeias de *prompt*, para deixá-lo melhor, ok? Bom, você não consegue modificar o LLM. Geralmente os LLMs são treinados, como a gente sabe, por grandes corporações. Com dados que são, inclusive, para o português do Brasil, sub-representados. Eu chamo geralmente em inglês. Comparo os dados; mais de 90%, em geral, é em inglês. Não é português. Já que você não pode fazer isso, então o seu trabalho tem que ser intensamente... Você não vai fazer um refinamento posterior do modelo, porque também, hoje em dia, do ponto de vista prático, não tem grandes melhorias. Você realmente, o espaço que você tem realmente para fazer isso, para deixar o modelo útil, é via *prompt* (José Eugênio, 2026, informação verbal).

Outras preocupações também foram elencadas pela equipe, como a quantidade limitada de perfis que contribuíram com o desenvolvimento da plataforma, princípio fundamental para Klein e D’Ignázio (2024): “estava todo mundo mais ou menos na mesma classe social. Pessoas do Sudeste, no geral. Então, a gente tem, a gente parte de lugares, né? Então, a gente vai ter limitações, com certeza” (Maria Geralda, 2026, informação verbal) e, ao encontro de Ricaurte Quijano (2021), o uso de um modelo de linguagem criado no Norte Global para analisar fenômenos brasileiros:

a inteligência artificial que a gente usa é uma inteligência artificial produzida no Norte Global. Que não entende as especificidades da nossa vida no Sul Global, nem a nossa vida na sociedade brasileira, nem nossas vidas como os grupos minoritários. Então, quando a gente reproduz só esses modelos, a gente está reproduzindo essa lógica, que para a gente não faz sentido, sabe? (Marília, 2026, informação verbal).

Uma limitação reconhecida pelos próprios idealizadores da interface foi a dificuldade de incorporar camadas relativas à raça nas análises do sistema de IA. Toupin (2024) e Jaime (2024) avaliam que este é um aspecto essencial para contribuir com o fim das violências sistêmicas, já que a sociedade é racializada. Nesse sentido, Maria Geralda (2026, informação verbal) observa:

a gente não conseguiu chegar ‘numa’ forma de trazer, por exemplo, questões de raça. Tipo, a interseccionalidade ali com raça não aconteceu, porque a gente não conseguiu entender ou captar quais são os termos que são usados. Tipo, essa nuance. Porque o algoritmo não pega a nuance do que está sendo dito. E isso é muito difícil. Então, a gente só consegue chegar nesse nível de uma violência mais explícita mesmo (Maria Geralda, 2026, informação verbal).

No entanto, apesar de reconhecerem que os vieses são inerentes aos sistemas sociotécnicos e à produção de conhecimento (Crawford, 2025), como aponta Diego (2026, informação verbal), as preocupações relativas ao enviesamento dos dados não foram ignoradas pela equipe:

a gente desenvolveu um processo, que é uma análise manual, com a equipe inteira para ajudar a guiar esse processo de filtragem de viés. Não sei se filtragem é a melhor palavra, porque isso é um processo tipo cortar o cabelo: você vai cortando, cortando, cortando e ele vai aparecendo em algum momento. Então é de minimizar para o mínimo possível esse tipo de viés, para que não tenha impactos muito relevantes na plataforma (Diego, 2026, informação verbal).

José Eugênio (2026, informação verbal) explica que as classificações feitas pelo modelo de linguagem foram constantemente confrontadas com as classificações realizadas pelos seres humanos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos *outputs* da IA:

a Karine, por exemplo, a pessoa da Gênero [e Número] fazia essa análise, e depois nós rodávamos várias variações de *prompts* – a gente estava usando o GPT para fazer essa análise –, várias variações de *prompts* para poder gerar essas classificações. Por fim, a gente comparava uma com a outra e via se a acurácia, isso que o modelo estava prevendo, estava mais ou menos alinhada com o que a gente estava esperando.

Para driblar a opacidade do sistema de inteligência artificial, a equipe solicitava que o modelo fornecesse explicações sobre as decisões tomadas para cada vídeo classificado:

sempre que a gente faz requisições para LLMs, você pede não apenas as classificações seguindo regras que são muito rígidas, mas você pede explicações e você pede também uma espécie de uma nota classificadora para justificar por que aquela decisão foi tomada, como uma maneira também de ter um pouco mais de visibilidade das decisões que são tomadas (Diego, 2026, informação verbal).

Este esforço relacionado à acurácia da classificação, de acordo com o padrão estabelecido pela equipe, busca reduzir os *vieses nos dados produzidos pelo uso do algoritmo*, isto é, visa revisar constantemente os resultados oferecidos pelo *Radar Antigênero* para garantir que estejam os mais próximos possíveis dos resultados que a equipe encontraria caso realizasse as análises de forma manual.

Por fim, ainda no que se refere aos vieses na curadoria do conteúdo, como discutido no tópico 3.3, no site do *Radar Antigênero* estão descritas algumas definições metodológicas utilizadas para a filtragem dos vídeos analisados pela IA. No texto, a equipe informa que existe uma lista de canais que é excluída do escopo de análise do *Radar Antigênero*, mas não especifica as justificativas para esta decisão. Durante as entrevistas, a pesquisadora questionou aos participantes o que garante que estes vídeos excluídos não continham o discurso antigênero e por que eles eram excluídos da fase de análises. Esta pergunta teve como objetivo compreender os esforços empregados para minimizar os *vieses na base dos dados*, que se referem à escolha de amostras pouco representativas da sociedade. Neste sentido, Karine (2026, informação verbal) propõe:

não garante, né? Mas a gente achou melhor recortar dessa forma do que, às vezes, imputar algo erradamente, sabe? A gente achou melhor, talvez, ir para um lado da subnotificação do que criar falsos positivos, porque aí eu acho que os dois caminhos têm questões e têm problemas, mas eu acho que um falso positivo, nesse caso, é pior, porque aí a gente estaria atribuindo algo erradamente, né? Classificando algo erradamente.

Entre as categorias de vídeos e canais que não são analisados, os entrevistados apontam: vídeos de *react* que criticam o discurso antigênero, lives de *gamers*, que por vezes incluem diversos assuntos em um único vídeo que dura horas, como aponta Maria Geralda (2026, informação verbal); canais com pouco engajamento ou poucos vídeos, como informa

Marília (2026, informação verbal); músicas, já que este não era o foco da análise e elas invadem as camadas dos vídeos com maiores números de visualizações, conforme José Eugênio (2026, informação verbal); e canais jornalísticos, como explica Diego (2026, informação verbal):

quer dizer que a BBC Brasil pode, por engano, publicar um vídeo que reverbera algumas teorias misóginas, ou, tipo, explicar essa questão e daí ir repassando? Sim, pode acontecer. Mas também qualquer projeto de dados é um cobertor curto: ou você vai passar frio na orelha ou você vai passar frio no pé. Nenhum sistema é perfeito nesse aspecto e a gente precisa tomar decisões para saber onde a gente vai focar, sabendo que também existe uma questão de *budget* que é limitado para pagar por esses processos. Então, o principal aqui é entender quais são aqueles principais canais que estão publicando conteúdos que são prejudiciais, que são misóginos inegavelmente. Isso obviamente passa muito pela experiência da Karine, pela experiência da GN [Gênero e Número]. A decisão principal é delas, para entender também o que vale a pena a gente colocar e o que vale a pena a gente excluir. Se você tem um cara que nem o Renato Trezoião falando que a mulher não merece ser bem tratada, tem que ser submissa, você não precisa nem piscar, é óbvio que vai colocar um negócio desse. Precisa colocar para analisar, tanto pelo alcance como pela toxicidade. Então, infelizmente, não foi difícil a gente definir os canais e os temas, porque eles já são mais ou menos conhecidos.

Outros vídeos excluídos da análise foram conteúdos em línguas estrangeiras que, por vezes, eram incluídos na análise pelo sistema de IA. Esta lista não é exaustiva, ou seja, são apenas alguns exemplos que os entrevistados ofereceram sobre os critérios utilizados para a exclusão. Maria Geralda (2026, informação verbal) relembra que, apesar dos filtros para evitar grandes erros na análise do sistema, os desenvolvedores também pensaram em uma forma para que os usuários pudessem informar que determinado vídeo estava classificado de forma errônea, mas ele não está disponível na interface: “eu vi que uma das *features* que era para ter, que não tem ainda... Mas que, quando tiver, vai ser bom as pessoas avisarem. Essa página não está falando nada disso, sabe?” (Maria Geralda, 2026, informação verbal). Durante a entrevista, ela também reconheceu que seria interessante adicionar nas explicações metodológicas qual a lista dos vídeos e canais que foram excluídos da análise, para que o usuário tome conhecimento.

Os participantes da pesquisa também destacam que, durante o mapeamento dos vídeos que possam conter discurso antigênero, há dois processos: o mar aberto, isto é, a análise feita por IA de todos os vídeos publicados no YouTube no dia, e a análise dos vídeos de canais reconhecidamente misóginos por pesquisadores da área, como aponta José Eugênio (2026, informação verbal):

alguns canais são reconhecidamente misóginos. Isso é uma coisa que as pesquisadoras sabem. E, como os modelos têm um percentual, todo modelo

de classificação com IA, estatístico, na verdade, tem um percentual de falsos positivos, falsos negativos. [...]De fato, existe um viés aqui de seleção, que é: cara, ok, a gente sabe que tem um viés, a gente está colocando alguns canais, mas é porque eles são, do ponto de vista da pesquisa, [...] eles são bem reconhecidos por isso (José Eugênio, 2026, informação verbal).

Em seguida, os vídeos filtrados pelas duas formas de análise inicial em que forem identificados conteúdos antigênero são transcritos pelo sistema do *Radar Antigênero* e seguem o processo para o qual a IA foi treinada. Neste sentido, em relação aos *vieses na base de dados*, foi uma escolha da equipe desenvolvedora optar pela possibilidade de subnotificação para evitar que alguns canais fossem responsabilizados por algo que não fizeram.

Já sob o ponto de vista social e político, isto é, em referência aos *vieses na gênese da máquina*, o desenvolvimento do *Radar Antigênero* também foi planejado de forma intencional para reduzir os vieses discriminatórios. De acordo com Marília (2026, informação verbal), no que tange aos *vieses de classificação dos dados*, o objetivo foi incorporar conceitos complexos relacionados às questões de gênero, sexualidade e raça, por exemplo, à idealização da plataforma:

o primeiro de tudo foi a construção de categorias a partir, né? Dessas pessoas especialistas em gênero, raça, sexualidade, né? Então, eu acho que o ponto principal, que eu acho que muitas organizações ainda... Que trabalham com IA ainda fazem, né? Não deixar que as categorias de análise fossem definidas exclusivamente por cientistas de dados ou pela lógica tecnológica, sabe? Porque eu acho que aí a gente já tem como ponto de partida um risco muito grande, né? (Marília, 2026, informação verbal).

Por isso, Karine (2026, informação verbal) foi a principal responsável pelas definições teóricas incorporadas ao projeto, e o objetivo dos programadores foi aproximar ao máximo as classificações da IA àquelas feitas pessoalmente pela pesquisadora:

no começo do processo, teve um passo muito fundamental, que foi conduzido pela Karine, de entender e encapsular essas dinâmicas, que ela já estava pesquisando há bastante tempo, e garantir tecnicamente junto com a nossa equipe, que os sistemas estavam classificando da mesma maneira que a Karine; que é o que a gente chamava de *Ground Truth*, de verdade principal, que ela tinha definido para a gente (Diego, 2026, informação verbal).

A política de classificação, afirma Crawford (2025), isto é, a prática de resumir fenômenos complexos do mundo ao código binário – zeros e uns –, apesar de inerente às tecnologias digitais, tem contribuído para moldar o mundo social e material. Conforme Diego (2026, informação verbal), o próprio sistema comunicacional implica na redução de algumas complexidades:

a gente está sempre diminuindo a realidade. E estou falando a gente, eu estou falando a humanidade. Quando a humanidade quer usar a inteligência artificial, o que você faz, basicamente, é tentar explicar um ponto X para uma série de outros pontos, e você não consegue colocar todos esses pontos. Você tem que diminuir isso até para ser rápido, para ser barato e computacionalmente possível. Então, assim, é uma limitação da vida humana regida por *chips*.

Desta forma, cientes dos riscos inerentes às classificações, a pesquisadora questionou aos entrevistados por que tomaram a decisão de criar categorias para analisar o discurso antigênero. Para José Eugênio (2026, informação verbal), o uso de categorias é uma forma de processar informações para facilitar a compreensão do público-alvo do projeto:

a ideia era tentar desenhar algumas linhas no chão e também facilitar o trabalho para quem vai analisar depois, segundo alguns eixos mais comuns de análise. Então, a gente acabou optando por uma questão de... Por achar que seria mais útil mesmo, e talvez mais didático, já fazer esse trabalho anteriormente, nós mesmos. O trabalho é majoritariamente da Karine, inclusive.

Karine (2026, informação verbal) concorda. Para ela, as categorias contribuem para a compreensão de tendências:

as categorias permitem que a gente crie e construa uma visão daquele contexto, daquela conjuntura. E torna a análise mais detalhada. Porque aí não é só discurso antigênero. É muita coisa o discurso antigênero. Aí a gente consegue especificar melhor, saber quais são os alvos. Poxa, os alvos são prioritariamente mulheres? Ou, poxa, teve um mês aqui que foi pessoas neurodivergentes. Caramba, o que aconteceu nesse mês aqui? Então, eu acho que permite mesmo análises mais substanciais sobre o fenômeno em si.

A equipe concluiu que a ausência de categorias de análise seria uma perda em termos de informações sobre o fenômeno:

não faria sentido a gente perder ainda mais essas *features*, ainda mais essas características de cada um desses vídeos, só deixando uma categoria. A gente estaria lutando, a gente estaria indo contra a natureza do próprio discurso. O próprio discurso é multicategoria (Diego, 2026, informação verbal).

Para Marília (2026, informação verbal), as categorias contribuem para a apreensão do contexto e para a delimitação de como esses discursos se encontram:

foi importante que a gente, que o sistema, a inteligência artificial, tudo que a gente fez, identificasse narrativas e padrões discursivos, não apenas as palavras-chave isoladas, porque as palavras-chave isoladas para a gente não contavam a história toda, né? Então, muitas vezes, nesse processo, o mesmo termo pode aparecer em contextos completamente diferentes, e é por isso que, então, essa análise considerou esse conjunto de expressões, o contexto semântico, teve o processo de validação contínua para a gente chegar nessa melhor categorização, né? [...] Acho que essa preocupação metodológica que a gente teve foi importante para tentar equilibrar esse lugar da precisão com responsabilidade, né? Então, se os filtros fossem essas categorias que a gente está falando, fossem excessivamente amplos, a gente corria um risco

maior de classificar, de forma errada, alguns conteúdos, né? Se fossem muito restritivos, como aquelas microcategorias, que eu falei para você que a gente começou com microcategorias, a gente podia deixar de capturar dinâmicas importantes do fenômeno.

Mas engana-se quem acredita que eles não reconhecem as dificuldades de se classificar:

para dizer alguma coisa, você tem que ser um pouco opinativo. Vamos chamar esse tema... Separar, por exemplo, em, sei lá, cinco temas diferentes. Poderia ser muito mais. Óbvio! Mas a gente pensava aquilo que era mais evidente. Aí tem um papel de... Um pouco artesanal, bastante artesanal, na verdade, do conhecimento científico da pesquisadora envolvida nisso (José Eugênio, 2026, informação verbal).

Neste sentido, pode-se afirmar que os entrevistados reconhecem as problemáticas relacionadas à classificação, como aponta Crawford (2025), mas a utilizam como tática (Certeau, 1998) para dismantlar a violência epistemológica, em um movimento que busca desprogramar a desigualdade, como defende O'Neil (2021). Ao usar a pesquisadora Karine (2026, informação verbal) como modelo para programação da máquina, o *Radar Antigênero* realiza um esforço intencional para garantir que as classificações sejam feitas de forma responsável e transparente e apoiam-se no método e rigor científico com o objetivo de denunciar o discurso antigênero.

Se, por um lado, Ricaurte Quijano (2022) atesta que as ferramentas de inteligência artificial estão automatizando a violência em larga escala, o *Radar Antigênero* busca fazer o inverso: por meio de táticas de resistência concebidas a partir do Sul Global, como a própria Ricaurte Quijano (2021) defende, ao utilizar a transcrição dos vídeos na íntegra para compreender o contexto do discurso e retirar vídeos que possam ser classificados erroneamente pela IA, é possível perceber um esforço para que a reconstrução epistêmica da sociedade em formato de dados seja fiel ao que a equipe, em especial, a pesquisadora Karine faria.

Ainda em referência aos apontamentos de Ricaurte Quijano (2022), no que se refere à algoritmização da sociedade, a equipe do *Radar Antigênero* entende os sistemas de inteligência artificial como espaço de disputa ideológica e política e, por isso, advoga por tecnologias que sejam orientadas pela justiça social. No entanto, Maria Geralda (2026, informação verbal), por exemplo, ao reconhecer que o sistema não consegue compreender as sutilezas no discurso, reflete que este, na verdade, poderia ser um ponto positivo: há esferas que devem continuar sob a gerência de seres humanos.

Por fim, quando a autora se refere à automatização do mundo da vida por meio de um sistema de vigilância e controle, no caso do *Radar Antigênero*, mais que uma forma de

controlar corpos precários – local em que os próprios entrevistados enquadram os criadores de conteúdo, sobretudo pela necessidade de monetização no YouTube –, esta é uma forma de garantir a segurança deles, já que os principais canais que disseminam o discurso antigênero adquirem cada vez mais poder nas plataformas digitais e continuam propagando a violência em larga escala. No entanto, isso não significa que a equipe tenha, como objetivo, o ataque a estes canais: durante a entrevista de Marília (2026, informação verbal), ela conta que há uma discussão entre a equipe sobre retirar o acesso do público-alvo aos canais que disseminam esses conteúdos, porque o objetivo não é torná-los famosos ou culpabilizá-los, mas mostrar que o discurso antigênero é um fenômeno capilarizado e que influencia a vida social e política do país.

Outra medida apontada por Marília (2026, informação verbal) é a supervisão humana em relação às políticas de classificação (Crawford, 2025) adotadas pelo *Radar Antigênero*:

a inteligência artificial, para a gente, não foi utilizada como uma ferramenta autônoma de classificação. Todos os resultados, tudo que a gente fez, passaram por validação, por revisão humana, para verificar se as classificações faziam sentido, se determinados grupos ou narrativas estavam sendo interpretadas de forma inadequada. Foi super... A gente brinca assim, insalubre! (Marília, 2026, informação verbal).

Durante o desenvolvimento, também se buscou formar uma equipe diversa, não apenas em relação aos marcadores sociais dos indivíduos, mas também no que se refere às profissões e expertises de cada um: “a diversidade de perspectivas na construção do projeto, né, que eu acho que é um outro mecanismo importante pra gente tentar reduzir esses vieses, né, foi essa composição interdisciplinar da equipe” (Marília, 2026, informação verbal). De acordo com Marília (2026, informação verbal), a pluralidade de ideias e perspectivas contribuiu para a criação de um “ambiente de questionamento constante das premissas adotadas” (Marília, 2026, informação verbal), fundamental para a redução dos vieses discriminatórios.

Ainda acerca dos vieses na gênese da máquina, outra escolha com o objetivo de minimizar dados enviesados foi a divulgação da metodologia utilizada no trabalho para permitir que usuários questionem e problematizem a forma como os dados foram tratados. Deste modo, a equipe coloca-se em diálogo ao divulgar a metodologia do projeto para permitir questionamentos sobre os *vieses na escolha dos programadores* – como a própria disponibilidade para participação nesta pesquisa – como também para refletir acerca dos *vieses causados por pontos cegos* das máquinas que podem não ter percebido:

a gente não apresenta os resultados, né? Nesse lugar de verdades absolutas. A gente tem até uma parte grande, né? Do projeto, é explicitar limites, as escolhas metodológicas dos critérios de classificação. Por que isso? [...] Para questionamento de resultados, para explicar quais são os limites daquela metodologia. Nenhuma metodologia é perfeita. Não só quando a gente usa IA, mas em qualquer campo, né? Quando a gente define uma metodologia, a gente está definindo o foco e está deixando a coisa para trás, sabe? Isso faz parte (Marília, 2026, informação verbal).

Para Marília (2026, informação verbal), outra tática (Certeau, 1998) utilizada pelo projeto é a busca por um olhar interseccional incorporado em sua idealização e não como uma decisão posterior, durante as fases finais:

não dá para você falar de gênero no Brasil sem falar de raça. E aí, sabe? Aí vão criando essas camadas. Mas eu acho que a interseccionalidade desse projeto não foi tratada como geralmente acontece, que é como uma camada adicional que é incorporada depois. Então, você pensa o projeto todo, depois você fala assim: ah, não, a gente tem que ter um olhar interseccional. O olhar interseccional não pode vir depois; ele está no desenho de como a gente pensa o projeto, sabe? Então, ele sempre esteve presente para a gente, esse olhar interseccional, desde quando a gente compreendeu o fenômeno do discurso antigênero (Marília, 2026, informação verbal).

Além disso, durante o processo de construção da plataforma, a equipe apresentou o *Radar Antigênero* para um grupo que compõe o público-alvo do projeto em um teste de usabilidade, para que pudessem apresentar críticas e novas perspectivas sobre a interface:

a gente teve também uma fase que foi muito importante, que foi de conversar com as pessoas que são o nosso público. Então, a gente chamou algumas reuniões. [...] Reuniões de usabilidade, de usuários. O que você precisa, o que você acha que faz falta. Então, a gente conversou, desde com pessoas que eram pesquisadoras da área, a gente conversou também com as associadas da Gênero e Número, que já são muito da área. Então, elas trouxeram ideias, trouxeram perspectivas. A gente fez perguntas, por exemplo, o recorte temporal, o que a gente pensava que era importante ali. A gente foi direcionando as perguntas para pessoas que a gente entendia que era um público que ia usar. [...] Acho que isso ajudou a entender quais caminhos faziam mais sentido, quais faziam menos (Maria Geralda, 2026, informação verbal).

Apesar de não ter sido mencionado pelos entrevistados como um esforço intencional para a redução dos vieses, Betanzos (2023) reforça a importância de programadoras mulheres no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, sobretudo com o objetivo de garantir que elas possam também se autodefinir no meio digital. Diana, apesar de não ter respondido à pesquisadora a tempo de ser entrevistada para este trabalho, é uma programadora que integra a equipe da Novelo Data e que colaborou com as discussões e desenvolvimento do *Radar Antigênero* com reflexões técnicas e sociais.

Desta forma, pode-se concluir que os desenvolvedores da plataforma definiram diferentes táticas (Certeau, 1998) para a construção do *Radar Antigênero*, que vão desde a

idealização e a concepção do projeto até a forma como o sistema de inteligência artificial e a interface foram programadas, com o objetivo de incluir as necessidades, lutas e aspirações de grupos marginalizados no projeto. É possível notar que a equipe se apropria de ferramentas legitimadas socialmente – neste caso, os dados e os sistemas de inteligência artificial – para exercer resistência algorítmica (Bonini; Treré, 2024) e para denunciar as desigualdades estruturais (D’Ignázio, 2024). Por fim, convém investigar como os entrevistados observam o *Radar Antigênero* e suas relações com as teorias das inteligências artificiais feministas.

4.3.3 De como os entrevistados compreendem a relação entre o *Radar Antigênero* e as Inteligências Artificiais Feministas

Após discutir sobre a produção de dados e as formas de mitigação dos vieses discriminatórios com os entrevistados, eles foram convidados a refletir sobre os princípios que orientaram o desenvolvimento do *Radar Antigênero* e a relação do produto com as inteligências artificiais feministas. Neste tópico, pretendemos nos debruçar sobre estas reflexões.

Em primeiro lugar, a pesquisadora questionou se os entrevistados acreditavam que o *Radar Antigênero* era uma inteligência artificial feminista por meio da pergunta: “Quando se fala em inteligências artificiais feministas, a gente pensa não apenas em sistemas que não são machistas, mas sobretudo em sistemas que não contribuem para a ampliação das violências estruturais, como racismo, lgbtfobia, trabalho precarizado, prejuízos ao meio ambiente. Você considera que o *Radar Antigênero* é uma IA Feminista?”. Destacamos aqui a pergunta utilizada porque ela, em si, contém uma sucinta explicação sobre o conceito adotado nesta pesquisa, conforme Varon e Peña (2020), Toupin (2024) e Jaime (2024), já que identificamos que nem todos os envolvidos no desenvolvimento do produto necessariamente teriam compreensão sobre as discussões teóricas do campo.

Apesar da explicação, os entrevistados demonstraram diferentes níveis de compreensão acerca das inteligências artificiais feministas. Os programadores afirmaram que não se consideravam as pessoas adequadas para fazerem esta análise, como demonstra a fala de Diego (2026, informação verbal):

eu tendo a achar que não. Eu acho que o que o sistema faz é usar o que tem de mais avançado em inteligência artificial, com um cuidado bastante grande, para minimizar vieses e potenciais riscos, aplicado a uma área de misoginia e discurso de gênero. Eu não sei se... E de novo, eu não estudo isso, acho melhor a Karine e a Marília responderem esse tipo de coisa. Eu vejo isso de uma maneira um pouco mais prática, no sentido de que, se a gente usa o termo ou não, o uso é o mesmo.

José Eugênio (2026, informação verbal) concorda:

eu não me sinto qualificado para responder a essa pergunta. O que eu posso te dizer é que eu imagino que ela contribua para a discussão e, talvez, seja uma medida, em algum grau, de empoderamento das pessoas que estão fazendo análises e esse tipo de coisa. Ao mesmo tempo, a gente precisa tentar ser o mais isento possível, justamente para que seja útil a várias análises diferentes. O modo como eu tenho visto até agora, e essa é a minha opinião, o pessoal pode ter uma visão um pouco diferente, é de uma... literalmente uma ferramenta que empodera pessoas e grupos que eu acho que precisam ter voz. Essa é a minha opinião, sim. Mas a ferramenta em si, eu, como uma pessoa técnica dentro desse projeto, acho que eu tentei fazê-la menos opinativa, talvez, nesse aspecto. Para que ela seja mais neutra mesmo.

Maria Geralda (2026, informação verbal) reconhece que o projeto possui limitações, mas considera que a intenção incluiu a construção de uma inteligência artificial feminista: “Tem pontos em que a gente não consegue, por limitações de tempo, de coisas palpáveis, mas eu considero que existe essa busca” (Maria Geralda, 2026, informação verbal). Karine (2026, informação verbal), que já pesquisa relações de gênero no ambiente online, também acredita que o projeto é uma inteligência artificial feminista:

considero sim, com certeza. Não só pelo objetivo dele ou pela forma como ele foi construído, mas porque ele foi construído por pessoas muito diferentes entre si, com realidades muito diferentes entre si, e cada uma contribuindo um pouquinho, sabe? Então... “Ai, nossa, eu não percebi tal coisa”. Aí a outra colega foi e apontou. “Poxa, mas faltou tal debate aqui, Karine”. “Ah, beleza, vamos inserir tal debate”. Então, eu acho que sim, com certeza.

A pesquisadora defende que, apesar das limitações do projeto, há uma predisposição entre os criadores para discutir tecnologias orientadas pelo bem comum:

toda tecnologia tem limitações. E a gente até fez tudo muito rápido, enfim. Mas eu entendo que a gente dá um *check*, digamos assim, nesses aspectos, sabe? Então, eu acho que tem uma questão de transparência, uma disponibilidade até de quem criou, no sentido de conversar sobre isso, de entender, de ouvir possíveis limitações de coisas que deveriam ser diferentes, de disponibilizar, às vezes, os dados que a gente utilizou para construir de forma que se torne mais auditável. [...] A forma como a gente fez, eu entendo que é uma forma muito ética, assim. A gente procurou a todo tempo repensar tudo o que a gente estava fazendo. [...] A gente foi questionando o tempo todo, ouvindo pessoas de fora o tempo todo. E a própria forma também como a gente procurou, por exemplo, deixar alguns canais de fora por não termos a certeza de que eles poderiam ser *tagueados*, também é um pouco dessa lógica: “poxa, eu não tenho como imputar isso aqui a este canal, eu não vou fazer isso”, eu vou estar criando um falso positivo e isso é muito sério, então eu entendo que é mais para esse lado assim, sabe, das tecnologias mais feministas (Karine, 2026, informação verbal).

Marília (2026, informação verbal) demonstrou a maior compreensão teórica sobre as inteligências artificiais feministas entre os entrevistados. Para ela, o *Radar Antigênero* é uma inteligência artificial feminista no que se refere aos princípios e busca contribuir para consolidar os direitos humanos e a democracia, em diálogo com a luta pelo fim das violências estruturais, como propõe Ricaurte Quijano (2023), mas esta não é uma posição política:

no caso do Radar, a gente parte dessa perspectiva, que reconhece que essas desigualdades de gênero, raça e sexualidade são questões estruturais e que os discursos antigêneros têm impactos concretos sobre esses grupos, sobre os direitos humanos e sobre a democracia. Então acho que, nesse sentido, o projeto dialoga muito com a teoria, com as tradições feministas, que defendem essa produção de conhecimento que é situado, que é transparente, que é comprometido com a transformação social, que parte desse lugar de reconhecer que não existe esse olhar neutro, essa perspectiva neutra sobre a realidade, que é importante deixar explícito, visível os valores e os pressupostos que orientam a pesquisa. Então acho que a gente parte desse lugar, e que, ao mesmo tempo, nada disso, e acho importante destacar, nada disso significa abrir mão do rigor metodológico. Pelo contrário, acho que esse compromisso que a gente tem com justiça social, com a perspectiva feminista interseccional, exigiu ainda mais cuidado na construção de todos os projetos, das categorias, na validação dos resultados, na transparência dos métodos que a gente usou. Então acho que, se a gente entende feminismo como esse compromisso com a produção de conhecimento que torna visíveis essas relações de poder, as desigualdades históricas que a gente tem no Brasil e no mundo, que são invisibilizadas ainda, então o Radar joga completamente com a epistemologia feminista, com essa perspectiva feminista mesmo. Mas não porque a inteligência artificial tem uma identidade política (Marília, 2026, informação verbal).

No excerto, também é possível perceber que a entrevistada garante centralidade à perspectiva de Haraway (2009) acerca dos saberes situados e da produção de conhecimento pelos povos marginalizados (Haraway, 2009; Ricaurte Quijano, 2021; Ricaurte Quijano, 2024). Para Marília (2026, informação verbal), a busca pela construção de uma ferramenta orientada pela justiça social justifica os motivos pelos quais o *Radar Antigênero* demorou mais tempo para ser construído do que outras ferramentas de IA no jornalismo, processo que durou cerca de dois anos desde a idealização da ferramenta⁴⁷. As opiniões da entrevistada dialogam com Campolo e Crawford (2020) no que tange à necessidade de transparência e responsabilização das organizações pelas suas criações tecnológicas:

a gente não esconde os pressupostos, não esconde, não reivindica uma falsa neutralidade, mas explicita tudo isso e permite que elas sejam debatidas, que elas sejam auditadas e que sejam contestadas também, sabe? Mas eu acho que é desse lugar que a gente parte, e aí, acho que foi essencial para a gente construir o Radar como ele está hoje, esse conhecimento sobre IA feminista,

⁴⁷ Este dado não está disponível publicamente ou na íntegra das entrevistas. Durante a redação deste texto, considerou-se relevante mencionar o tempo de desenvolvimento da plataforma. Por isso, Marília, que acompanhou todo o processo de desenvolvimento do *Radar Antigênero*, foi contatada pelo *Whatsapp* e forneceu a informação.

sabe? Eu acho que... e é por isso que justifica, como eu falei lá no começo, né? Porque a gente levou tempo para lançar um projeto que usa inteligência artificial, porque a gente queria ter toda essa bagagem para entender a melhor forma de fazer um projeto. A gente não queria só seguir a moda e lançar uma IA no mundo só para lançar, sabe? A gente queria, e sabia que daria mais trabalho, trazer toda essa bagagem, essa perspectiva, fazer as escolhas que a gente precisava fazer (Marília, 2026, informação verbal).

Ainda por esta busca pela construção de sistemas sociotécnicos comprometidos com a justiça social, Marília (2026, informação verbal) evidencia a necessidade de manter os processos intencionalmente reflexivos, colaborativos e em constante atualização, em diálogo com as proposições de Tandon (2021). “A gente agora ‘tá’ focada em melhorar ele. [...] Vamos continuar trabalhando nesse. E a gente sente essa necessidade de a gente criar outros, né? Mais projetos assim ‘pra’ fora” (Marília, 2026, informação verbal). Além disso, durante a entrevista, Marília (2026, informação verbal) também compartilhou que o *Radar Antigênero* tornou-se um projeto estrutural da Associação Gênero e Número, isto é, um projeto sem prazo de encerramento. O projeto já está contribuindo para a cobertura eleitoral realizada pela Gênero e Número desde abril de 2026 e garantiu à organização um convite para integrar uma coalizão de resposta rápida à desinformação de gênero nas eleições de 2026, em parceria com as organizações Instituto AzMina, Nem Presa Nem Morta, Quid, Aláfia Lab, Artigo 19 e Lamparina.

Em seguida, após a reflexão sobre como os idealizadores observam a relação da plataforma com as teorias acerca das inteligências artificiais feministas, a entrevista dedicou-se a compreender quais os princípios do feminismo de dados que orientam a construção da ferramenta. A pesquisadora apresentou os princípios apontados por Klein e D’Ignázio (2024) e solicitou que os participantes dissessem se acreditavam que o *Radar Antigênero* tinha este objetivo. No quadro abaixo, é possível ver todas as respostas dos entrevistados. Alguns deles optaram por justificar as respostas⁴⁸, enquanto outros apenas responderam sim ou não.

Figura 24 - Sobre os princípios do Feminismo de Dados que o *Radar Antigênero* pretendeu realizar

	José Eugênio	Diego	Karine	Marília	Maria Geralda
Examinar o poder	Sim	Indiretamente sim	Sim	Sim	Sim
Desafiar o poder	Não	Não sei	Sim	Sim	Sim

⁴⁸ Para ler as justificativas na íntegra, visite a transcrição das entrevistas na nota de rodapé 21 ou o Apêndice C.

	diretamente				
Repensar binarismos e hierarquias	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Elevar a emoção e a corporeidade	Não	Não diretamente	Sim	Não sei	Não
Adotar o pluralismo	Sim	Indiretamente sim	Sim	Sim	Sim
Considerar o contexto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tornar o trabalho empregado na construção de tecnologias mais justas visível	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Construir uma relação mais amigável com o meio ambiente	Sim	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria.

A escolha por apresentar estas respostas em forma de tabela deve-se às opiniões divergentes entre os entrevistados. Neste sentido, é possível notar alguns padrões: todos os participantes concordam que o *Radar Antigênero* objetivou 1) examinar o poder, 5) adotar o pluralismo, 6) considerar o contexto e 7) tornar o trabalho empregado na construção de tecnologias mais justas visível. No caso do princípio 4), elevar a emoção e a corporeidade, a pesquisadora notou que todos os participantes apresentaram dificuldades de compreender o conceito, o que fez com que ela interviesse durante as entrevistas para explicar que a frase refere-se à busca por incluir experiências pessoais e corpóreas dos grupos marginalizados na idealização e programação da máquina.

Esta dinâmica nas entrevistas dedicou-se a compreender o grau de engajamento dos desenvolvedores do *Radar Antigênero* com os princípios que norteiam a construção de tecnologias orientadas pela justiça social, como defendem Klein e D'Ignázio (2024), Varon e Peña (2020), Toupin (2024), Jaime (2024), entre outros autores mobilizados neste trabalho. Entre os tópicos que os entrevistados discordam entre si, 2) desafiar o poder, 3) repensar binarismos e hierarquias; 4) elevar a emoção e a corporeidade; 8) construir uma relação mais amigável com o meio ambiente, destacamos a relação da interface com o meio ambiente. Como aponta Crawford (2025), é ingênuo questionar a realidade física e material dos sistemas de inteligência artificial, como o gasto de água para o resfriamento de *data centers*, a extração de minerais para a manufatura de aparelhos eletrônicos.

Deste modo, por utilizar o modelo de linguagem da *Open AI*, seria possível imaginar que o projeto teria o mesmo impacto ambiental que qualquer outro uso de inteligência artificial. No entanto, Maria Geralda (2026, informação verbal) explica que esta foi uma preocupação inicial dos desenvolvedores: “essa busca foi algo completamente falado, porque a gente sabe o quanto a inteligência artificial toma, gasta no geral. Mas a gente teve algumas estratégias para minimizar isso” (Maria Geralda, informação verbal). O programador José Eugênio (2026, informação verbal) explica como o projeto preocupa-se com o meio ambiente:

para esse projeto, a gente não usa modelos, os maiores modelos. Então eles são modelos menores, até porque tem que ser rápida a análise e também não pode ser muito caro; a gente analisa muitos vídeos. Então o nosso impacto, eu acho que é bem reduzido em relação a isso, tá [...]. O nosso impacto em termos práticos de *computing* é zero praticamente, muito abaixo do que você vê em uma empresa qualquer hoje em dia, sabe? É um fato, com certeza é muito menor do que, por exemplo, o que nós utilizamos no dia a dia com *Chat-GPT* ou com *Claude*. Tranquilamente, qualquer modelinho maior demanda muito mais processamento que esses pequenos modelos que a gente usa, que fazem várias chamadinhas. Então, sim, acho que nosso projeto está numa situação interessante em que a gente consegue fazer análises legais, acho que vastas até, sem um grande impacto hoje em dia comparado ao que você vê por aí.

Ademais, Diego (2026, informação verbal), José Eugênio (2026, informação verbal) e Karine (2026, informação verbal) não demonstraram reconhecer as proposições de Klein e D’Ignázio (2024) acerca dos princípios para inteligências artificiais. Já Maria Geralda (2026, informação verbal) e Marília (2026, informação verbal) mencionaram o feminismo de dados no decorrer da conversa. Durante a pergunta, Maria Geralda (2026, informação verbal) afirmou reconhecer as frases apontadas: “o pluralismo, eu sei bem essa lista aí, é em relação à equipe”. Já no caso de Marília (2026, informação verbal), como ela havia citado a teoria, a pesquisadora questionou se ela reconhecia as frases apresentadas. A entrevistada respondeu que não reconhecia e, quando soube a que se referiam, ela defendeu:

é muito importante os princípios, e aí os princípios que a gente segue, mas eu não acho que necessariamente as palavras ou que algumas coisas precisam ser revistas mesmo, assim, nesse processo, sabe? Eu acho que é isso. Acho que diz muito mais sobre o contexto brasileiro, a interseccionalidade, e acho que isso, por exemplo, é o que me faz, apesar de, e por isso que eu tentei explicar, apesar de que eu concordo que o Radar é uma ferramenta feminista, eu tenho uma certa dificuldade de colocar apenas nessa lógica. Eu sei que a feminista parte de uma lógica interseccional, mas a lógica interseccional ela meio que vem depois, entende? O princípio é feminista, depois vem a interseccionalidade, faz parte do princípio feminista. Eu já sou da escola que é do Movimento de Mulheres Negras Brasileiro, tipo Lélia [Gonzalez], Beatriz Nascimento, todas elas que pensam a interseccionalidade em primeiro lugar, então feminismo e gênero

estão dentro da interseccionalidade, sabe? Então, pra mim, o Radar parte dessa perspectiva em primeiro lugar, da interseccionalidade e dentro da gênero e raça.

Apesar de não estar prevista na entrevista, esse questionamento trouxe um ponto importante para a análise: embora se inspire nas teorias acerca das inteligências artificiais feministas, Marília (2026, informação verbal) advoga por uma leitura *à brasileira* do fenômeno. Por isso, ela defende uma lente interseccional aplicada a dados. “Que é uma perspectiva que dialoga com o feminismo de dados, mas que não é o feminismo de dados exclusivamente” (Marília, 2026, informação verbal). A própria entrevistada reconhece que a teoria é pouco conhecida, mas afirma que é necessário olhar para a sociedade brasileira com lentes que observem diferentes tipos de marcadores sociais.

Karine (2026, informação verbal) concorda com Crawford (2025) no que se refere à crítica às visões tecnoutópicas e tecnodistópicas acerca da IA. Assim como Bruneau (2024), a entrevistada defende que, independentemente da perspectiva, é preciso olhar com esperança e coragem para as tecnologias digitais e reconhecê-las enquanto espaço de disputa política:

eu advogo muito por uma perspectiva mais crítica e mais realista, mas sem cair nesse pessimismo todo, porque eu acho que, se a gente cai nesse pessimismo, a gente entrega os pontos, entrega a luta, entrega a batalha, se dá por vencido e acabou. E eu acho que a gente precisa lembrar também que as tecnologias, incluindo as tecnologias de inteligência artificial, elas também podem servir para fins de resistência, para fins de democracia, para fins de conquistas de direitos políticos, direitos sociais, para fins de combate à violência, então... eu acho que é um pouco por aí, sabe? (Karine, 2026, informação verbal).

Apresentados os argumentos e as reflexões da equipe desenvolvedora do projeto, apesar das discordâncias entre os próprios participantes da pesquisa sobre a conceituação teórica da plataforma, pode-se afirmar que o *Radar Antigênero* ocupa um lugar privilegiado entre as interfaces de inteligência artificial brasileiras por estar engajado com questões relacionadas à justiça social, ao fim da violência contra grupos marginalizados, à transparência, à colaboração e diálogo, entre outros princípios destacados como fundamentais no decorrer deste texto. Desta forma, no tópico a seguir, busca-se fazer uma revisão sobre as discussões apresentadas neste texto e elencar algumas conclusões sobre esta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que eu vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir*

AmarElo - Emicida

Em AmarElo, Emicida usa a música como forma de protesto contra a impossibilidade que os grupos marginalizados têm de contar a sua própria história. O cantor se recusa a aceitar a sobrevivência como modo de existir e reivindica o direito de se autodefinir para assumir o protagonismo da sua vida. Ele entende que dar ao outro o poder de contar quem nós somos é também perder um pouco de nós mesmos. Seja nas relações interpessoais ou nos sistemas tecnológicos que automatizam a violência (Ricaurte Quijano, 2023), nossa força é contar nossas histórias.

Por isso, esta é, antes de tudo, uma pesquisa de esperança. Um texto permeado pela crença em um mundo melhor, mais justo e com mais equidade para todos. Uma tentativa de voltar o olhar para as iniciativas bonitas e possíveis, protagonizadas por grupos marginalizados, para enfrentar um sistema que insiste em enfraquecê-los. Desta forma, nesta conclusão, pretendemos debater caminhos possíveis para a criação de sistemas de IAGen tecnodiversos, autônomos e orientados pela equidade. O presente trabalho teve como objetivo geral compreender as táticas (Certeau, 1998) utilizadas pelo projeto de contradados *Radar Antigênero* para subverter e resistir aos vieses discriminatórios inerentes aos sistemas de inteligência artificial.

Como discutido no capítulo 2, as tecnologias não são meras ferramentas neutras aguardando apropriações dos usuários, mas refletem ideologias. No que tange ao sexismo algorítmico, especialmente, as mulheres experimentam diferentes formas de discriminação codificadas na máquina, como a associação com profissões precarizadas, o uso de vozes femininas para assistentes pessoais relacionadas à docilidade e à prestatividade, menor acurácia em sistema de reconhecimento facial, entre outras.

Já no capítulo 3, dedicamo-nos a compreender mais sobre como o jornalismo de dados e o feminismo de dados contribuem para a idealização do projeto *Radar Antigênero*. Propõe-se que a Associação Gênero e Número trabalha com a produção de contradados, isto é, dados que buscam, simultaneamente, denunciar uma forma de violência e contribuir para a sua neutralização (D'Ignázio, 2024). Desta forma, em parceria com a Novelo Data, as

organizações buscaram construir uma ferramenta de inteligência artificial que contribuísse com a produção dos contradados para denunciar a ascensão do discurso antigênero no Brasil.

Assim sendo, no capítulo 4, dedicado à realização de uma análise de usabilidade pela pesquisadora e de entrevistas semiestruturadas com os programadores e idealizadoras do produto *Radar Antigênero*, pode-se compreender que, desde a idealização, a equipe do projeto se mostrou compromissada com a construção de uma inteligência artificial orientada pela justiça social por meio de diversas táticas. Entre elas, estão o reconhecimento de limitações do projeto; a revisão humana constante; classificações realizadas com base no conhecimento de especialistas e na literatura acadêmica; divulgação da metodologia utilizada; esforços intencionais para evitar falsos-positivos; disponibilidade para revisitar, explicar e questionar processos do sistema de IA; a construção de uma base teórica sólida prévia ao desenvolvimento do produto; a produção de dados de forma interseccional; e consultas ao público-alvo da plataforma.

Estas táticas aqui descritas não têm o objetivo de serem exaustivas, isto é, serem as únicas, mas são as que esta pesquisa conseguiu identificar com base na análise de usabilidade e nas entrevistas com a equipe do *Radar Antigênero*. Além disso, reconhecemos que podem haver ações que sequer foram mencionadas durante as conversas com a pesquisadora que também poderiam ser consideradas formas de subversão dos vieses discriminatórios do sistema de inteligência artificial.

Neste sentido, as táticas foram realizadas de forma intencional pela equipe do projeto, como demonstraram as entrevistas, e possuem objetivos bem definidos. Ao reconhecer as limitações da plataforma, a equipe identifica a parcialidade dos sistemas tecnológicos e explicita os vieses que reconhece no sistema desenvolvido, assim como as intenções que perpassaram sua criação. No caso das revisões humanas constantes, pretende-se impedir que o sistema funcione sob ingerência dos desenvolvedores e assegurar a acurácia da classificação que deve ser o mais semelhante possível às feitas pela equipe – em especial, as de Karine. Em se tratando das classificações realizadas com base no conhecimento de especialistas e na literatura acadêmica, ambiciona-se incluir intencionalidade e respaldo científico para mitigar as violências epistêmicas inerentes à política de classificação (Crawford, 2025).

No que concerne à divulgação da metodologia utilizada no projeto, a equipe permite que o público-alvo faça revisões constantes sobre a eficiência da máquina para fazer classificações e apresentar os dados produzidos. Os esforços intencionais para evitar falsos-positivos atestam que os desenvolvedores não recusam a responsabilidade pela

máquina que desenvolveram, mas buscam estratégias para garantir que ela não faça falsas afirmações. A disponibilidade para revisar, explicar e questionar processos do sistema de IA é um modo de recusar a falsa neutralidade e contribuir para a discussão de formas mais justas de se fazer tecnologia.

No que tange à construção de uma base teórica sólida prévia ao desenvolvimento do produto, processo feito principalmente por Marília – como é possível perceber por suas falas durante as entrevistas –, há um esforço de tempo, estudo e conhecimento para que o sistema fosse idealizado de formas que privilegiem a justiça social, o bem-viver e a reparação. A produção de dados de forma interseccional é uma tática para garantir que a diversidade da sociedade brasileira esteja presente nos dados e, principalmente, promover compreensões mais fiéis e contextuais da realidade. Já as consultas ao público-alvo da plataforma contribuem para aproximar a comunidade do processo de desenvolvimento da interface, de forma que suas percepções, pautas e necessidades sejam incorporadas ao *Radar Antigênero*.

Mas, durante o desenvolvimento desta pesquisa, também nos deparamos com limitações do *Radar Antigênero*. Entre elas, destaca-se, em primeiro lugar, o uso do *Chat-GPT* como modelo de linguagem. Apesar de compreender que os modelos comerciais oferecem melhores capacidades de processamento, é ingênuo acreditar que um modelo concebido no Norte Global por grandes empresas de tecnologia, de forma extremamente opaca, com pouco compromisso ambiental e que comprovadamente reproduz desigualdades estruturais, pode atuar em prol do seu fim.

Outra limitação que se destaca é a concentração do conhecimento acerca do discurso antigênero sob responsabilidade de poucas pessoas, com ênfase especial à pesquisadora Karine. Apesar do louvável esforço para aproximar as classificações do que é indicado pela literatura acadêmica, a pluralidade na construção da plataforma, como demonstram Klein e D'Ignázio (2024), é crucial para a construção de saberes e dados orientados pela justiça social e para garantir que diferentes grupos de pessoas estejam representados em determinada plataforma. Por outro lado, durante as entrevistas, os entrevistados afirmaram que todos os envolvidos na construção do *Radar Antigênero* contribuíam com a análise e classificação dos vídeos, embora tenham demonstrado diferentes níveis de compreensão sobre os temas abordados na interface. Esta diferença também pode gerar vieses nas análises realizadas pela IA.

A última limitação que destacamos – e aqui, mais uma vez, não há o objetivo de fazermos uma análise exaustiva, sobretudo porque esperamos que este trabalho encontre novas e potentes interpretações –, é a falta de alinhamento dos cinco entrevistados a respeito

das intenções, objetivos e limitações da plataforma. Os programadores Diego e José Eugênio, por vezes, mencionaram a objetividade como uma meta do *Radar Antigênero*, enquanto Karine e Maria Gabriela destacaram que a ferramenta é posicionada e a neutralidade é um ideal impossível. Já Marília apontou que a interface foi construída com rigor metodológico e princípios feministas. Estas discordâncias são perceptíveis durante as entrevistas, acerca de diferentes tópicos, e, se por um lado, destacam a diversidade na equipe, por outro, atestam pouca compreensão sobre as implicações sociais e políticas da ferramenta.

Estas discordâncias estão muito relacionadas aos papéis que cada ator desempenhou no desenvolvimento da interface. Por um lado, as idealizadoras da Associação Gênero e Número – Marília e Maria Geralda – contribuíram com a concepção inicial do projeto, com amplo conhecimento relativo à produção de contradados e com a percepção das demandas pelos dados que o *Radar Antigênero* oferece. Enquanto isso, a empresa Novelo Data – representada neste trabalho pelos programadores Diego e José Eugênio – foi responsável por programar as ideias da equipe, respeitando as limitações de tempo e orçamento, com o objetivo de construir um sistema de IA de forma confiável e responsável.

A pesquisadora Karine, contratada exclusivamente para auxiliar no projeto, contribuiu com a sua *expertise* nos estudos acerca do discurso antigênero no Brasil para buscar garantir que a máquina não realizasse classificações de forma discriminatória. A união do trabalho destes atores resultou em uma inteligência artificial que produz dados de forma autônoma, isto é, sem interferência do poder público, com o objetivo de garantir visibilidade ao fenômeno dos discursos antigênero no país e proteger as vítimas destas formas de violência.

Já em relação ao *Radar Antigênero* ser ou não ser considerado uma inteligência artificial feminista (Toupin, 2024; Jaime, 2024), a própria equipe do projeto demonstrou discordar entre si. Este fato atesta que seria um erro de classificação desta pesquisadora afirmar categoricamente qual a posição da plataforma, visto que é possível perceber que as inteligências artificiais feministas ainda são um campo teórico em elaboração e os protótipos que estão sendo desenvolvidos operam entre a busca pela construção de plataformas orientadas pela justiça social e as limitações de tempo, recursos financeiros e, em alguns casos, até mesmo capacidade técnica para sua programação. Desta forma, seria mais adequado compreender a questão como uma escala matizada, e não como uma percepção binária entre simplesmente ser ou não uma inteligência artificial feminista.

No entanto, propõe-se que o *Radar Antigênero* se encontre em um lugar privilegiado na esteira destas criações feministas e orientadas pela justiça social, sobretudo pela preocupação com as dinâmicas de poder, a crítica aos binarismos e hierarquias, as estratégias

utilizadas para incorporar a corporeidade e a emoção na programação da máquina, o pluralismo na equipe desenvolvedora do projeto, a análise do contexto, a busca por tornar visível o trabalho empregado para a construção da tecnologia e a responsabilidade ambiental (Klein; D’Ignázio, 2024).

Neste sentido, além das táticas (Certeau, 1998) empregadas na construção do *Radar Antigênero*, a produção de contradados e o uso de sistemas generativos de forma crítica também demonstraram ser táticas utilizadas pela Associação jornalística Gênero e Número para a construção de um mundo mais justo para os grupos subalternizados. Mais do que simplesmente construir um sistema tecnológico, o projeto foi idealizado como um esforço intencional para contribuir com o desmantelamento das violências sistêmicas que atingem mulheres, negros, pessoas LGBTQIAPN+ e todas as pessoas que não correspondem às expectativas sociais a elas atribuídas – o principal objetivo da Associação Gênero e Número e dos sistemas de inteligência artificial feminista.

No que se refere ao jornalismo, pode-se apontar que a mídia tem um papel determinante em examinar e fiscalizar o poder, bem como contribuir ou não para o silenciamento das desigualdades estruturais (D’Ignázio, 2024). Desta forma, pode-se afirmar que a Associação Gênero e Número, projeto jornalístico investigado por este trabalho e que se coloca como um jornalismo com perspectiva interseccional (Batista; Gonçalves, 2025; Rodrigues; Aguiar, 2024), posiciona-se na defesa dos direitos dos grupos marginalizados por meio das táticas descritas neste texto.

Após elencar algumas das conclusões apontadas por esta pesquisa, é necessário reconhecer também as limitações encontradas durante a análise. Mais do que o que foi planejado inicialmente pela pesquisadora, toda pesquisa é o que pode ser. Em termos gerais, este trabalho se manteve muito fiel à forma como foi idealizado inicialmente, mas isso não significa que não poderia ser melhor.

A primeira lacuna observada foi a falta de referências acerca das inteligências artificiais feministas e do feminismo de dados em português, o que exigiu diversas traduções livres da pesquisadora, comprometendo a fidelidade das interpretações das teorias às ideias das autoras. Se, por um lado, esta lacuna garante relevância à pesquisa por contribuir com as interpretações das teorias no contexto brasileiro, por outro, destaca que as conceituações ainda não estão suficientemente adaptadas às necessidades, lutas e urgências do país.

Em segundo lugar, há uma falha em utilizar visões de autoras negras, trans e com deficiência na bibliografia deste trabalho. Apesar de nos preocuparmos em amplificar estas vozes durante a conceituação e desenvolvimento da pesquisa, por serem teorias recentes –

propostas há menos de dez anos –, elas ainda foram pouco apropriadas e discutidas sob diferentes olhares. Além disso, como uma monografia produzida em menos de um ano, o tempo foi limitado para nos debruçarmos com atenção às críticas relacionadas às lentes utilizadas nesta metodologia.

A respeito das entrevistas realizadas para esta pesquisa, vale destacar que é possível reconhecer discussões potentes não exploradas neste texto: isto não é resultado da supressão dos temas pela pesquisadora, mas é uma face amarga das limitações de tempo das pesquisas acadêmicas. Com o objetivo de apresentar estas contribuições ao campo, pretende-se investir esforços na publicação de artigos para explorar temas como a questão da neutralidade das plataformas digitais para as idealizadoras e os pesquisadores, os encontros e discordâncias entre a equipe no que se refere ao *Radar Antigênero*, as tensões entre inteligências artificiais feministas e as limitações que os idealizadores encontram, o papel do jornalismo de posição na construção de ferramentas sociotécnicas mais justas, entre outros apontados por novas leituras e perspectivas.

Ademais, durante as entrevistas, uma fala da jornalista Marília, vinculada a Gênero e Número, convidou a pesquisadora a voltar seu olhar para a “lente interseccional aplicada a dados”. Conforme Marília, apesar da urgência de se adotar os princípios do feminismo de dados na produção de conhecimento, é necessário, sobretudo no contexto brasileiro, enxergar os dados de forma interseccional em primeiro lugar, e não apenas feminista. Vale ressaltar que, após esta conversa, a pesquisadora revisitou todo o trabalho e buscou refletir sobre como a interseccionalidade havia sido abordada até então.

Compreendemos e concordamos com a percepção da entrevistada a respeito da centralidade da interseccionalidade. No entanto, também identificamos que, independentemente da nomenclatura adotada e apesar das limitações de uma pesquisa produzida por uma mulher branca cisgênero, durante todo o trabalho, nosso objetivo foi reconhecer como os diferentes marcadores sociais atravessam a identidade dos indivíduos. Percebemos o termo feminismo aqui como uma luta pelo fim das violências sistêmicas que perpetuam a desigualdade e não apenas como a busca pela igualdade entre os gêneros. Isso não significa que não existam benefícios inegáveis na mudança discursiva proposta por Marília: utilizar o termo interseccionalidade reforça o compromisso com a visão das complexidades e controvérsias inerentes aos marcadores sociais no Brasil.

Por fim, há também uma limitação intrínseca à produção de conhecimento: ao escolher observar um fenômeno, diversos outros são ignorados, como propõe D’Ignázio (2024). A escolha por observar especificamente questões relacionadas ao sexismo deve-se ao

lugar de fala da pesquisadora, à sua trajetória acadêmica e, principalmente, por reconhecer que existem acadêmicos brilhantes trabalhando para preencher lacunas semelhantes em outras áreas, como os estudos de Tarcísio Silva sobre racismo algorítmico no Brasil. A qualidade de uma pesquisa necessariamente implica em recortes teóricos, mas isso não pode significar insensibilidade sobre outras pautas sociais urgentes.

Desta forma, o presente trabalho é apenas uma gota em meio ao oceano de pesquisas que buscam transformar o mundo em um lugar amigável para as pessoas que não correspondem às expectativas sociais a elas atribuídas, e restam muitas lacunas abertas em relação ao que propomos aqui. Em pesquisas futuras, é necessário investigar outras plataformas de inteligência artificial orientadas para a justiça social com o objetivo de criar referências para iniciativas que ainda serão desenvolvidas, bem como realizar estudos de recepção com o público-alvo destas ferramentas para compreender quais são as funcionalidades cruciais e quais esforços não contribuem efetivamente com a experiência dos usuários. Outros caminhos incluem dimensionar o uso e alcance destas ferramentas e comparar o impacto das inteligências artificiais feministas com os impactos dos sistemas generativos comerciais no cotidiano dos usuários.

Por último, este trabalho é um convite para que possamos imaginar coletivamente novas formas de existir neste mundo que priorizem a restauração e o bem-viver. Assim como defende Ruha Benjamin (2019, p. 14): “minha esperança é que você, leitor, imagine e crie os mundos *sem os quais* não pode viver, assim como desmantela *aqueles nos quais* não podemos viver⁴⁹”. Sigamos esperançosos.

⁴⁹ Tradução nossa. No original: “Ultimately, my hope is for you, the reader, to imagine and craft the worlds you cannot live *without*, just as you dismantle the ones we cannot live *within*” (Benjamin, 2019, p.14).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Carolina. A ciência de dados tem muito a aprender com as feministas. **Revista AzMina**. 4 de jun de 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/a-ciencia-de-dados-tem-muito-a-aprender-com-as-feministas/>. Acesso em: 22 de abr. de 2026.

ATANASOSKI, Neda; VORA, Kalindi. **Surrogate humanity: Race, robots, and the politics of technological futures**. Duke University Press, 2019.

BATISTA, Cicélia Pincer; GONÇALVES, Gean Oliveira. Os manuais de redação como contexto de justificação do conhecimento: um olhar para o jornalismo de posição de Alma Preta e AzMina. In: 34º CONGRESSO ANUAL DA COMPÓS 2025. Curitiba: PR. **Diversidade de vozes e políticas afirmativas na Comunicação**. Curitiba: PR: COMPÓS, 2025. p. 01-25.

BENJAMIN, RUHA (org). **Captivating Technology: Race, carceral technoscience, and liberatory imagination in everyday life**. Durham and London: Duke University Press, 2019.

BETANZOS, Amparo Alonso. Inteligencia Artificial y sesgos de género. **Gender on Digital**. v. 1, 2023.

BHARGAVA, Rohit. The 5 Models of Content Curation. **Influential Marketing Group**, 31 de Mar de 2011. Disponível em: <https://rohitbhargava.com/the-5-models-of-content-curation/>. Acesso em: 26 de dez. de 2025.

BOEING, Daniel Henrique Arruda; ROSA, Alexandre Moraes da. **Ensinando um robô a julgar: pragmática, discricionariedade, heurísticas e vieses no uso de aprendizado de máquina no judiciário**. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019. Acesso em: 12 de jan. de 2026.

BONINI, Tiziano; TRERÉ, Emiliano. **Algorithms of resistance: The everyday fight against platform power**. Cambridge: The MIT Press, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.874/2024, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www2.ufjf.br/comitedeetica/wp-content/uploads/sites/80/2026/05/Lei-14874_2024.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. Assunto: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/comitedeetica/wp-content/uploads/sites/80/2024/02/Oficio_Circular_2_24fev2021-Pesquisa-em-ambiente-virtual.pdf. Acesso em: 24 de mai de 2026.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: https://www2.ufjf.br/comitedeetica/wp-content/uploads/sites/80/2024/04/Resoluo_n_510-2016_-_Ciencias_Humanas_e_Sociais.pdf. Acesso em: 24 de mai de 2026.

BRUNEAU, Gabriela Constanza Arriagada. **The Bias Network Approach**: a sociotechnical approach to aid AI developers to contextualise and address biases. 2024. Tese (Doutorado em Filosofia) - School of Philosophy, Religion, and History of Science Inter - Disciplinary Applied Ethics Centre, University of Leeds, Leeds, 2024.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *In: CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY AND TRANSPARENCY*, 2018. *Proceedings*.

CAMPOLO, Alexander; CRAWFORD, Kate. Enchanted Determinism: Power without Responsibility in Artificial Intelligence. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 6, p. 1, 8 jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17351/ests2020.277>. Acesso em: 12 de jan. de 2026.

CAMPOS, Rafael Saraiva. Desmistificando a inteligência artificial: uma breve introdução conceitual ao aprendizado de máquina. **Aoristo**: International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics, Toledo, v.1, p. 106 - 123, 2020.

CAMPOS, Tiago Soares. Sexismo; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sexismo.htm>. Acesso em: 29 de dez. de 2025.

CARRERA, Fernanda. A raça e o gênero da estética e dos afetos: algoritmização do racismo e do sexismo em bancos contemporâneos de imagens digitais. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 217-240. mai/ago, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1430/143066518013/143066518013.pdf>. Acesso em: 29 de mar. de 2026.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 23. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 1998.

CHRIST, Giovanna. Brasil está entre os países que mais usam o ChatGPT, diz estudo. **CNN**, 12 de ago. de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-usam-o-chatgpt-diz-estudo/>. Acesso em: 20 de out. de 2025.

COCHRANE, Paula. Violência digital contra mulheres é crime. Conheça seus direitos e veja como se defender. **Senado Verifica**, 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/verifica/materias-especiais/2026/violencia-digital-contra-mulheres-e-crime-conheca-seus-direitos-e-veja-como-se-defender>. Acesso em: 24 de mar. de 2026.

COECKELBERGH, Mark. Technofascism: AI, Big Tech, and the new authoritarianism. **AI & Soc**, jan 2026. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00146-026-02862-9#citeas>. Acesso em: 29 de mar. de 2025.

COELHO, Gabi. Radar Antigênero revela como vídeos no YouTube alimentam discurso antigênero e ondas de ataques. **Gênero e Número**, 12 de set de 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/radar-antigenero-ataques-discurso-antigenero/>. Acesso em: 01 de maio de 2026.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. 1. Ed. Salvador: UFBA; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COSTANZA-CHOCK, Sasha. Design practices: Nothing About Us Without Us. *In*: BROWNE, Jude *et al.* (Org). **Feminist AI**. Oxford, 2023. p. 370-389.

COZMAN, Fabio Gagliardi; KAUFMAN, Dora. Viés no aprendizado de máquina em sistemas de inteligência artificial: a diversidade de origens e os caminhos de mitigação. **Revista USP**, n. 135, p. 195-210, 2022.

CRAWFORD, Kate. **Atlas da IA: Poder, política e custos planetários da inteligência artificial**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2025.

CRUXÊN, Isadora; ALMEIDA, Alessandra Jungs de. **Ativismo de dados contra o feminicídio**. Relatório de pesquisa. Londres: 2025.

DALTON, Craig; THATCHER, Jim. What Does A Critical Data Studies Look Like, And Why Do We Care?. **Society and space**, 2014. Disponível em: <https://www.societyandspace.org/articles/what-does-a-critical-data-studies-look-like-and-why-do-we-care#:~:text=Citing%20Tony%20Benn%2C%20a%20British,not%2C%20is%20here%20to%20stay>. Acesso em: 01 de jan. de 2026.

DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.

DE SANT'ANNA, Yasmin Tôrres; FUMES, Fabiano Gonzaga. Um estudo sobre o viés nos algoritmos de inteligência artificial. *In*: CONGRESSO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFSP, 15, **anais**, 2024, São Paulo. Anais, 2024.

D'IGNAZIO, Catherine. **Counting Feminicide: Data Feminism in action**. Cambridge: The MIT Press, 2024. ISBN 9780262378017.

D'IGNÁZIO, Catherine. Jornalismo de dados: o que o feminismo tem a ver com isso? *In*: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana (org.). **Manual de Jornalismo de Dados: rumo a uma prática crítica de dados**. Abraji, [s.d.]. p. 85-89.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. **Data Feminism**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2020.

FENG, Shangbin; PARK, Chan Young; LIU, Yuhan; TSVETKOV, Yulia. From Pretraining Data to Language Models to Downstream Tasks: Tracking the Trails of Political Biases Leading to Unfair NLP Models. **Proceedings of the 61st Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics**, v. 1, p. 11737-11762, jul 2023. Disponível em: <https://aclanthology.org/2023.acl-long.656.pdf>. Acesso em 30 de jul de 2026.

FREITAS, Ketly Lohani Nascimento; BOGEA, Caio dos Santos; FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira. Justiça restaurativa e feminismo: um diálogo transformador no combate à violência de gênero. **Lumen et virtus**, v. 16, n. 47, p. 3320–3327, 2025.

Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/4386>. Acesso em: 7 de nov. de 2025.

FUNDAÇÃO ITAÚ; DATAFOLHA. Consumo e uso da Inteligência Artificial no Brasil. 2025. Disponível em:

<https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/otherfile/484/file/440f112c519d0dda2f6721d04b190595.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2025.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 64-89.

GÊNERO E NÚMERO. **Gênero e Número**. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 21 de out. de 2025.

GÊNERO E NÚMERO. Há 10 anos, produzindo e analisando dados que revelam desigualdades e narrativas que fortalecem a democracia. **Gênero e Número**, 2026. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em 26 de abr de 2026.

GÊNERO E NÚMERO; NOVELO DATA. Guia para reconhecer, investigar e contextualizar o discurso antigênero. Rio de Janeiro, 2025.

GEHRKE, Marília. Feminismo de Dados: contribuições para pensar o jornalismo pela lentes da interseccionalidade. In: SEIBT, Thaís (org.). **Jornalismo de dados: das ciências sociais à Inteligência Artificial**. Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2025. p. 25-32.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, Dennis dos Santos. Inteligência Artificial: conceitos e aplicações. **Revista Olhar Científico**, v. 1, p. 234-246, 2010.

GONÇALVES, Rafael. Mediação algorítmica, viés de gênero e sexismo algorítmico. In: XV JORNADA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, **anais**, 2024. p. 1526-1534. Disponível em: 20.500.12733/26167. Acesso em: 16 de out. de 2026.

GRAY, Joanne; WITT, Alice. A feminist data ethics of care for machine learning: The what, why, who and how. **First Monday**, v. 26, n. 12, 2021. DOI: 10.5210/fm.v26i12.11833. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/11833>. Acesso em: 5 de jan. de 2026.

GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy (org.). **Manual de Jornalismo de Dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens**. São Paulo: Abraji, 2018.

GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana. Introdução. In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana (org.). **Manual de Jornalismo de Dados: rumo a uma prática crítica de dados**. Abraji, [s.d.]. p. 2-12.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 7 de jan. de 2026.

INCUBATING. Feminist AI 2021-2024. **A Plus Alliance**, 2024. Disponível em: <https://aplusalliance.org/global-fair/>. Acesso em 12 de jan. de 2026.

JAIME, Wanda Muñoz. Inteligencia Artificial para el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible: crítica desde una perspectiva feminista latinoamericana. **A+Alliance**, 2023. Disponível em: <https://feministai.pubpub.org/pub/b11rudno/release/1>. Acesso em: 08 jan. 2026.

JEPPESEN, Sandra; SARTORETTO, Paola. Cartographies of Resistance: Counter-Data Mapping as the New Frontier of Digital Media Activism. **Media and Communication**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 150-162, fev. 2023. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/6043>. Acesso em: 22 abr. 2026.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

KLEIN, Lauren; D'IGNAZIO, Catherine. Data feminismo for AI. In: **The 2024 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency**. Rio de Janeiro: 2024. p. 100-112.

KRAFT-BUCHMAN, Caitlin; PERALTA, Jeff Schmit. **Advancing research on feminist artificial intelligence to advance gender equality and inclusion**. Costa Rica: Instituto Tecnológico de Costa Rica, 2024.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceitos e categorias. **Fronteiras-estudos midiáticos**. v. 18, n. 1, p. 69-82. jan/abr. 2016.

MANIFESTO. **Fem.IA**, 2025. Disponível em: <https://fem-ia.com/manifesto/>. Acesso em: 02 de jan. de 2026.

MARIANO, Silvana (Coord.). **Informe feminicídios no Brasil 2023**: monitor de feminicídios no Brasil. Londrina, PR: Ed. dos autores, 2024.

NEVES-BARROS, Thiane. Riscos e danos associados à I.A. Generativa e a busca por uma tipologia. In: SILVA, Tarcizio (org.). **Inteligência Artificial Generativa**: discriminação e impactos sociais. 2025. Online: Desvelar.

NIELSEN, Jakob. **10 Usability Heuristics for User Interface Design**. NNGroup, 2024. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>. Acesso em 22 de mar de 2026.

NOVELO DATA. Qual a estratégia de IA da sua empresa? **Novelo Data**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.novelo.io/>. Acesso em 26 de abr de 2026.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. Editora Rua do Sabão, 2021.

PELÚCIO, Larissa; IRINEU, Bruna; SILVA, Mariah Rafaela. Corpos dissidentes, plataformização e vigilância algorítmica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.33, n.1, p.1-5, 2025.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. Consentimento: Nossos Corpos como Dados: contribuições das teorias feministas para o debate da proteção de dados. **Coding Rigths**, 08 de mar de 2019. Disponível em: <https://codingrights.org/docs/consentimento-pt.pdf>. Acesso em 22 de abr de 2026.

PEREIRA, Eliete; MELO, Joice de Souza Fernandes. Big Data e jornalismo de dados no Brasil: uma análise comparada entre Nexo Jornal e Agência Pública. In: MONTEIRO, Jean Carlos da Silva; LOBO, Juliana Campos; MORAIS, Marina Magalhães de (org.). **Jornalismo Multimídia**: da formação às novas práticas. São Paulo: Mentis Abertas, 2020, p. 25-35.

PEREZ, Caroline Criado. **Invisible women: Data bias in a world designed for men**. Abrams, 2019.

POLITIZE!. Conservadorismo no Brasil. **YouTube**, 23 de mai de 2022. 7min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQv-Civ22sg>. Acesso em 23 de mar de 2026.

PRECIADO, Paul B. **Testo yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PRODIGIOSO VOLCÁN. **IA para periodistas**: Una herramienta por explotar. 2023. Disponível em: <https://www.prodigiosovolcan.com/sismogramas/ia-periodistas/>. Acesso em: 22 de dez. de 2025.

QUITÉRIA. **Elas no Congresso**, 2025. Disponível em: <https://www.elasnocongresso.com.br/quiteria>. Acesso em 12 de jan. de 2026.

RADAR ANTIGÊNERO. Metodologia. **Radar Antigênero**, 2026a. Disponível em: <https://radar.org.br/metodologia>. Acesso em: 24 de maio de 2026.

RADAR ANTIGÊNERO. **Radar Antigênero**, 2026b. Disponível em: <https://radar.org.br/>. Acesso em: 26 de abr. de 2026.

REDONDO, Rebeca P. Díaz; *et al.* Anti-sexism alert system: identification of sexist comments on social media using AI techniques. **Applied Sciences**, v. 13, 2023.

RIBEIRO, Alice Andersen Chaves; SOUZA, Olavo Luiz Claus de; WINQUES, Kérley. Inovação como prática: projetos e produtos do Núcleo Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48, 2025, **anais**, Vitória. Anais Eletrônicos.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Epistemologias de dados, colonialidade do poder e resistência. **Dispositiva**, v. 12, n. 22, p. 6-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/dispositiva/article/view/32017>. Acesso em: 15 abr. 2026.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale. **Media, Culture & Society**, v. 44, n. 4, p.726-745, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/01634437221099612>. Acesso em: 02 de maio de 2026.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Feminismos Descoloniais e Inteligência Artificial: Entrevista com Paola Ricaurte Quijano. Entrevistador: Carlos Eduardo Souza Aguiar. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 8, n. 16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.31657/w19ta509>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Reimagining AI. **A+ Alliance**, 2021. Disponível em: <https://feministai.pubpub.org/pub/reimagining-/release/1?readingCollection=c218d365>. Acesso em 11 de mai de 2026.

RICAURTE QUIJANO, Paola. Soy una IA Feminista. *In*: RICAURTE QUIJANO, Paola; LA_JES (org.). **Nos permitimos imaginar: escrituras hackfeministas para outras tecnologías**. México: 2020. p. 7.

RODRIGUES, Fernanda. Riscos e danos associados à I.A. Generativa e a busca por uma tipologia. *In*: SILVA, Tarcizio (org.). **Inteligência Artificial Generativa: discriminação e impactos sociais**. Online: Desvelar, 2025.

RODRIGUES, Hyvana; AGUIAR, Sônia. O jornalismo especializado e engajado da revista Azmina: pautas feministas e interseccionais. **Brazilian Journalism Research**, Brasília: DF, v. 19, n. 3, dez. 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1617/1506>. Acesso em 30 de jun de 2026.

RODRIGUEZ-DAVILA, Niria. Machine Learned Misogyny: Gender Bias in AI. **DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law**, v. 35. 2025.

RUBIN, Jeffrey; CHISNELL, Dana. **Handbook of usability testing: How to plan, design, and conduct effective tests**. John Wiley & Sons, 2008.

SANTAELLA, Lucia; KAUFMAN, Dora. A inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano. **MATRIZES**, v. 18, p. 37-53, 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro e Tomás Tadeu da Silva. **Educação & realidade**, ol. 20, p. 71-99, 1995.

TANDON, Ambika. Practicing Feminist Principles in AI Design: AI can serve to challenge social inequality and dismantle structures of power. **A+Alliance**, 2022. Disponível em: <https://feministai.pubpub.org/pub/practicing-feminist-principles/release/2>. Acesso em: 08 jan. 2026.

TASO, Fernanda Tiemi de S.; REIS, Valéria Q.; MARTINEZ, Fábio H. V.. Discriminação Algorítmica de Gênero: Estudo de Caso e Análise no Contexto Brasileiro. *In*: WORKSHOP

SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA COMPUTAÇÃO NA SOCIEDADE (WICS), 4. , 2023, João Pessoa/PB. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 13-25. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wics/article/view/24825/24646>. Acesso em: 30 de jun de 2026.

TAULLI, Tom. **Introdução à inteligência artificial**: uma abordagem não técnica. Novatec Editora, 2020.

TOUPIN, Sophie. Shaping feminist artificial intelligence. **New Media & Society**, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/14614448221150776>. Acesso em: 01 de jan. de 2026.

TRAVNIK, Cecilia; MANDELBAUM, Matias; MARCHIANO, Federico Agustín. Sesgo de género en asistentes virtuales: una aproximación desde la psicología social. In: XVI CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA. XXXI JORNADAS DE INVESTIGACIÓN. XX ENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN PSICOLOGÍA DEL MERCOSUR. VI ENCUENTRO DE INVESTIGACIÓN DE TERAPIA OCUPACIONAL. VI ENCUENTRO DE MUSICOTERAPIA. **Anais**. Facultad de Psicología-Universidad de Buenos Aires, 2024.

TRERÉ, Emiliano; BONINI, Tiziano. Modos de resistência algorítmica: fissuras, táticas, estratégias e disputas no contexto da plataformização. Entrevistadores: Kérley Winques; Otávio de Aviz Olivet; Noah Souza Rosa; Júlia Valgas Freitas Galvão. In: **Liinc em Revista**, v. 21, n. 01, e7655, 2025. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7655>. Acesso em: 19 de maio de 2026.

VARON, Joana; PEÑA, Paz. Construindo um conjunto de ferramentas feministas para questionar sistemas de Inteligência Artificial. **Coding Rigths**. 01 de nov. de 2020. Disponível em: <https://notmy.ai/es/sem-categoria-es/construyendo-una-caja-de-herramientas-feminista-para-cuestionar-los-sistemas-de-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 02 de jan. de 2026.

VIEIRA, Carla. Como os vieses entram na I.A. Generativa?. In: SILVA, Tarcizio (org.). **Inteligência Artificial Generativa**: discriminação e impactos sociais. Online: Desvelar, 2025.

VIEIRA, Livia de Souza. Precursores do Jornalismo de Dados no Brasil: como os jornalistas brasileiros começaram a entrevistar planilhas. In: SEIBT, Thaís (org.). **Jornalismo de dados**: das ciências sociais à Inteligência Artificial. Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2025. 33-40.

WINQUES, Kérley. **Mediações algorítmicas**: articulações entre as dimensões simbólicas e materiais das tecnologias digitais. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024.

WINQUES, Kérley. **Mediações algorítmicas e espiral do silêncio**: as dimensões estruturantes igreja e sindicato na recepção de conteúdos noticiosos em plataformas digitais. 2020. Tese (Doutorado em Jornalismo). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216018/PJOR0151-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 de jan. de 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 22 de mar. de 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

- Apresentação da Pesquisa
 - Apresentação TCLE
1. Como surge a ideia de usar a inteligência artificial em prol da luta contra o discurso antigênero? Por que denunciar a ascensão do discurso antigênero em formato de dados em detrimento de outros formatos?
 2. Quais indícios vocês perceberam sobre a demanda política dos dados que produzem no *Radar Antigênero*? Qual o significado social e político da construção de dados de forma autônoma, isto é, sem interferência governamental? E qual o papel do jornalismo?
 3. Sabemos que nenhum sistema tecnológico é um artefato neutro, eles refletem ideologias. O que vocês buscam que o *Radar Antigênero* amplifique?
 4. Muito se fala sobre construir tecnologias com design centrado no usuário. Quem é o usuário para quem o *Radar Antigênero* foi produzido?
 5. Muitas pesquisas apontam que as Inteligências Artificiais possuem vieses discriminatórios, inclusive de gênero. Como o *Radar Antigênero* foi construído para mitigar esse risco? Quantos testes foram feitos até se chegar na versão atual do projeto?
 6. Ainda sobre o tema, os vieses em inteligências artificiais podem vir de diversos processos: dos dados selecionados para treinar a IA; do aprendizado de máquina; dos vieses na produção dos próprios dados, que mesmo que tenham sido orientados pela justiça social, podem ser sub ou sobre representados; escolhas dos programadores; escolhas de pontos-cegos da máquina que interferem na qualidade das informações oferecidas; a forma como os dados são classificados; e outros infinitos processos. Quais esforços foram empreendidos pelo *Radar Antigênero* para garantir que os dados não sejam enviesados?
 7. Nas explicações metodológicas sobre o *Radar Antigênero*, vocês afirmam que existe um filtro que exclui os vídeos que não estão entre os canais especificados por humanos da análise. Quais os critérios usados para selecionar os canais que devem ser analisados ou não? O que garante que estes vídeos que não são analisados pela IA não possuam discurso antigênero?

8. Todo sistema de inteligência artificial necessariamente submete fenômenos complexos do mundo a um sistema de classificação que os traduz em código binário, ou seja, zeros e uns. Como demonstra a metodologia, este também é um processo do *Radar Antigênero*. Por um lado, classificar fenômenos é simplificá-los, por outro, é permitir categorias de análise. Como vocês enxergam essas tensões no projeto? Por que defendem o enquadramento dos vídeos com discurso antigênero em categorias?
9. Por vezes, as empresas de tecnologia e programadores utilizam o argumento das inúmeras possibilidades que os sistemas de inteligência artificial oferecem como justificativa para amenizar a gravidade dos erros, vieses e discriminações reproduzidas pelas máquinas. Você acredita que a divulgação da metodologia utilizada no *Radar Antigênero* é uma forma de defender sistemas mais transparentes e auditáveis?
10. Quando se fala em inteligências artificiais feministas, a gente pensa não apenas em sistemas que não são machistas, mas sobretudo em sistemas que não contribuem para a ampliação das violências estruturais, como racismo, lgbtfobia, trabalho precarizado, prejuízos ao meio ambiente. Você considera que o *Radar Antigênero* é uma IA Feminista?
11. Vou dizer algumas frases e você me diz se acredita que o *Radar Antigênero* busca realizá-las, combinado?
 - Examinar o poder
 - Desafiar o poder
 - Repensar binarismos e hierarquias
 - Elevar a emoção e a corporeidade
 - Adotar o pluralismo
 - Considerar o contexto
 - Tornar o trabalho empregado na construção tecnologias mais justas visível
 - Construir uma relação mais amigável com o Meio Ambiente
12. A gente tem discutido muito “AI for the good”, que seria a ideia de que uma IA auditável, transparente e regulamentada. No entanto, as pesquisadoras das IAs Feministas vão propor que isso não basta, é preciso pensar em sistemas que visem o fim da violência estrutural. Por exemplo: você pode construir um míssil automatizado que seja auditável, transparente e dentro das regulamentações técnicas. Isso não significa, entretanto, que ele é ético. Em qual dessas categorias você acredita que o *Radar Antigênero* esteja?

Observação: a pergunta 12 foi adicionada ao roteiro a partir de uma percepção que ocorreu durante a realização das entrevistas, por isso consta na decupagem na íntegra de apenas dois participantes.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTAS

Prezado participante: você está sendo convidado a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social? Um estudo de caso sobre o projeto Radar Antigênero”**, desenvolvida na Faculdade de Comunicação da UFJF. O objetivo central da pesquisa é compreender as táticas utilizadas pelo *Radar Antigênero* para subverter o viés sexista da Inteligência Artificial Generativa. Este estudo se justifica frente ao cenário atual em que, cada vez mais, as ferramentas de Inteligência Artificial estão penetradas no cotidiano das pessoas e causam mudanças nas práticas e dinâmicas da vida social, inclusive atuando na construção de significados coletivos, como forma que compreendemos o significado de “ser mulher”. Ressaltamos a importância da sua participação na pesquisa para podermos entender a forma como estão sendo construídas as primeiras iniciativas de Inteligência Artificial Feminista no Brasil em resposta aos vieses discriminatórios de gênero já atestados por diversas pesquisadoras no âmbito dos sistemas generativos, bem como as táticas utilizadas para construir e imaginar sistemas orientados pela justiça social. Cabe destacar que esta pesquisa observa a Resolução 510/2016 do CNS sobre pesquisas com seres humanos, o Ofício Circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS que versa sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual e a Lei n.º 14.874/2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos.

Metodologia e Método: Em relação ao método, este estudo será conduzido por meio de um estudo de caso dividido em duas etapas: 1) teste de usabilidade da plataforma *Radar Antigênero*; e 2) realização de entrevistas semi-estruturada. Esta é a etapa de **ENTREVISTAS**. Você, como participante desta fase, está sendo convidado a participar como voluntário. Caso concorde em participar, agendaremos uma videochamada, de acordo com a sua disponibilidade, pela plataforma Google Meet. Nela, a pesquisadora conduzirá uma entrevista que abordará temas relacionados à sua participação na construção e idealização da plataforma *Radar Antigênero*. A entrevista será gravada em áudio e contará com um roteiro com perguntas abertas, onde você poderá argumentar livremente. A entrevista deverá ter duração de cerca de 1 hora. Todas as respostas serão gravadas e armazenadas por cinco anos após o término da pesquisa. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, conforme a legislação vigente. As informações emitidas por você só serão utilizadas para os fins acadêmicos e científicos. Nenhuma identificação pessoal será divulgada.

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você está sendo alertado(a) de que pode esperar alguns riscos e benefícios. Os **riscos** são mínimos, tais como 1) sentir desconforto emocional ao refletir sobre as decisões tomadas durante o desenvolvimento do produto *Radar Antigênero*; 2) constrangimento ao responder alguma pergunta ou reconhecer limitações da plataforma; 3) desconfortos relacionados ao tempo necessário para realização da pesquisa. Para minimizar os riscos, garantimos que os dados não serão identificados de forma personalizada. Informações que possam possibilitar a identificação do participante podem ser retiradas do trabalho, previamente à sua publicação, mediante solicitação. O participante pode recusar-se a responder qualquer pergunta durante a realização das entrevistas, bem como interromper e retirar o consentimento para sua participação a qualquer momento. As pesquisadoras asseguram o uso das entrevistas realizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Os **benefícios** para os participantes incluem um espaço de escuta qualificada para refletir acerca de sua prática profissional; o aprofundamento crítico sobre as Inteligências Artificiais Feministas; a organização e a ressignificação das experiências relacionadas à produção do *Radar Antigênero*; e a possibilidade de autoavaliação das decisões técnicas e éticas envolvidas no desenvolvimento do sistema de Inteligência Artificial.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano relacionado aos processos desta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e anônima e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar do estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, 28 de abril de 2026.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Kerley Winques
Campus Universitário da UFJF
Professora do Departamento de Técnicas
Profissionais e Conteúdos Estratégicos -
Faculdade de Comunicação
CEP: 36036-900
Tel.: (32) 98410-4664
E-mail: kerley.winqes@ufjf.br

Rubrica do Participante de pesquisa ou
responsável: _____
Rubrica do pesquisador: _____

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil. **Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br

APÊNDICE C – Decupagens entrevistas em profundidade

Devido ao tamanho dos arquivos e à longa duração das entrevistas – entre quarenta minutos e uma hora e trinta minutos –, optou-se por disponibilizar as decupagens em uma pasta na nuvem do Google Drive. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1CAVOHZsxUVY00hmnhchKga7L1yl7_Tu?usp=sharing

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Como construir uma Inteligência Artificial orientada para justiça social? Um estudo de caso sobre o projeto Radar Antigênero

Pesquisador: KERLEY WINQUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97028626.3.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.402.071

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de primeira versão, em que as informações transcritas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"No contexto das investigações sobre sexismo algorítmico, o presente trabalho se propõe a analisar o processo de desenvolvimento da plataforma Radar Antigênero, criada pela Associação Gênero e Número em parceria com a empresa Novelo Data.(...)Para alcançar esse objetivo, adota-se como metodologia um estudo de caso (Yin, 2001), composto pela realização de um teste de usabilidade (Nielsen, 2024) e entrevistas (Gil, 1999) com os idealizadores e programadores envolvidos no desenvolvimento da iniciativa."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário: "Compreender as táticas utilizadas pelo Radar Antigênero para subverter o viés sexista da Inteligência Artificial Generativa."

Objetivo secundário: "1.Discutir como sistemas algorítmicos e de IAGen são permeados por discriminações historicamente enraizadas na sociedade.

2.Analisar de que forma a justiça de dados e os contradados podem ser incorporados, a partir da perspectiva do jornalismo, em sistemas de IAGen.

3.Reconhecer as ações empregadas pelos programadores e idealizadores do projeto Radar Antigênero para subverter os padrões discriminatórios de gênero das IAGen.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.402.071

4. Debater caminhos possíveis para a criação de sistemas de IAGen tecnodiversos, autônomos e orientados pela equidade."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em um teste de usabilidade (realizado pelas próprias pesquisadoras responsáveis) e entrevistas, os riscos são mínimos. Para os participantes que consentirem em participar da entrevista, os riscos incluem: 1) sentir desconforto emocional ao refletir sobre os vieses de gênero em tecnologias e as decisões tomadas durante o desenvolvimento do produto Radar Antigênero, resultando em insegurança para expressar suas opiniões ou receio de julgamentos; 2) constrangimento ao responder alguma pergunta ou reconhecer limitações da plataforma desenvolvida; 3) desconfortos relacionados ao tempo necessário para realização da pesquisa, visto que as entrevistas têm duração prevista de uma hora.

Para minimizar os riscos, garantimos que os dados não serão identificados de forma personalizada, sendo as entrevistas apresentadas por meio de pseudônimos dos participantes. Informações que possam possibilitar a identificação do participante podem ser retiradas do trabalho, previamente à sua publicação, mediante solicitação do participante. O participante pode recusar-se a responder a qualquer pergunta durante a realização das entrevistas, bem como interromper e retirar o consentimento para sua participação a qualquer momento. Ademais, as pesquisadoras asseguram o uso das entrevistas realizadas exclusivamente para fins acadêmicos. As medidas visam preservar a liberdade e a integridade dos participantes da pesquisa, bem como evitar possíveis desconfortos em relação aos seus posicionamentos."

Benefícios: "Para os participantes, embora não estejam previstas compensações financeiras, os benefícios diretos incluem um espaço de escuta qualificada para refletir acerca de sua prática profissional; o aprofundamento crítico sobre as Inteligências Artificiais Feministas; a organização e a ressignificação das experiências relacionadas à produção do Radar Antigênero; a valorização de sua experiência profissional para contribuir com a produção de conhecimento acadêmico; e a possibilidade de autoavaliação das decisões técnicas e éticas envolvidas no desenvolvimento do sistema de Inteligência Artificial."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo, e sua metodologia, garantida assim sua consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos previstos nas resoluções 466/12, 510/16 do CNS e na Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.402.071

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos requeridos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos nas Res. 466/12 e 510/16 CNS e na Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 02/07/2026

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas nas Res. CNS 466/12, 510/16 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2772183.pdf	28/04/2026 23:48:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoModificado.pdf	28/04/2026 23:47:51	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEModificado.pdf	28/04/2026 23:47:26	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Outros	CartaDePendencias.pdf	28/04/2026 23:42:31	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Folha de Rosto	Rosto.pdf	09/04/2026 22:28:27	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Outros	RoteiroEntrevista.pdf	07/04/2026 14:45:53	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Outros	LattesKerley.pdf	07/04/2026 14:44:02	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Outros	LattesJulia.pdf	07/04/2026 14:43:41	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito
Declaração de concordância	Concordancia.pdf	07/04/2026 14:38:23	JULIA VALGAS FREITAS GALVAO	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Telefone: (32)2102-3788

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

E-mail: cep.propp@ufff.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.402.071

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 04 de Maio de 2026

Assinado por:
ANA ELIZA ANDREAZZI
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br